

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

María Antonella Barone

SENHORAS DE SI:

*Problematizando as incidências das biopolíticas nos corpos que sangram e
co-produzindo narrativas que (re)inventam a vida a partir da prática do aborto*

Vitória, 2018

María Antonella Barone

SENHORAS DE SI:

Problematizando as incidências das biopolíticas nos corpos que sangram e co-produzindo narrativas que (re)inventam a vida a partir da prática do aborto

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues

Vitória, 2018

María Antonella Barone

SENHORAS DE SI:

Problematizando as incidências das biopolíticas nos corpos que sangram e co-produzindo narrativas que (re)inventam a vida a partir da prática do aborto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

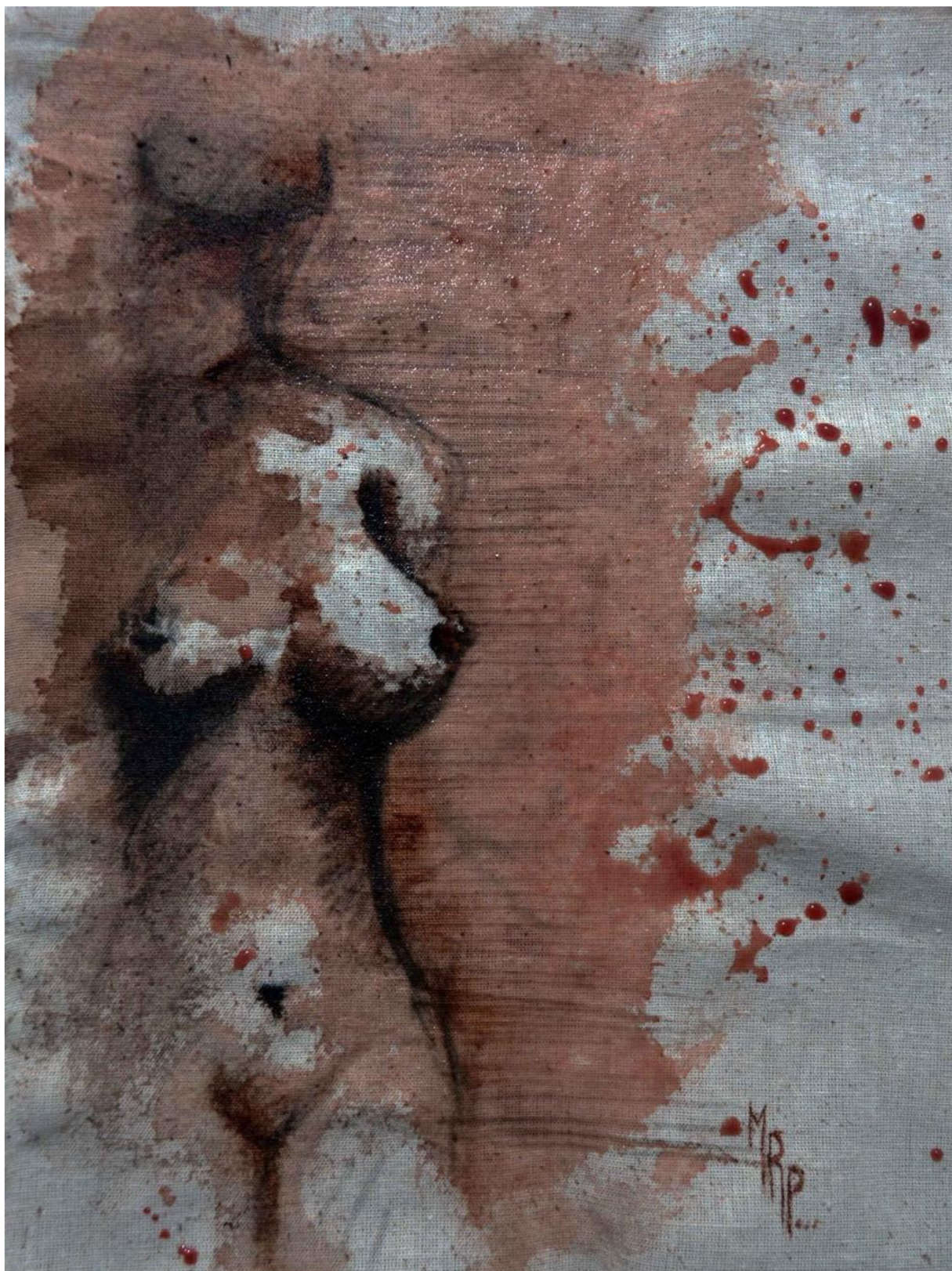
Comissão examinadora

Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo
(Orientador)

Prof. Dr. João Manuel de Oliveira
Instituto Universitário de Lisboa
(Membro Externo)

Prof.^a Dra. Maria Amélia Dalvi Salgueiro
Universidade Federal do Espírito Santo
(Membro Externo)

Prof. Dr. Jésio Zamboni
Universidade Federal do Espírito Santo
(Membro Interno)



A- “Desnuda” de Marlen Reyes. Pintura com sangue menstrual, “1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual”, México, 2014. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/uploads/2014/10/DESNUDA-12231.jpg>>.

À minha avó, uma aborteira.

GRATIDÃO

Se tem uma palavra que gosto do português (além da palavra *saudade*) é *gratidão*. Acho que não se tem uma tradução equivalente em espanhol. Nesta oportunidade são *gratidões*, no plural, os que desejo fazer. Gratidões pelas parcerias, pelos encontros e desencontros que, na superfície ou no subterrâneo, horizontal e rizomáticamente, fizeram possível essa pesquisa. Essa escrita é um caleidoscópio de cores graças a esses coletivos que urdem em mim, um *nós* vital.

Nasci num cantinho do planeta sem ameaças de conflitos bélicos, onde as condições ambientais foram sempre favoráveis, numa família que teve sempre oportunidade de me alimentar, me dar abrigo, me acolher. Tive acesso à educação e saúde, então, GRATIDÃO às pessoas que, incansavelmente, lutam para que estar saudável, estudar e abortar, não sejam privilégios.

Gratidão família, sete amores eternos, afetos onde encontro meu lugar, refúgio onde descansar das decepções do mundo. Saudades! ¡Gracias tantas mamá y papá! dos personas profundamente sabias que hicieron de todo para invertir en mis estudios y estudiar conmigo. ¡Mamá! mujer guerrera, compañera de aventuras y desventuras que me enseña sobre las contradicciones de la experiencia de maternar. ¡Papá! que me convoca siempre a no perder la niña creativa, inventiva que en mi (re)existe. Gracias totales a mis hermanas, curanderas de si y de las otras. ¡Gracias tantas, Ana! Por invitarme a reconocer y cuidar la mujer - loba que en mi existe. ¡Gracias tantas, Orne! Por ser aquella que me grita lo que es preciso oír, por cuestionarme siempre. ¡Gracias tantas, Fiore! Porque me recordás que puedo ser la bruja que agarra una escoba y en vez de barrer, nos ponemos a volar. ¡Gracias Gini! reina y señora del caos que te habita, por invitarme a ser tirana y proscrita junto a vos.

Gratidão Pedro, amor eterno enquanto dure, porque é verdade que com você o mundo parece um pouco menos feio. Gracias por devir *aborteira* junto comigo.

Gratidão às minhas amigas que desde Argentina me deram sempre forças através das leituras e os abraços na distância. Gratidão às amizades latino-americanas, com as quais andárilhamos, transitando a estranheiridade, juntas. Gratidão Sara, você é a cruella que me empurra a transbordar.

Gratidão Alex, meu *anjo torto*, *apanhador de desperdícios*. Gratidão pelo cuidado constante e acolhedor, pela orientação na expansão da vida, pela implicação nas afetações que tomaram conta deste corpo, por me lembrar do poder das bruxas, do nosso. Pelo

contágio do amor no investimento de práticas éticas e estéticas, na formação, e fora dela. Quero você sempre por perto. Muchas gracias!

Gratidão às *aborteiras*, coloridas, plurais, *senhoras de Si* que confiam na (re)invenção da vida e me ensinam sobre como fazer do aborto uma experiência vivível. Gracias pela coletivização dos afetos das experiências nos sus relatos, nas suas narrativas. Seguimos juntas e misturadas. Nossos corpos – aborteiros importam!

Gratidão às ativistas que embelecem o mundo.

Gratidão às GEPSs que coloriram o meu percurso e me convidaram a conspirar, gratidão pelos encontros e pelos deslocamentos no percurso, (des)aprendo tanto com vocês!

Gratidão às pessoas com as quais nos (des)orientamos no processo de escrita no grupo de orientações coloridas e coletivas.

Gratidão às pessoas que estiveram perto e se somaram nas leituras das *senhoras de si*, pessoas que compõem as turmas 9, 10 e 11 do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, gratidão pelas trocas, pelas conversas, pelas partilhas, pelos encontros.

Gratidão à banca examinadora do exame de qualificação. As intervenções feitas nessa oportunidade, acionaram em mim processos de descobertas e mudanças fundamentais no meu processo formativo, e não só. Gracias!

Gratidão às professoras do PPGPSI, que me convidaram a pensar o que permanecia em aparentes sombras para mim. Particularmente à professora Carmen que na disciplina “Experimentação da Escrita” -que assisti dois períodos consecutivos-, ensinou-me caminhos para experimentar uma escrita como medicina que cria palavras para acolher alguns afetos produzidos no caminho.

Gratidão Silvia e Soninha que entre cafés e mates, declarações e risadas, deram vida a muitas ideias nesta pesquisa e dissiparam muitas incertezas-angústias com um cálido sorriso e um “*bebe um cafezinho, calma, vamos resolver*”. Gracias!

A todas aquelas pessoas que me acompanham neste trabalho e na vida. Pelo caminho juntas, as revisões do texto, conversas, contribuições, críticas: GRATIDÃO.

RESUMO

A presente escrita é resultante de mais um caminho feito pelas *Senhoras de Si*. Elas são as narrativas dos corpos engravidantes que abortam. Trabalhamos com as narrativas que estão publicadas na *internet*, por meio das quais, coletivizamos os afetos das suas experiências. Mas não só. Também co-criamos contos breves para contar histórias de vida e aborto. No contexto de criminalização do aborto no Brasil, problematizamos as incidências das biopolíticas nos corpos que sangram (menstruam) e abortam, e nos dispomos, nessa pesquisa, a produzir junto com eles, outras imagens sobre a prática abortiva. Nos colocamos na tarefa de co-produzir imagens alternas, imagens-vida através de pinturas, poesias, músicas, tirinhas, quadrinhos, ilustrações, filmes, documentários, performances e outras obras artísticas que têm o potencial político de produzir outras narrativas sobre a prática do aborto. Dessa forma, destacamos o conceito de *ativismo* (neologismo composto pelas palavras *arte* e *ativismo*) como uma possibilidade que coloca em questão a ideia de aborto como trauma, tirando os mitos e o drama que, sobre ele, se produz. A arte, como ferramenta, permite criar outras narrativas infames e inventivas que, junto aos feminismos, os ativismos e em diálogos com outros saberes, produzem redes e acionam coletivos a modo de rizoma, produzindo, assim, um comum. Não fazemos neste trabalho, um exame do que configuraria uma definição de arte, o que nos interessa são os agenciamentos que a interpenetração de ambos conceitos –arte e ativismo– produzem. O texto contém algumas reflexões sobre a possibilidade de se pensar na produção de *subjetividades aborteiras*. Na criação das redes de solidariedade, as *aborteiras* colocam-se na ação, intervêm nos processos e propõem significações alternativas sobre a prática abortiva. Nessas práticas, produzem outros possíveis, questionando, assim, as normas e suas estruturas. Trazemos no texto, uma problematização da interseccionalidade como uma categoria de análise que apresenta possibilidades e alguns limites. Nos perguntamos, também, sobre a ingerência das leis nos corpos que abortam e a possibilidade da legitimação da prática que consideramos preciso analisar à hora de fazer políticas para uma transformação social. Porque nos importamos com a vida é que esse texto (re)existe. Fazemos especial ênfase na importância de recuperar o conceito de *vida* para falar sobre aborto. Nos perguntamos assim que vida nos importa?

Palavras-chave: aborto; ativismo; biopolítica; interseccionalidade; narrativas; redes; aborteiras.

RESUMEN

La presente escrita es resultante de un camino de investigación hecho por las *Señoras de Si*. Viene a sumarse a los esfuerzos de las que la anteceden. La componen las narrativas de los cuerpos con capacidad de gestar que abortan y que colectivizan los afectos de sus experiencias con relatos, historias en *internet*, pero no solamente. También co-creamos, con ellas, breves cuentos para contar historias de vida y aborto. En un contexto de criminalización del aborto en Brasil, problematizamos las incidencias de las biopolíticas en los cuerpos que sangran (menstrúan) y abortan y nos disponemos en esta investigación, a producir junto con ellos, otras imágenes sobre la práctica abortiva. Es decir, nos colocamos en la tarea de producir juntas imágenes alternas, imágenes-vida a través de pinturas, poesías, músicas, historietas, ilustraciones, cine, documentales, performances y otras obras artísticas que tienen el potencial político de producir otras narrativas sobre la práctica del aborto. De esa forma, destacamos el concepto de *artivismo* como una posibilidad que cuestiona la idea de aborto traumático, desprendiéndolo de los mitos y del drama que sobre él se producen. El arte como una herramienta permite crear otras narrativas infames e inventivas que, junto a los feminismos y en diálogos con otros saberes, producen redes y accionan colectivos a modo de rizoma, produciendo así, un común. En este trabajo no hacemos un examen de lo que se define como arte, lo que nos interesa son los agenciamientos que produce la interpenetración de ambos conceptos – arte y activismo-. El texto contiene algunas reflexiones sobre la posibilidad de pensarse en la producción de *subjetividades aborteras*, que intervienen en los procesos y proponen significaciones alternativas sobre la práctica abortiva. En la creación de redes, las aborteras se colocan en acción. Así generan otros posibles, cuestionando las normas y sus estructuras. Traemos en el texto una problematización de la interseccionalidad como una categoría de análisis que presenta posibilidades y algunos límites. Nos preguntamos también la problemática de la legalización del aborto y la legitimidad de los abortos como contrapuntos sobre la injerencia de las leyes en los cuerpos que abortan y la posibilidad de la legitimación de la práctica que consideramos necesario analizar a la hora de hacer políticas para una transformación social. Porque nos importamos con la *vida* es que este texto (re)existe. Hacemos especial énfasis en la importancia de recuperar el concepto vida para hablar sobre el aborto. Nos preguntamos entonces: ¿qué vida nos importa?

Palabras-clave: aborto; artivismo; biopolítica; interseccionalidad; narrativas, redes, aborteras.

ABSTRACT

The present writing is the result of a research route made by the *Ladies of Si*, which is added to the efforts of those who precede them. They are the narratives of the pregnant bodies that abort and that collectivize the affections of their experiences with information, reports, stories on the Internet and beyond. Also, we co-created with them short stories to tell stories of life and abortion. Thinking about the context of criminalization of abortion in Brazil, we problematize the effects of biopolitics on the bodies that bleed and abort, and we are willing, in this research, to produce with them other images about abortive practice. We put ourselves in the task of co-producing alternate images, life-images through paintings, poetry, songs, comics, illustrations, cinema, documentaries, performances and other artistic works that have the political potential to produce other narratives about the practice of abortion. In this way, we highlight the concept of activism (neologism composed by the words art and activism) as a possibility that calls into question the idea of abortion as trauma, taking away the myths and the drama that is produced about it. The art tool allows us to create other infamous and inventive narratives as a form of activism that, together with feminisms and in dialogues with other knowledge, produce networks and trigger collective rhizomes, thus producing a common. We do not do in this work, an examination of what would define a definition of art, what interests us are the assemblages that the interpenetration of both concepts - art and activism - produce. The text contains some reflections on the possibility of thinking about the production of abortive subjectivities, which are those that intervene in the processes and propose alternative meanings on the practice of abortion. In the creation of networks of solidarity, the abortionists are put into action. In these practices they produce other possible ones, thus questioning the norms and their structures. We bring in the text, a problematization of intersectionality as a category of analysis that presents possibilities and some limits. We also ask ourselves about the interference of laws in the bodies that abort and the possibility of legitimizing the practice that we consider necessary to analyze when making policies for a social transformation. Because we care about life, this text (re) exists. We place special emphasis on the importance of reclaiming the concept of life to talk about abortion. So we ask ourselves what life matters to us?

Keywords: abortion; ativismo; biopolitics; intersectionality; narratives; networks; abortions.

LISTA DE IMAGENS

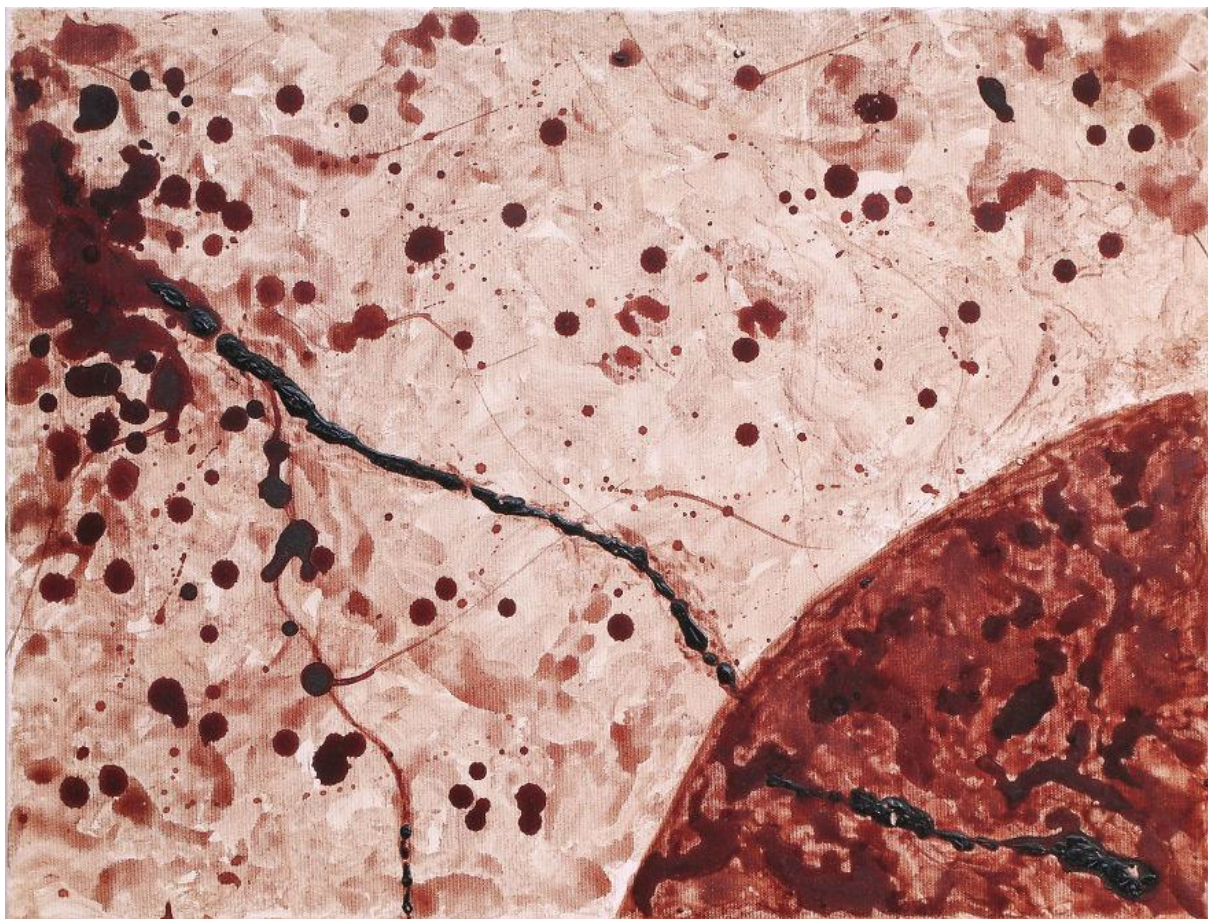
Imagem 1- “Wacha, bruja y abortera”	35
Imagem 2- Campanha anti-abortista “El Bebito”	42
Imagem 3- “Toda vida humana é sagrada e inviolável”	42
Imagem 4- Capa da Revista Claudia Nº 14 novembro de 1962.....	55
Imagem 5- Intervenção militar no Rio de Janeiro, 2018.....	64
Imagem 6- Cena do documentário “A Boneca e o Silêncio”	80
Imagem 7- Capa da revista LIFE abril de 1965.....	85
Imagem 8- “Si el gobierno nos amenaza, vamos a seguir abortando en casa”	96
Imagem 9- Fotografia e depoimento da modelo Luiza Brunet com seu.....	98
Imagem 10- Fotografia e depoimento da apresentadora Astrid Fontenelle	98
Imagem 11- Fotografia e depoimento da atriz Vera Zimmerman.....	98
Imagem 12- Marcha das Vadias em Vitória, Espírito Santo, 2012.....	117
Imagem 13- Performance na Marcha das vadias, Recife, Pernambuco, 2015.....	118
Imagem 14- Marcha das Vadias em Vitória, Espírito Santo, 2014.....	119
Imagem 15- “Público/ Privada”, Ceará, Brasil, 2015.....	119
Imagem 16- “Dicas do abortinho”. Chiquinha em parceria sua amiga Keninha Roots...120	
Imagem 17- “Dicas do abortinho”. Chiquinha.....	121
Imagem 18- Fragmento 1 da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias”	123
Imagem 19- Fragmento 2 da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias”	124
Imagem 20- Fragmento 3 da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias”	125
Imagem 21- Ilustração “Isaura” de Carol Rossetti.....	126
Imagem 22- “En que espejo te miras” da exposição de Lorena Wolffer.....	127
Imagem 23- Parte 1 da obra “Usos e Costumes” da artista mexicana Lorena Wolffer...128	
Imagem 24- Parte 2 da obra “Usos e Costumes” da artista mexicana Lorena Wolffer...128	
Imagem 25- Convocatória do evento artístico “Taller de Rap”	129
Imagem 26- Taller de Murga do coletivo #SinRiesgo, Bolívia, 2015.....	129
Imagem 27- Foro Ativismo “Por el derecho de las mujeres a decidir”	130
Imagem 28- Taller de Muralismo en Pucarani, Bolívia, 2017.....	130
Imagem 29- Campanha “Doná por um aborto ilegal”	132
Imagem 30- Campanha “Doná por um aborto ilegal”	132
Imagem 31- “Cortejo da Mulher Morta em Aborto Clandestino”	133
Imagem 32- “Pañuelazo enfrente del Congreso”	133
Imagem 33- “Socorristas em Red – Feministas que abortamos”	134

LISTA DE PINTURAS COM SANGUE MENSTRUAL

“Desnuda”	Pintura A
“Start of the End”	Pintura B
“Féminas”	Pintura C
“Sabiduría”	Pintura D
“Pneuma”	Pintura E
“Simpatía por la muerte”	Pintura F
“Cihuanahualli”	Pintura G
“Fertilidad”	Pintura H
“Menstrurbación”	Pintura I
“Suicidio”	Pintura J
“Dolores”	Pintura K

SUMÁRIO

<i>(Mais um) convite à conspiração.....</i>	16
<i>Narrativas ensanguentadas: Sobre aberturas de Si e do mundo nos encontros.....</i>	23
<i>Bruxas, loucas ou más: No entre de feitiços e problemas.....</i>	32
<i>Queimando o mapa: Alguns enquadramentos sobre o aborto.....</i>	50
<i>A boneca e o silêncio: Sobre segredos e silêncios que ressoam, nos ensurdecendo.....</i>	68
<i>Se nos ameaçam, seguirmos abortando em casa: Dobras de saberes e poderes na produção de corpo, de vida.....</i>	83
<i>Conspiramos em rede: Sobre a produção de um comum em um grito plural</i>	101
<i>Vidas que escapam: algumas narrativas criativas e infames.....</i>	112
<i>Corpos improvisando, ventres experimentando: Caminhos e desafios metodológicos.....</i>	138
<i>Escrita compartilhada, escrita que des-fecha: Algumas considerações.....</i>	145
<i>REFERÊNCIAS.....</i>	150



B- “Start of the End” in “The Diary of my Period”. Timi Páll, 2016. Pintura com sangue menstrual disponível em: <<https://www.behance.net/gallery/46847731/The-Diary-Of-My-Period>>.

(Mais um) convite à conspiração

Conspiração: do latim *conspiratio, conspirationis*. Composta pelo prefixo *con-* que indica união, juntos; pelo verbo *spirare* que significa respirar, viver, mas também significa aspirar a algo, estar ávido de algo, almejá-lo; e o sufixo *-tio* que indica ação, efeito.¹

Escrever é um ato-força capaz de produzir deslocamentos. É um movimento que pode nos levar a outros espaços sem nos mover do lugar. Pensamos o texto como ação que nos convoca e nos provoca para escrever com outros corpos numa zona de criação de um espaço de alteridades. Aqui o conceito de heterotopia desenvolvido por Michel Foucault nos permitiria pensar em criar outros espaços a partir do exercício da escrita, já que não se escreve solitariamente, senão que uma multiplicidade de vozes se fazem ouvir através dessas criações, desses espaços. Michel Foucault nos dizia que sonhava com uma ciência que teria como objeto esses outros lugares, esses outros espaços diferentes, “essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria não as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas as hetero-topias, espaços absolutamente outros” (FOUCAULT, 2009, p. 20-21).

Consideramos que um exercício de escrita se faz em um espaço ao mesmo tempo que constitui outros e, por isso, compreendemos a escrita como cuidado de si e do outro. Escrevemos e criamos esses espaços heterogêneos “como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama” (FOUCAULT, 2009, p. 411). Apostamos na possibilidade da heterogeneidade enquanto corpos, espaços, existências: “o espaço no qual vivemos, pelo qual somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos sulca é também em si mesmo um espaço heterogêneo” (FOUCAULT, 2009, p. 414).

Não permanecemos quietas, somos inquietas, irrequietas. Nesta escrita que se ensaia inquietamente, visamos a possibilidade de utilizar, na maior parte da sua extensão, uma linguagem no *feminino*; é dizer, escrever numa linguagem expressada no feminino com o intuito de provocar um deslocamento na pessoa que lê e como uma estratégia para tentar romper algumas questões da escrita *hegemônica* que, predominantemente, é produzida no masculino. A feminista Elódia Xavier (1991), em defesa do motivo da diferença na linguagem, destaca a estreita relação entre sujeito e linguagem e afirma que quando uma pessoa “articula um discurso, este traz a marca de suas experiências, de sua condição; práticas sociais diferentes

¹ “Conspiración”. Dicionário de Chile. www.dechile.net 2001-2016. Tradução nossa. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?conspiracio.n>. Acesso em 02 de maio de 2016.

geram discursos diferentes” (XAVIER, 1991, p. 13). Consideramos, então, que existe uma necessidade de utilizar instrumentos que possibilitem outras leituras do mundo, já que não é só importante *do que* se fala, mas também *o como* se fala. Segundo Xavier (1991), a importância da leitura de narrativas, dentro de outras óticas de linguagem, está no fato de que existe uma “condição diferente”, um discurso diferente dentro de uma linguagem e um modo de posicionar diferente da narrativa de autoria *masculina*. Então, aquele *leitor* (sim, assim no masculino) que se aproxime à escrita é *convidada* (sim, assim no feminino) a explorar, como um ato criativo no trânsito da leitura do texto, outras condições, outras viagens, outros devires. Também se farão evidentes as aspas que abraçarão muitos termos e *itálicas* dirão seu “oi!” todas as vezes que aquelas (mal)ditas palavras ressoem e nos provoquem, colocando uma atenção intensificada, para pensar que elas têm muito mais a dizer do que, aqui digitadas, estão dizendo.

É preciso dizer que estamos na (des)ordem da experimentação. Entendemos a experimentação como movimento, como atividade crítica de experimentar a ação de escrever. Experimentar uma escrita que provoca aberturas, que problematiza, que nos leva além de nós mesmas. Escrita força, escrita experimento, escrita ação. Com a escrita pretendemos nos movimentar, nos colocar na ação de escrever, exercitar uma escrita curiosa para alcançarmos algumas problematizações sobre práticas de abortos. Buscamos, com muitas outras, desejar a escrita como experiência. Na companhia de Jorge Larrosa (2015, p. 21), compreendemos que: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”. Buscamos, assim, nos colocar em modos de afetamentos, onde a escrita, porque feita de vida, nos interpela aos processos de transformação e a outros modos de cuidado. Esta experimentação nos provoca, como desafio, a nos deslocar para experimentar atos de escritas ao mesmo tempo que nos convida a nos estranhar nos deslocamentos que a questão do aborto produz. Ação, movimento, vida.

Escolhemos nomear (por enquanto) este trabalho dissertativo como “Senhoras de Si” e a poesia² de Júlio Cesar Paim nos acompanha:

Então ali...
Não me pergunte seus nomes,
que elas estão muito além...
Muito além de um nome de mulher
(...)
Às vezes me parece
que saem de si,
e invadem a minha alma
Reinventando a Vida!
Cada vez mais

² Fragmentos da poesia *Senhoras de Si* de Júlio César Paim. Disponível em: <<http://www.juntandorimas.com/poesias/juliopaim/senhorasdesi.htm>>. Acesso em julho de 2017.

As *senhoras de si* compõem conosco as narrativas no meio, no entre das proibições e das medidas punitivas, pelas experiências com a prática do aborto. Neste caso, não falamos de *senhoras de si* afirmando um sujeito absolutamente determinado e que não depende das estruturas que o produzem, senão que utilizamos essa afirmação como uma exigência ao acesso a decidir por nós e **reinventar a vida**. Uma exigência para o acesso à autodeterminação no sentido de poder decidir abortar ou não, poder determinar nós mesmas o que fazer com nossos corpos *engravidáveis*, para poder decidir tanto por continuar com uma gravidez, quanto por interrompê-la. Exigimos o poder de determinar um aborto por nós mesmas sem correr o risco da criminalização e da morte e, ao mesmo tempo, que o acesso seja para todos aqueles corpos que decidam abortar e possam sangrar em suas singularidades em condições de segurança. Não nos referimos ao sujeito como centro autônomo *soberano*, senão como um sujeito-corpo-agente que está permanentemente negociando e renegociando posições. Queremos abortos cuidados, abortos seguros, queremos decidir, queremos abortar como *senhoras de Si*.

Senhoras onde, de acordo com Judith Butler (1998), o próprio termo se torna lugar de constante ressignificação e abertura. Assim, dizemos *senhoras* como um contingente, heterogêneo e instável modo de nos referir àqueles corpos que sangram, engravidam, abortam um vivo produto da união de um óvulo e um espermatozoide. Não apostamos na produção de conceitos identitários imutáveis. Então, desejamos desvencilhar-nos das armadilhas essencialistas que poderiam aparecer no decorrer da escrita, anunciando que estamos orientadas àqueles (des)aprendizados para conseguir superar categorias como, por exemplo, a de “mulheres”. Por vezes utilizada no texto, utilizaremos as *aspas* e/ou a *itálica* para dizer que essa palavra não se pretende *categorizante* e imutável, senão que está dizendo de contingentes e heterogeneidades o tempo todo. Donna Haraway (2000, p. 52) nos diz que os discursos que se produzem sobre a sexualidade e outras práticas sociais são os que determinam o que é “*ser mulher*”, por exemplo. Trata-se de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos, sexuais e de outras práticas sociais, felizmente questionáveis. Dessa forma, a autora considera importante tentar romper com as definições que aprisionam em modo de categorias fechadas. Nesse sentido, Judith Butler (1998, p. 21-22) nos diz que “não se trata de se desfazer da categoria, mas tentar aliviá-la de seu peso fundamentalista, a fim de apresentá-la como um lugar de disputa política permanente”. Assim, a categoria “mulheres” deve se desfazer do caráter essencialista, normativo e excludente que ignora outras dimensões e

diferenças. A filósofa prossegue e afirma que desconstruir e re-significar não seria declarar a morte do sujeito da categoria, senão poder libertá-lo de seu caráter normativo que fixa e reproduz condições de subordinação.

Paul B. Preciado no *Manifesto Contrassexual*, fala dos “corpos que se reconhecem a si mesmos, não como homens e mulheres, e sim como corpos falantes que reconhecem os outros corpos como falantes” (PRECIADO, 2014, p. 21). Aos efeitos desta escrita, chamaremos *corpos que sangram, que menstruam, corpos engravidantes, corpos que abortam, corpos que narram, senhoras de si*.

Os corpos que sangram, engravidam, abortam... são heterogêneos, diversos, múltiplos e plurais, são vidas que transitam as mais variadas formas de existir. Compreendemos, assim, que nem toda *mulher* tem um útero, como nem todo *homem* tem um pênis, por exemplo. De modo que menstruação, gravidez e aborto não são pautas só de *mulheres cis*³, senão também de *lésbicas*⁴, *homens trans*⁵, corpos que não se encaixam em nenhuma categoria e cujos corpos engravidam e abortam. Nos perguntamos então como operar uma ética plural sem nos fixar em categorias que colocam alguns corpos no centro e outros na periferia da discussão sobre aborto? Essa é uma preocupação, entre outras, que orienta e acompanha essa escrita. Conspirar com as vidas dos corpos que sangram é *mais um* convite e a nossa aposta política com a produção de um mundo, onde fazer diferente.

Nem identificação nem distância, nem proximidade nem afastamento, pois, em todos estes casos, se é levado a falar por, ou no lugar de.... Ao contrário, é preciso falar *com*, escrever *com*. Com o mundo, com uma porção de mundo, com pessoas. De modo algum uma conversa, mas **uma conspiração**, um choque de amor ou de ódio (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65, grifo nosso).

Dizemos que nosso convite é *mais um* com a intenção de destacar que a luta pelo exercício de decidir abortar ou não é de longa data e que não é possível um debate sobre aborto sem falar das empreitadas que afrontaram e afrontam diversos movimentos sociais que, incansavelmente,

³. O termo *cis* significa “do mesmo lado”, e refere-se a pessoas que se mantêm na mesma designação de gênero desde que nasceram, é dizer, que denotaria uma concordância entre a identidade de gênero de uma pessoa com o gênero associado ao seu sexo anatômico e/ou designação social. As pessoas *trans* apropriaram-se do termo *cis-gênero* para designar as pessoas que não são trans. “A denominação *cis* tem o propósito de reverter o sentido da categorização, que parte da sua normalidade, supostamente neutra, para a designação das pessoas trans” (ROSEIRO, 2017, p. 20).

⁴ A feminista francesa Monique Wittig, na sua obra *El Pensamiento Heterossexual* (1992), afirma que “as lésbicas não são mulheres” nem política, nem econômica, nem ideologicamente. Para ela, *as lésbicas* estão além das categorias do sexo, recusando a heterossexualidade compulsória para a qual a categoria “mulher” seria um termo estabelecido somente em relação binária e oposicional com o *homem heterossexual*. Então, ser lésbica possibilitaria destruir a categoria do “sexo” e seus *efeitos*, minando a heterossexualidade compulsória.

⁵ O termo *homem trans* faz referência a “uma categoria política e social de pessoas que se recusam a ser definidas como mulheres, buscando por diversos motivos e processos identificarem-se com as masculinidades, transbordando normas de sexo e gênero” (PEDRINI, 2017, p. 118).

afirmam e reivindicam a pauta do aborto através da história. Nós não nos propomos, aqui, fazer uma genealogia sobre os feminismos que têm se dedicado a colocar em discussão na agenda política o debate sobre o aborto. Pretendemos nos somar nesses esforços com esta prática de pesquisa que muito deve às escritas, lutas, movimentos, reivindicações que a antecedem.

Mas o que é pesquisar? Atender aos requisitos de um exame de qualificação? Atender ao método de pesquisa? À produção de dados? À amplitude e delimitação do tema? Às variáveis? Tudo isso junto e misturado? Se é assim, pouco importa quem seja o sujeito pesquisador como modo de subjetivação, apenas importam as suas qualificações técnicas, metodológicas e profissionais (informação verbal)⁶. Isso não nos deixa conformes, até porque nem sei se posso dizer que tenho me apropriado daquelas qualificações todas. Este corpo se dispõe nessas experimentações. Isso é suficiente para dizer que é de fato uma prática de pesquisa? O que é preciso para pesquisar? E as preocupações éticas? Nas reiteradas vezes que submetemos o trabalho ao comitê oficialmente responsável pela avaliação ética da pesquisa, ele foi rejeitado com inúmeros motivos que até pouco entendo. Conhecemos que abundam os comitês de ética em pesquisa, mais restringidos ou mais amplos, aos quais devemos submeter previamente nossos projetos quando estes indagam algo que envolve seres humanos. Mas se o projeto não é aprovado, significa que nossa pesquisa não responde aos requisitos éticos necessários para se tornar uma aposta viável? Esses comitês, mais que com uma ética, preocupam-se com uma etiqueta de pesquisa na qual a eventual emergência de processos judiciais contra pesquisadores e organizações patrocinadoras parece ser o principal risco a se contornar. Daí a multiplicidade de formulários, assinaturas e garantias (informação verbal)⁷.

Exercício ético de pesquisa é se ajustar às papeladas requeridas ou enfrentar processos que coloquem em risco a formação? Quais os perigos de não responder a esses requisitos? A professora Heliana Conde Rodrigues (2017) nos fala de uma ética articulada ao cuidado e nos diz que, ali, os perigos a serem afrontados são bem diferentes do que o mero enfrentamento de burocracias e papeladas. Para tal empresa, “precisaremos então de pesquisadores parresiasistas”, de “pesquisas intolerância” (Informação verbal)⁸. Nesses exercícios de experimentações, de curiosidade, de encontros e conversas, deixamos permeáveis as epidermes e nos mantemos sensíveis à escuta, ao ensaio da atenção e ao tato. Somos cientes de que nesses exercícios para

⁶ Fala da professora Heliana de Barros Conde Rodrigues, no marco do XVII Seminário do Projeto Integralidade: “Amor Mundi, Políticas de Amizade e Cuidado”, Universidade Federal do Espírito Santo, 18 de outubro de 2017, Vitória, ES.

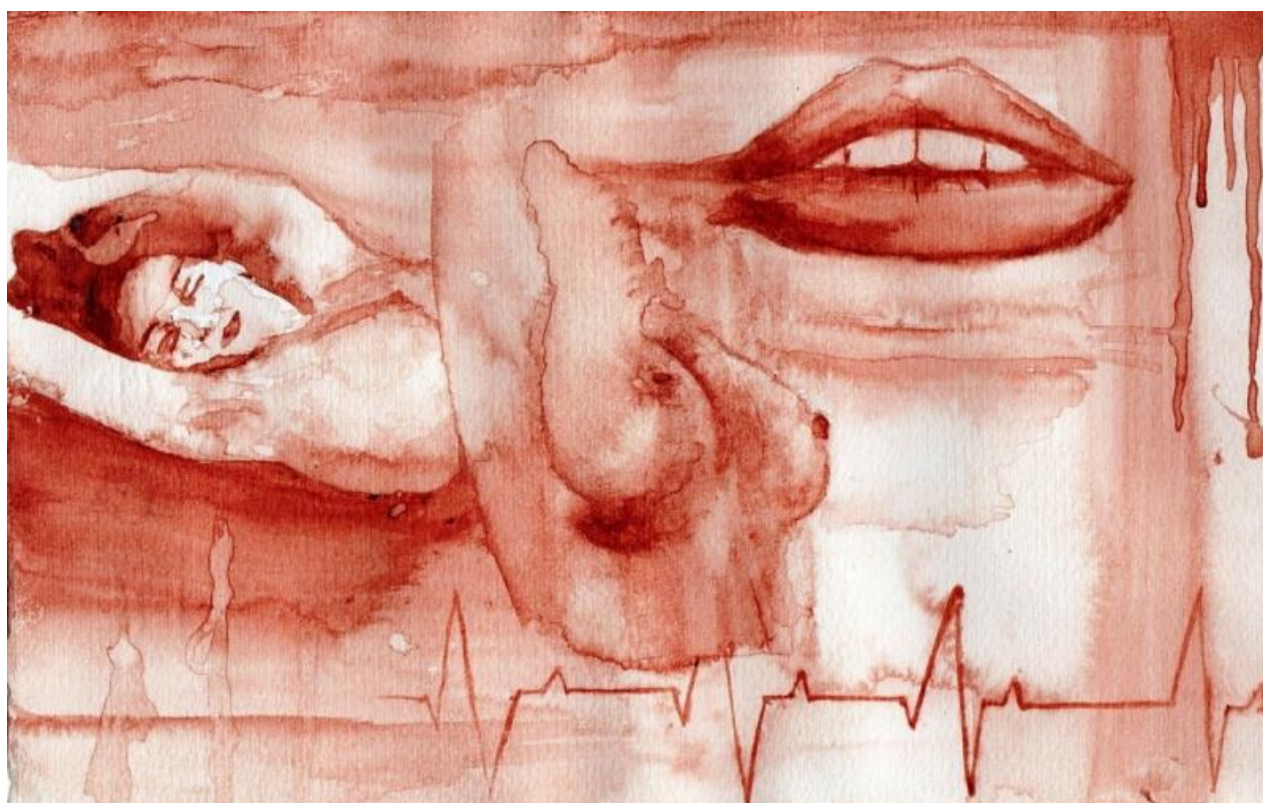
⁷ Fala da professora Heliana de Barros Conde Rodrigues, no marco do XVII Seminário do Projeto Integralidade: “Amor Mundi, Políticas de Amizade e Cuidado”, Universidade Federal do Espírito Santo, 18 de outubro de 2017, Vitória, ES.

⁸ *Ibíd*em anterior.

esta pesquisa, nos tornamos perturbadoras, por isso que a fala da professora Heliana Conde Rodrigues, nos toca especialmente quando cita um trecho de um poema de René Char: “Aquilo que vem ao mundo para nada perturbar não merece nem contemplações nem paciência”.

O debate do aborto, além de ser *perturbador* para muitas pessoas, é *perturbante* também ao abordá-lo. O tema é tão complexo que a sensação é que se torna preciso ter conhecimentos das mais variadas áreas, desde política contemporânea, saúde pública, embriologia, psicologia, sociologia, direito, história, antropologia... ou seja, entrar nesse campo requer considerar a amplitude do tema e se enfrentar ao desafio de delimitar a problemática porque, numa dissertação, de mestrado é muito difícil cobrir a magnitude da questão. A complexidade e a amplitude da temática geram aquela intensidade na hora de escrever: tendência a ligar tudo, não conseguir delimitar a problemática; mas de algum modo, buscamos viver com as crises que pulsam e nos permitem marcar o papel em branco. Quem nos dera que toda escrita tivesse uma folha como suporte.

Escrevemos palavras que produzem sentidos enquanto experimentamos uma escrita que se faz corpo, e nesse processo, é que vai se formando corpo pesquisador que se dispõe na busca de outros mundos, de outros sentidos, de outros sentimentos de mundo. Nesta pesquisa criamos espaços para poder ouvir o que têm a nos dizer as pessoas em suas experiências com a prática do aborto. Essas pessoas estão por todas as partes, mas nesse trabalho dissertativo, comparecem no que compreendemos por informações de *domínio público*. Elas estão em poemas, romances, filmes, blogs na *internet*, vídeos no *YouTube*, pinturas, páginas de jornais e outros lugares onde as procurarmos. Como somos curiosas, encontramos-las nesses lugares, mas não só. Clandestinas... se põem em atos de fala, com seus fluídos: gritam. Sangram. Resistem e, por resistirem, como forma de cuidado com as outras: têm o que dizer sobre o aborto.



C- “Féminas”. Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/jueces/F%C3%89MINAS-13611.jpg>>.

Narrativas ensanguentadas: Sobre aberturas de Si e do mundo nos encontros

Começar, assim, não por um continente, por um país ou por uma casa, mas pela geografia mais próxima – o corpo (RICH, 2002, p. 17).

Não chego ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional movida somente pela questão do aborto. Muitas são as razões. Foi a partir de diferentes encontros com os *feminismos* que a minha visão sobre o mundo foi se transformando. Aqui, utilizamos feminismos em plural, no sentido que fala Margareth Rago (2013) de ampliar o termo, já que entendemos que coexistem muitas correntes, muitas interpretações das lutas no interior do movimento composto por sujeitos de classes diferentes, de etnias diferentes, de raças diferentes, de idades diferentes, de gerações diferentes pelo qual há multiplicidade de interesses envolvidos no interior do movimento. Creio importante dizer aqui que, com renovadas leituras, com os deslocamentos e as dinâmicas que o processo do mestrado aciona em mim, posso entender que os feminismos com os quais vinha compondo (embranquecidos, de lutas mais relacionadas à classe média e ligados a políticas identitárias de representatividade da categoria “mulheres”, por exemplo) foram me pedindo questionamentos, desconstruções e é nesse processo que me encontro enquanto escrevo. “Contar esta história a partir de outros referentes que não as eternas protagonistas brancas, heterossexuais, é também um ato de procura, com a finalidade de conferir uma inteligibilidade distinta aos feminismos, ir a beber de outras fontes” (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

Nessas procuras, encontramos a (re)pergunta que se faz necessária sobre o sujeito político dos feminismos. Preciado (2008), no seu *Testo Yonqui*, toma as argumentações de Teresa de Lauretis (1990), na sua obra *Eccentric Subjects: Feminist Theory and Historical Consciousness*, para pensar ao respeito e diz:

Lauretis se pergunta cuál es el sujeto político que el feminismo como discurso y práctica de representación produce. La conclusión, lejos de toda autocomplacencia, es extremadamente crítica: el feminismo funciona o puede funcionar como un instrumento de normalización y de control político si reduce su sujeto a “las mujeres”. Bajo la aparente neutralidad y universalidad del término “mujer” se ocultan una multiplicidad de vectores de producción de subjetividad: en términos de raza, de clase, de sexualidad, de edad, de diferencia corporal, geopolítica, etc. Dicho en términos lauretianos, el sujeto del feminismo es inevitablemente *excêntrico*, no coincide con “las mujeres”, sino que se presenta como una fuerza de desplazamiento, como una práctica de transformación de la subjetividad (PRECIADO, 2008, p. 83).

Trago comigo aquilo que me compõe, mas me desejo *bebendo de outras fontes*, (des)aprendendo nas caminhadas e possibilitando outras leituras não *essencializantes* e com mais atenção aos efeitos de totalização para trabalhar a partir das noções de *diferença*. É assim

que no texto comparecem as misturas, uma delas refere-se às línguas. Se faz presente o espanhol, o português, o *portunhol* e, talvez, outras, misturadas em sonoridades que murcham sem nunca nos abandonar. “Escribo sobre lo que más me importa en una lengua que no me pertenece (...). Ninguna de las lenguas me pertenece, y, sin embargo, no hay otro modo de hablar, no hay otro modo de amar” (PRECIADO, 2008, p. 102). Então, quem se aproxime à leitura das *Señoras de Si* vai perceber que o que faz sentido aqui é a multiplicidade, a mistura “que camina de una lengua a otra como tránsito de la masculinidad, a la feminidad, a la transexualidad. (...) lenguajes artificiales que crecen enmarañados, que luchan por convertirse o no en una sola lengua. Mezclándose” (PRECIADO, 2008, p. 102-103). Dessa forma, tempos verbais, corpos, línguas, formatos, narrativas, aparecerão misturadas e comporão essa escrita.

Movimentada pela vontade de explorar possibilidades, escolhi transitar na estrangeiridade. **Pude escolher** viver o paradoxo de pertencer a dois lugares, ao mesmo tempo que a nenhum deles, formando assim uma espécie de *identidade híbrida*, aprendendo o que significa se deslocar num outro lugar, com um fluxo contínuo de novas informações, novos perceptos, novos afetos. Homi Bhabha (1998, p. 27) nos ajuda a pensar na constituição dessa hibridez numa paisagem fronteira e nos fala do ato de “habitar um espaço intermediário”, de um “trabalho fronteiro” que exigiria um encontro com “o novo” como ato insurgente que renovaria o passado e o revigoraria como um “entre-lugar” contingente, “que inova e interrompe a atuação do presente”.

Transitar a estrangeiridade foi uma *escolha*, tive o *privilegio* de escolher o deslocamento, à diferença de muitas pessoas que são obrigadas a se deslocar pelas (necro)políticas territoriais, com perversos mecanismos coloniais sobre aqueles *outros corpos*, estabelecendo hierarquias entre seres humanos. Mas o que significa transitar uma estrangeiridade? O que se esconde no conceito de “estrangeira”? Pensamos assim com Preciado (2008) no conceito de *ficções políticas* como aquelas demarcações que nos (des)fazem, que nos (des)nomeiam. Paul Preciado (2008) nos ajuda a pensar que fazemos carne dessas produções discursivas e imaginários e, por isso, em tanto corpos, somos *ficções políticas vivas*. Pode-se pensar a noção de “estrangeiridade” como uma ficção política, assim como as noções de masculinidade, homossexualidade, feminilidade, heterossexualidade, transexualidade, que são ficções políticas que vão se fazendo corpo. Perguntamo-nos se é possível (re)pensar a condição de “estrangeira” como uma ficção política que, com as demarcações de fronteiras territoriais, produzem jogos de forças tendentes a se consolidar.

Nesse sentido, e seguindo na companhia de Preciado (2015), ou essas demarcações territoriais, as fronteiras, as nações, as masculinidades, as feminilidades, dentre outras,

prevalecem sobre a infinidade de possíveis relações; ou co-construimos uma paisagem sem fronteiras por meio de um apagamento sistemático dessas ficções e nos dispomos a processos de experimentação em permanente abertura que

significa que, de la nación, como del género, hay que empezar por dimitir. Renunciar a la anatomía como destino y a la historia como prescriptora de contenidos doctrinales. Renunciar al cuerpo, a la sangre y al suelo como ley. Ni la identidad nacional ni la identidad de género pueden ser origen o fin de un proceso político. No pueden ser ni fundamento ni teleología. En la nación, como en el género, no hay verdades ontológicas ni necesidades empíricas de las que puedan derivarse pertenencias o demarcaciones. No hay nada que verificar o que demostrar, todo está por experimentar. Como el género, la nación no existe fuera de las prácticas colectivas que la imaginan y la construyen. La batalla, por tanto, comienza con la des-identificación, con la desobediencia, y no con la identidad. Rayando el mapa, borrando el nombre, para proponer otros mapas, otros nombres que evidencien su condición de ficción pactada. Ficciones que nos permita fabricar la libertad (PRECIADO, 2015, s/p).

Processo de experimentação que nos convida a pôr em questão e tensionar as marcações territoriais, que tendem a fechar os territórios estabelecendo limites em função de domínio, exploração e disputa. Acreditamos nos efeitos de poder nos rebelarmos contra essas ficções que nos constituem e que estão associadas a técnicas políticas específicas, nos des-identificar criticamente delas e poder pensar coletivamente outras ficções que não produzam violência, exílios, morte. No mundo tem-se pessoas que, pelo fato de terem atravessado as linhas desenhadas sobre mapas, nomeadas fronteiras e impostas pelas políticas territoriais, são precarizadas, violentadas, discriminadas.

Homi Bhabha (1998) vai nos dizer que fronteira não é uma linha que separa culturas, senão um espaço onde as diferenças se articulam e, dessa forma, é onde se produz o hibridismo que é capaz de corroer as identidades nacionais. Dessa maneira, nem argentina, nem brasileira, quem escreve se descreve como ambígua, híbrida, hifenizada que (re)pensa a condição de estrangeira e a coloca em outros termos, desta vez na companhia da música de Rafael Amor (1976):

No me llames extranjero porque haya nacido lejos,
o porque tenga otro nombre la tierra de donde vengo.
No me llames extranjero porque fue distinto el seno
o porque acunó mi infancia otro idioma de los cuentos.

(...)

No me llames extranjero, ni pienses de dónde vengo,
mejor saber dónde vamos, adónde nos lleva el tiempo.

(...)

No, no me llames extranjero, traemos el mismo grito,

el mismo cansancio viejo que viene arrastrando el hombre
desde el fondo de los tiempos, cuando no existían fronteras,
antes que vinieran ellos, los que dividen y matan,
los que roban, los que mienten, los que venden nuestros sueños,
ellos son, ellos son los que inventaron esta palabra: extranjero.

(AMOR, 1976).

Gloria Anzaldúa na sua obra *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza* (1987) no capítulo *La Conciencia de la Mestiza/Towards a New Consciousness* vai dizer sobre a importância de desmontar os paradigmas combinando as culturas, criando assim, uma consciência *mestiza* que possibilita uma mudança na forma como percebemos a realidade. Ela propõe extirpar massivamente qualquer pensamento dualista no indivíduo e na consciência coletiva para trazer o fim do estupro, das violências, das guerras. Anzaldúa (1987) pergunta-se sobre os entre-lugares de todas as categorias, sobre conceitos de nacionalismo, raça, etnia, gênero. Traz a *mestiza* para pensar nas pororizadas das categorias, nas aberturas das identidades, nas existências nas fronteiras.

As a *mestiza* I have no country, my homeland cast me out; yet all countries are mine because I am every woman's sisters or potential lover. (As a lesbian I have no race, my own people disclaim me; but I am all races because there is the queer of me in all races.) I am cultureless because, as a feminist, I challenge the collective cultural / religious male-derived beliefs of Indo-Hispanics and Anglos; panics and Anglos; yet I am cultured because I am participating in the creation of yet another culture, a new story to explain the world and our participation in it, a new value system with images and symbols that connect us to each other and to the planet. *Soy un amasamiento*, I am an act of kneading, of uniting and joining that not only has produced both a creature of darkness and a creature of light, but also a creature that questions the definitions of light and dark and gives them new meanings (ANZALDÚA, 1987, p. 80-81).⁹

Nas aberturas de mim, e na condição de estudante chegando, chego e aproximo-me do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades (GEPSS) que acolhe, acolhendo comigo, a temática do aborto. Esse Grupo, através dos encontros e pela amizade, nos convida a refletir sobre *o que temos feito de nós*, e nos faz também, um convite à conspiração. Nos interpela e

⁹ Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer* em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados (Tradução de Ana Cecilia Acioli Lima disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015>. Acesso em março de 2018.

nos fala sobre a convivência com as crises da escrita, para poder falar com as sujeiras que nos habitam e compor, assim, um texto carne, um texto corpo, um texto sujo, um texto sangue e um texto que se propõe a acompanhar processos. É no movimento e no encontro que me estranho a mim mesma e ao mundo e me pergunto, junto com a historiadora Tânia Swain (2002)

Quem somos nós, assim, encerrados em corpos sexuais, construídos enquanto natureza, passageiros de identidades fictícias, construídas em condutas mais ou menos ordenadas? Quem sou eu, marcada pelo feminino, representada enquanto mulher, cujas práticas não cessam de apontar para as falhas, os abismos identitários contidos na própria dinâmica do ser? (SWAIN, 2002, p. 327).

Quem sou eu e o que faço com isso? Que faço com o que fizeram de mim? Que dizem sobre que corpo é esse? Que corpo é esse que habito hoje? Quando me faço estas perguntas, posso tentar parar para escutar o meu silêncio, silêncio que grita. Este corpo sexual, corpo branco de classe média, corpo que possui um útero que menstrua e que “através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais, foi reinscrito e reinstruído na heterossexualidade” (PRECIADO, 2014, p. 26). Corpo que, no trânsito por práticas de desconstrução ou contra práticas, – e aqui visamos, junto com João Manuel de Oliveira (2016), arquitetar pensamentos sobre gênero baseados em uma ideia de trânsito, opostos à fixidez e permanência já que o gênero vai de fazendo e desfazendo - pode engravidar e abortar. Este corpo com suas singularidades, que habita e circula diversos espaços, vai pedindo questionamentos, críticas daquelas práticas que se inscrevem em nós e que nos impedem que sejamos *Senhoras de si*.

Fazemos isso compondo junto a outros corpos, experimentando, aprendendo nos encontros e desencontros que nos convidam a questionar aquelas práticas que nos constituem como sujeitos marcados, representados, encerrados, categorizados, prefixados; práticas impostas por uma teia de significados que nós mesmos vamos tecendo por meio de diversas e múltiplas relações. Visamos fazer esses questionamentos a partir do destaque e reflexão sobre experiências em narrativas. Compreendemos que as narrativas “corporificam noções particulares sobre conhecimento, formas de organização da sociedade, sobre os diferentes grupos sociais (...) contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe”. (SILVA, 1996, p. 165-166). Acreditamos que, quando os corpos se põem a falar, cantar, escrever, poetizar, desenhar, pintar, pichar sobre a experiência do aborto, eles produzem narrativas, “corporificam” algumas noções sobre o aborto, produzindo imagens.

Recuperamos narrativas de experiências de pessoas que abortaram e que são de *domínio público* na *internet*. Mas não só. Quando em cada encontro ouvimos histórias, nos remetemos à “faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1985, p. 198), nos interessamos em

trazer essas narrativas em modos de ficções, contos breves: “A narrativa é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação” (BENJAMIN, 1985, p. 205). Para o autor, a “verdadeira narrativa” seria uma estrutura ficcional calçada em um “discurso vivo”, assim, a narrativa em Benjamin tem uma “dimensão utilitária” (BENJAMIN, 1985, p. 200-204), já que o narrado se originaria na coletivização das experiências e se destinaria a sujeitos irmanados nessa coletividade. A “verdadeira narrativa” para Benjamin corresponderia aos relatos de tradição oral objetivados em um tramado de vozes anônimas que se sucedem e se substituem, garantindo a preservação das histórias memoráveis de um grupo social. O narrador, “incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes”. O narrador no ato mesmo de narrar, vai tramando a sua experiência, as experiências de outros que lhe foram reproduzidas e as que emergem da comunidade de “ouvintes” num rito coletivo: “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (BENJAMIN, 1985, p. 201).

As narrativas ensanguentadas, que aqui co-produzimos, versam histórias a meio caminho, nas fronteiras, entre experiências compartilhadas e silêncios que gritam, que contam. Flávia Motta (2008) descreve o aborto envolto em “sonoro silêncio”, sobre o qual se percebe um ruído contínuo e obscuro, que requer muita atenção da pesquisadora que se lança no desafio de *auscultá-lo*. Então escutamos, auscultamos e criamos breves contos no decorrer da escrita para aceder ao mundo da imagem-ação, na ação coletiva de produzir outras imagens sobre o aborto na partilha de experiências e emoções atreladas a elas. Poderíamos trazer entrevistas ou fragmentos de conversas com quem fez aborto, podemos. Mas optamos por “emprestar o corpo” no “ato de narrar”, utilizando a ficcionalização das histórias que nos são contadas. Emprestar o corpo para cartografar as desobediências das clandestinas, mapear algumas das suas histórias em narrativas expostas na *internet* e na invenção de contos breves para não colocar em risco de punição as pessoas que partilham suas experiências e para tentar produzir outras imagens, outras narrativas na ação de contar. Neste sentido, e porque somos “sujeitos de experiência” (LARROSA, 2015), nos entregamos a ela, à experiência “senhora de Si” na sua dimensão coletiva, que se apodera de nós na “travessia dos encontros e com a relação com algo que se experimenta” (LARROSA, 2015, p. 26). Somos tomadas pela experiência, pelas senhoras de Si e nos deixamos transformar a partir desses encontros, dessas contingências no que nos passa, no que nos acontece e narramos.

Cada narrativa e cada experiência são únicas. Por isso, a multiplicidade e a polifonia aqui ganham destaque. Elas, as narrativas *senhoras de Si*, são as intercessoras que permitem a mobilização do nosso pensamento e o instigam. Acompanhadas do pensamento de Gilles Deleuze, concordamos que é fundamental para o pensamento ser forçado a agir por meio de

problemas, é necessário que o pensamento seja afetado por alguma coisa. Neste sentido, os intercessores são fundamentais para Deleuze, pois é com eles que o pensamento entra em deslocamento, mobilidade, trânsito, criação:

O essencial são os intercessores. A criação são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas – para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artista – mas também coisas, plantas, até animais, como em Castañeda. Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores. É uma série. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso dos meus intercessores para me exprimir, e eles jamais se exprimem sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê (DELEUZE, 1992, p. 156).

Cada pessoa, com nome e sem nome, com rosto e sem rosto, ganha destaque e ocupa lugar nesse texto com a mesma ênfase que os autores e autoras assumirão, porque sangrantes e narrantes, todas essas pessoas, são nossas intercessoras. Cada pessoa, clandestina em si, sangra diferente. Suas narrativas dizem outras coisas. Por isso ouvi-las, lê-las, enxergá-las, senti-las, poderá em cada encontro produzir a co-construção de outros modos de pensar, agir e existir naquilo que as conectam no lugar comum, ou seja, a prática do aborto. Como cada experiência é diversa e versa multiplicidades na história desses corpos, nos permitimos nos afetar com cada encontro e conspiramos.

A origem da vida não é mais de uma costela, converte-se em outra quando deixamos que ela nos transporte na sua viagem. Até podemos sentir que somos acolhidas em seu colo. Colo que não é terno, nem cálido, nem maternal, senão um ninho de encantamentos e subversões. Ela não alimenta deuses. Às vezes deixa algum prato, sem entrar nas jaulas deles para que estes não a mordam, e afasta-se quando eles se tornam muito perigosos. Deuses lhe exigem demais, chega a ser inconveniente. Paradoxalmente, ela se parece com Vênus, sobretudo no seu vago olhar e sua fome por molhados prazeres. Às vezes, encontra-se dançando junto com deusas. Algumas delas lhe parecem mais generosas quando lhe estendem as poderosas mãos e lhe fazem sentir deusa enquanto vibra, enchendo rios. - E o que se podia fazer se ali, nessa vida, não tinha afeto? Não tinha esse, que se fazia preciso. Era certeza da incerteza, da falha, do furo. Certeza do não querer. Como lhe pedir que olhe por algo por toda a vida? -.

Ao se pôr o sol, as deusas espantam o medo e cantam com profundas vozes. Mas não é música, nem algo que dê sabor divino ao som. As vezes parecem gritos. Dor. Alegria. Medo. Solidão. Êxtase. Alívio. Gritos de gozo. Um grito-liberdade? Gritos que já não são o bastante e, por isso, cantam. Cantos-história, cantos-estórias, cantos-gemidos, cantos-sussurros, cantos-delírios. - É meu! Não um pequeno que a mim parece, mas esse corpo quente, que a

mim pertence. Sinto-me deusa de mim! Eu sentia, o sentia sair de mim e não quis que ninguém conhecesse minha alegria. Com minhas palmas afoguei meu sorriso e segurei minha vontade de gritar meu alívio. Como em um delírio -.

O delírio ignora uma ordem. Volta escuro o dia e bota luz à noite. Desdiz as ciências, não obedece à biologia, nem entende de matemáticas. O delírio submete a uma voz. Voz guardiã da loucura que desobedece à cordura.

Ali desnuda de defesas e com seu canto, me encantou. Deliramos. Não alimentamos deuses desta vez. Os delírios serviram-nos para lhes afastar. - As deusas mães acreditam que estão ali para se fazer cargo de mim. Conversam, gargalham. Sou o principal motivo das conversas delas. Logo chegará para elas a des-ilusão. Nada que digam pode me afetar mais.

O corpo é meu, por mais que muitas vezes disso duvide muito -.

Deusa das suas vontades no canto-grito-alívio-delírio. Ela não aceitava o abraço, o carinho, a compaixão. Necessitava menos do que isso: cantar. Gozar.

E gozamos.



D- “Sabiduría” de Eduardo Talledos. Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/uploads/2014/10/Sabidur%C3%ADa-11501.jpg>>.

Bruxas, loucas ou más: No entre de feitiços e problemas

No discurso vigente em minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos... A lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas [...]. Os problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los (BUTLER: 2003, p. 7).

Quando Butler (2003) fala que os problemas são inevitáveis e que a nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de fazê-los, de criá-los, penso em uma frase evocada por alguns movimentos feministas: **“Precisamos Falar sobre Aborto”**. O aborto é um fenômeno frequente e persistente entre todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões: Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), realizada em 2016 e publicada em 2017, uma mulher por minuto pratica aborto no Brasil, uma a cada cinco mulheres entre 18 e 39 anos já fez um aborto. Ou seja: 4,7 milhões de *mulheres* já abortaram no Brasil. Isso sem contar ainda os homens trans porque a pesquisa se fez com mulheres cisgênero.

Quando dizemos que precisamos falar sobre **aborto**, optamos por utilizar uma palavra que designa uma prática carregada de significados que foram e são produzidos sobre ela. Jorge Larrosa (2015, p. 16-17) afirma que as “palavras produzem sentido e criam realidades (...). Creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras”. Fazemos então, coisas com a palavra aborto que é uma expressão utilizada muitas vezes pelos movimentos que se manifestam contra a prática abortiva e a favor dos nascimentos compulsórios, equiparando-o a assassinato e relacionando-o a infanticídio, bebê esquartejado, morte, pecado, inferno e coisas do tipo. Mas, também, é utilizado pelos movimentos que reivindicam o direito ao acesso à autodeterminação para *escolher* parir ou abortar.

Então elegemos nomear à prática com o termo aborto e nos apropriar daquele lugar semântico para produzir outros sentidos e possíveis sem desestimar as controvérsias e limitações da palavra. Isto porque compreendemos também que “as lutas pelas palavras, pelo significado e pelo controle das palavras, pela imposição de certas palavras e pelo silenciamento ou desativação de outras, são lutas em que se joga algo mais do que simplesmente palavras, algo mais que somente palavras”. (LARROSA, 2015, p. 18). Nesse “algo mais que somente palavras”, entendemos que usar o termo aborto teria também a força de sugerir a abertura para processos de resignificação capazes de gerar possibilidades de desconstrução como estratégia de questionamento às produções discursivas sobre o assunto. A palavra se faz corpo porque com ela pensamos, sentimos, coletivizamos. Não propomos aqui uma batalha terminológica

porque pensamos que, diferentemente de se constituir belicoso, a escolha pelo uso do termo **aborto** é uma aposta para reafirmá-lo como prática que, muitas vezes, é assim nomeada pelas pessoas que o vivenciam. Nos apropriarmos do termo e propormos uma abertura para questionar o que é produzido sobre ele. Se faz necessário dispor o termo “aborto” para novas significações.

Ampliamos, assim, o movimento da palavra **aborto** que tenta fugir das produções que se conectam a algumas instituições que regulam os discursos e os (des)legitimam (família, escola, mídia, instituições jurídicas, médicas e religiosas, por exemplo). Elas utilizam expressões como “interrupção voluntária da gravidez” e/ou “interrupção da gestação/concepção”. O exercício de diálogo com essas instituições é fundamental na conversação transdisciplinar entre saberes que, mesmo sendo difícil, acontece, e assumimos o compromisso desses intercâmbios para a ação conjunta de quem nos importamos com a vida dos corpos que abortam. Exemplos disso são os coletivos de médicas pela escolha, católicas pelo direito de decidir, evangélicas pelo direito de decidir, advogadas feministas pró-choice, entre outros.

Contudo, aos efeitos deste trabalho, preferimos ocupar o lugar do termo aborto porque desde a escrita, permite-se uma circulação do que enunciamos e, assim, vai pertencer a outras que recebem na leitura. Com isto dizemos que estamos no exercício de dar palavra ao corpo. Consideramos que a escolha pelas palavras é visão de mundo, então, tomamos posição e produzimos enunciados que se tornam públicos para co-produzir conhecimentos sobre o aborto. Notamos que, no uso da expressão “interrupção voluntária da gravidez”, por exemplo, existe a enunciação do processo da “gravidez”, cujo termo, já tem um *multiverso* de produção de sentidos em torno dele. Com isso, nos perguntamos, os corpos que abortam, utilizam uma expressão que contém em si mesma o universo semântico relacionado à “gravidez”? Ou fogem dela e utilizam outras? Consideramos que afirmar a palavra **aborto**, traz a possibilidade de visibilizar a prática como uma estratégia política. Dessa forma, procuramos subverter as definições para evocar a coletivização dos afetos atrelados à experiência de abortar.

Enquanto os usos de determinadas palavras e não outras, penso também, por exemplo, na utilização do termo **aborto** nas redes sociais como “ciberativismo” ou “narrativas digifeministas” e o uso das *#hashtags*, que servem “para organizar blocos de discussão temática” (DE ABREU, 2017, p. 145), sendo assim “capazes de reunir multidões em torno de questões pontuais e ao mesmo tempo universais” (DE ABREU, 2017, p. 146). A utilização de *hashtags* gera uma influência na difusão de informações, um exemplo emblemático é o “caso Belén” na Argentina e a campanha através do *Twitter* com *hashtags* **#LibertadParaBelén** e **#AbortoLegal**. Esse movimento foi suscitado pela punição de uma jovem argentina que foi

condenada a oito anos de prisão por um aborto espontâneo. Às mobilizações e aos reclamos para a liberação de Belén, se somaram campanhas no ciberespaço e a palavra **aborto** apareceu munindo as redes e alcançando milhares de menções. Isso possibilita que realizem pesquisas, por exemplo, das tecnologias da informação e comunicação, e que façam mapeamentos da quantidade de vezes que se digitou uma palavra ou uma frase replicando-se no mundo e, assim, estudar o alcance dessas campanhas nas redes através da *internet*. Redes sociais, como *Twitter* e *Facebook*, utilizam ferramentas de monitoramento num período de tempo determinado para obter gráficos com informações em relação à rede específica de conexões. No dia 28 de setembro, dia latino-americano de luta pela legalização e descriminalização do aborto, as redes são abastecidas pelas *hashtags* **#28set** **#LegalizaOAborto** e **#AbortoLegal**, constituindo um grito comum e permitindo “abordagens metodológicas como a netnografia e a análise de conteúdo” (DE ABREU, 2017, p. 137), por exemplo, nas pesquisas nos espaços digitais.

Consideramos importante destacar a utilização do termo aborto nas pesquisas com *internet* porque “as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos” (GUATTARI, 1992, p. 14). Acreditamos na capacidade de contágio que ultrapassa reivindicações ideológicas e descarrega o aborto de matizes morais para possibilitar uma entrega às experiências e narrativas ensanguentadas em um devir *aborteiras*.

Aborteiras são as pessoas que fazem acontecer os abortos, que colaboram nos processos de aborto, que não podem ser identificadas. São as vizinhas, as amigas, os companheiros, as doulas, todas aquelas pessoas que conhecem histórias sobre abortos, que ouviram falar sobre ele, que participaram ou não dos abortamentos, que entenderam o aborto como realidade cotidiana e inevitável de todas as sociedades historicamente conhecidas e que conseguiram criar outros sentidos e significados à prática. As orienta o fato de fazer o que acham melhor para si e possibilitar a outras que façam acontecer, compondo redes de cuidado. Dessa forma, consideramos importante pensar em uma produção de subjetividades aborteiras.

A definição provisória mais englobante que eu proporia da subjetividade é: “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como *território existencial* auto referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva”. Assim, em certos contextos sociais e semiológicos, a subjetividade se individua: uma pessoa, tida como responsável por si mesma, se posiciona em meio a relações de alteridade regidas por usos familiares, costumes locais, leis jurídicas Em outras condições, a subjetividade se faz coletiva, o que não significa que ela se torne por isso exclusivamente social. Com efeito, o termo “coletivo” deve ser entendido aqui no sentido de uma multiplicidade que se desenvolve para além do indivíduo, junto ao *socius*, assim como aquém da pessoa, junto a intensidades pré-verbais, derivando de

uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica de conjuntos bem circunscritos (GUATTARI, 1992, p. 12-13, *itálica do autor*).

O autor afirma uma concepção de subjetividade como um processo político e coletivo que se compõe por diversos vetores que vão além de uma instância psicológica e além das lógicas da representação. No texto *Micropolítica: cartografias do desejo*, sustenta que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 31). Os processos de subjetivação realizam-se, portanto, nos modos de relações que estabelecemos conosco mesmas e com o mundo, nos modos de existir nos fluxos contínuos de imagens, afetos, sons, sensações e formas de consumir que são fabricadas na trama social. Assim, o corpo aborteiro perde a dimensão representativa e intensifica a capacidade de produzir novas conexões e agenciamentos sem-fim nas redes de acompanhamento, de afeto, de compartilhamento. Pensamos que, dessa maneira, é possível a produção de um “si”, um modo de existir no coletivo, um estilo de existência a partir da multiplicidade das diferentes vivências com a prática. “Os processos de subjetivação [...], não são centrados em agentes individuais (no funcionamento de instâncias psíquicas, egóicas, microsociais), nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 31).

Imagem 1- “Wacha, bruja y abortera”. Pichação 8 de março, Buenos Aires, Argentina, 2018



Fonte: Twit da radio on-line “Wachas”¹⁰

¹⁰ Disponível em: <https://twitter.com/wachasradio>. Acesso em março de 2018.

As *aborteiras*, por meio de práticas específicas, co-constroem outros sentidos, oferecem outras imagens, outras perspectivas que resistem às fabricadas pelas opiniões pessoais e crenças particulares. Elas intervêm nos processos e propõem significações alternativas sobre a prática do aborto, se organizam e relacionam-se com as instituições e a sociedade. Na criação das redes de solidariedade, as *aborteiras* colocam-se na ação e nessas práticas produzem outros possíveis, questionando, assim, as normas e suas estruturas. Quando as *aborteiras* agem, possibilitam a pergunta sobre: *o que pode um corpo?*

Muitas vezes, a palavra *aborteira* é utilizada de modo negativo, precisamente porque o abortamento é sobrecarregado de significados e imagens produzidas pela proibição e relacionadas ao crime; e porque as pessoas que se encarregam de fazer acontecer aquela prática, são condenadas socialmente sendo nomeadas *bruxas*, *assassinas*, *monstras*, *loucas*, *más*. Essas acusações de *bruxarias*, contra quem tem saberes populares, são duramente perseguidas e isso acontece há séculos. Um exemplo disso é a chamada “caça às bruxas” da inquisição.

La inquisición condena a los cultivadores, recolectores, y conocedores de preparaciones a base de plantas, considerándolos brujas, alquimistas y parteras como herejes o desviantes satánicos: se inicia así un proceso de expropiación de saberes populares, de criminalización de prácticas de “intoxicación voluntaria” y de privatización de germoplasmas vegetales que culminará en la modernidad con la persecución del cultivo, el uso y el tráfico de drogas, la progresiva transformación de los recursos naturales en patentes farmacológicas y la confiscación de todo saber autoexperimental de administración de sustancias por las instituciones jurídico-médicas (PRECIADO, 2008, p. 112).

Com a companhia de Preciado (2008), chegamos ao encontro da escritora “bruxa” (como ela autodenomina-se) Starhawk, que, na sua obra *Femmes, magie et politique* (2003), compreende a perseguição das bruxas como parte de um processo de extermínio de saberes populares para a consolidação de um monopólio de saberes expertos que servem a interesses do capitalismo. Nesse sentido, a inquisição condena os saberes do prazer, as artes eróticas, impondo intercambio sexual reprodutivo e punindo a masturbação. Desta forma, são alvo de destruição saberes da comunidade, do imaginário popular, de feitiços e de magias. “Los poderes de las brujas, utilizados para hacer el mal o para curar, eran considerados como demoníacos porque emanaban de una fuerza no instituída.” (STARHAWK, 2003, p. 273-274 apud PRECIADO, 2008, p. 116).

As *aborteiras* pertencem a uma força não instituída e possuem saberes bruxos que nem sempre são revelados. A historiadora italiana Silvia Federici, na sua obra *Calibã e a Bruxa*

(2017), recentemente publicada em português pelo Coletivo Sycorax¹¹ em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo¹² de São Paulo, explicita que, a partir da expansão do sistema capitalista, as pessoas eram progressivamente afastadas das suas vidas em comunidade e de suas terras. As *mulheres*, além de possuírem conhecimentos curandeiros sobre ervas naturais e ciclos da terra, lavravam, adubavam e acessavam à natureza, acompanhando seus ritmos. Também eram elas mesmas as que decidiam sobre a gravidez ou o aborto. Assim, os processos de reprodução acompanhavam a produção (FEDERICI, 2017).

Segundo Preciado (2008), essas *mulheres* que utilizam saberes tradicionais de saúde autogestivos de cura do corpo, baseados no uso de ervas e rituais, representam uma ameaça para os saberes expertos ou científicos, os especialistas, os autorizados. Desse modo se criam licenças para o exercício da profissão médica que não contemplam os saberes medicinais de *mulheres*, parteiras, bruxas. A “caça às bruxas” configura-se assim como mais um modo de arrebatrar das *mulheres* toda *autonomia* que lhes pertencia. As *bruxas*, identificadas como aquelas que serviam aos diabos, eram aquelas irreverentes, que possuíam uma sabedoria independente, demoníaca. Federici (2017) conta como ocorre progressivamente uma separação da produção e da reprodução, sobrando para as *mulheres* o trabalho reprodutivo, que não é entendido como um trabalho neste sistema, que foi produzido como algo natural e biologicamente programado para elas. Isso funciona assim até hoje na figura da *maternidade*, mas não nos debruçaremos agora sobre esta questão. A “caça às bruxas” é um mecanismo que podemos compreender como atual na perseguição e catequização de povos originários, processos de escravidão, feminicídios, transfeminicídios, extermínio da população negra e grupos LGBT (FEDERICI, 2017).

Nesse ponto, com o encabeçado desta seção, no qual Judith Butler (2003) nos fala sobre criar problemas, pensamos na (re)atualização da “caça das bruxas”, que vai adquirindo outros formatos, mas segue dirigindo-se àquelas irreverentes que, com seus saberes demoníacos, representam uma ameaça para a *lei dominante*. Federici (2017) já nos disse que a subjugação das *mulheres* foi essencial para o sucesso da instalação do capitalismo e esse é um mecanismo que não pertence ao passado. Constatamos isso na perseguição, tortura e até morte de quem habita o mundo se diferenciando e contestando aquelas normas que “se fazem e nos fazem, mas também nos desfazem”. (OLIVEIRA, 2017, s/p).

No mês de novembro do ano 2017, a filósofa Judith Butler visita o Brasil novamente.

¹¹ Mais informações do coletivo Sycorax disponíveis em: < <http://coletivosycorax.org/>>. Acesso em novembro de 2017.

¹² Site da fundação Rosa Luxemburgo disponível em: < <http://rosaluxspba.org/>>. Acesso em outubro de 2017.

Muitas de nós ficamos felizes com sua visita e dizemos “nós” porque pertencemos àquele “conjunto indeterminado de ativistas, militantes, acadêmicxs, estudantes, pessoas de várias esferas, mas que partilham um olhar, com várias nuances e várias diferenças, mas que implica uma vontade de aprofundar as democracias e extendê-las” (OLIVEIRA, 2017, s/p). Judith Butler é uma das pensadoras que orienta essa escrita. Para a *Wikipédia* “uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo”. Para muitas de nós na academia, uma prestigiosa companhia para (re)pensar o que fazer com as normas que nos (des)fazem. O que aconteceu foi que, a partir da visita de Judith Butler em São Paulo, começou a se gestar um movimento de pessoas que intentaram impedir a fala da filósofa. Através de uma petição online, tentam impedir a participação dela no seminário *Os fins da democracia* (a ocorrer no Sesc Pompeia, em São Paulo, entre 7 e 9 de novembro de 2017), sob o pretexto de que Butler é promotora da *ideologia de gênero*. “A proposta da petição é o silêncio do binarismo, o silêncio misógino, racista, heterossexista, transfóbico de quem pretende interromper as vozes outras, como encerrar exposições, proibir e queimar livros, destruir terreiros de candomblé e impedir outrxs de viver” (OLIVEIRA, 2017, s/p). O mais assustador foi que algumas dezenas de manifestantes gritavam “Queimem a bruxa!” E “Queima no inferno, bruxa! Jesus tem poder!”, enquanto faziam rituais portando crucifixos e ateando fogo numa boneca com uma foto do rosto de Judith Butler, lembrando os tempos sombrios da Inquisição. A filósofa, a respeito, escreveu:

Talvez aqueles que queimaram uma efígie minha como bruxa e defensora dos trans não sabiam que aquelas que eram chamadas de bruxas e queimadas vivas eram mulheres cujas crenças não se enquadravam nos dogmas aceitos pela Igreja Católica. Ao longo da história, atribuíram-se às bruxas poderes que elas jamais poderiam, de fato, ter; elas viraram bodes expiatórios cuja morte deveria, supostamente, purificar a comunidade da corrupção moral e sexual. Considerava-se que essas mulheres tinham cometido heresia, que adoravam o diabo e tinham trazido o mal à comunidade. O fantasma dessas mulheres como o demônio ou seus representantes encontra, hoje, eco na “diabólica” ideologia de gênero. E, no entanto, a tortura e o assassinato dessas mulheres por séculos como bruxas representaram um esforço para reprimir vozes dissidentes, aquelas que questionavam certos dogmas da religião (...). Afinal, queimar bruxas era uma forma de feminicídio executado em nome de uma moralidade e ortodoxia. Embora eu não seja estudiosa do cristianismo, entendo que uma de suas grandes contribuições tenha sido a doutrina do amor e do apreço pela preciosidade da vida - muito longe do veneno da caça às bruxas. (BUTLER, 2017, s/p).

Escrita que, Judith Butler (2017) elabora com afeto e elegância em resposta aos ataques produzidos em sua visita, nos convida para pensar na necessidade do contínuo exercício de diálogo que forma parte de um *éthos*, na hora de pensar em *democracia*. *Democracia* que não existe pelo consenso, senão pela divergência, pela polifonia de vozes e pela acolhida das diferenças. Como evocar democracia, se são impedidas de falar algumas (re)existências em

detrimento de outras? Butler (2017) chama nossa atenção sobre essa abertura ética como garantia de uma política de aspirações democráticas, que se compromete com práticas contra discriminatórias, contra os assédios, contra as violências e os assassinatos das pessoas que habitam o mundo de diversas formas nas suas diferenças. “Essa abertura ética é importante para uma democracia que inclua a liberdade de expressão de gênero como uma das liberdades democráticas fundamentais, que enxergue a igualdade das mulheres como peça essencial de um compromisso democrático” (BUTLER, 2017, s/p).

Nos perguntamos: como falar em *democracia* se, quando se fala de *defesa da vida*, não se pensa na vida do corpo que engravida e aborta? Que *democracia* é essa que se limita ao triunfo da maioria, por exemplo, no voto de uma Proposta de Emenda Constitucional que proíbe o aborto até mesmo em caso de estupro?¹³ Então, que *democracia* é essa? A pergunta não é: quando um óvulo fertilizado por um espermatozoide passa a ser considerado “vida”? A pergunta deveria ser: quando o *corpo que engravida* deixa de ser “uma vida” e passa a ser uma incubadora regulada pelo Estado e pelas suas instituições? São essas instituições que se apropriam dos corpos e respondem a mecanismos que funcionam produzindo morte, negligenciando o *direito* à autodeterminação sobre o aborto, determinando quais vidas não são dignas de serem vividas e, portanto, deixadas à morte. O que nos resta?

Pensamos assim nos saberes bruxos, nas alquimias, nas resistências, nas vidas não capturadas nas lógicas do Estado, nas *aborteiras*, nas redes, nos feminismos. Neste trabalho, tentamos recuperar algumas das marcas das bruxas que não se conseguiu queimar, damos outros sentidos para elas e misturamo-las com as marcas dos corpos que atravessam a experiência do abortamento em si: as *senhoras de Si*, as clandestinas, suas narrativas. Corpos juntos e misturados em uma cumplicidade clandestina e desobediente que aborta leis, produtos, ordens, sangue parado, instituições, células. Corpos que sangram e pulsam conspirando juntos.

Há uma velha que mora numa toca da alma e que poucas têm visto. Outras conhecem. Mostra. Animal. Besta. Bruxa. Mais velha que o tempo, vive no presente e no passado. Ela possui um conhecimento de quatro patas. Animal. Um conhecimento que nos ensinam a nos

¹³ A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 181/2015 foi aprovada no dia 8 de novembro de 2017 por uma Comissão Especial da Câmara de Deputados Federais do Brasil. O objetivo original da PEC previa alterar o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, que dispõe sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. Esse texto foi modificado e a nova proposta altera a Constituição Federal para incluir o direito à vida desde a concepção. Se for aprovada em plenário, não será mais garantido o direito de aborto nos casos já previstos por lei: estupro, risco de morte e anencefalia fetal. Dos 19 deputados presentes na comissão referida, apenas uma deputada votou contra. A única *mulher* ali presente.

envergonhar dele. Aquele conhecimento sujo. Selvagem. Conhecimento que contém enorme caudal de ideias, imagens, particularidades. A velha mostra, a besta que sabe. Ela sabe. Sabe das essências que habitam na natureza. É a arquivadora dos desejos das fêmeas. Tem o perspicaz olhar de uma velha bruxa e seu bigode percebe possíveis futuros. Essa velha selvagem, a que sabe, a bruxa, está dentro de nós. Nos habita. Nos compõe. Ela mora no mais profundo da nossa alma e sussurra através da intuição cada vez que o anseio do profano nos acossa. Ela mora no entre o racional e o mito. Ela está conosco. Descobrimos marcas dela nas poesias, nos contos, na literatura, nos cantos, nas pinturas... ela nos devolve a intuição que foi secularmente saqueada, roubada. - Numa época onde esses dias eram os “dias da vergonha”, não sangrar me trouxe certa alegria, não sabia o que estava acontecendo, mas eu não estava preocupada. Tinha 14 anos, mas eu era uma menina, não entendia, ninguém me explicou nada, naquela época isso era um grande segredo, uma grande vergonha tudo..., mas uma tarde soube... soube o que estava se passando no meu corpo.... Assim como desconhecemos muita coisa, temos muitos segredos...- Ela sorri com o olhar fixado naquelas imagens, naquela cumplicidade com outras, mas com ela própria num momento que parecia muito longe no tempo, mas recente nas marcas. As bruxas curam de jeitos inexplicáveis, elas conhecem daquelas ervas, daqueles chás que são fortes como elas, não são ervas mequetrefes, não. Hoje têm medicamentos e outras alternativas, mas também têm as ervas. As bruxas são sábias. Elas não precisam de médicos, nem clínicas. - Eu conheci aquela bruxa que me curou de maneira misteriosa. Todo mundo odiava ela na roça, no povoado. Mas todo mundo precisava dela -. Primeira vez que contava sua história: - porque você é a amiga da minha neta e me sinto melhor contando hoje. Velha, não tenho medo. Até porque eu também sei -. E esboça novamente aquele sorriso.

Ficção de *bestas* que sabem, uivam, gargalham, cantam. Com elas, tentamos compreender alguns saberes populares sobre o corpo que vão se transmitindo na oralidade e que se afastam dos saberes institucionalizados. Para o saber médico, “aqueles dias da vergonha”, ou seja, os dias nos que os corpos menstruam, os ciclos naturais são obrigados a se adaptar a outros ritmos e processos *artificiais*. Tal é o exemplo da *tecnoregla* definida por Preciado (2008), que expõe a capacidade da pílula contraceptiva de reproduzir tecnicamente os ritmos dos ciclos menstruais naturais, quer dizer, de produzir um sangramento tecnicamente induzido que produz uma ilusão de naturalidade do ciclo. O autor refere-se ao grande investimento na pesquisa científica sobre sexo e sexualidade no período da guerra fria, nos

Estados unidos, e explicita que assistimos uma mutação do capitalismo, que não só se caracterizaria pela transformação do sexo em objeto de gestão política da vida (na concepção biopolítica de Foucault), senão que essa gestão será levada a cabo através das novas dinâmicas do tecnocapitalismo avançado (PRECIADO, 2008).

O autor prossegue e nos convida a pensar na produção de uma “era farmacopornográfica” e, ao mesmo tempo, numa “bruxaria narcótico-sexual”. O *farmacopoder*, é aquele que, através de métodos técnicos específicos, incorporamos. Ele cria *metáforas tecno-vivas* que podem ser tragadas, digeridas, assimiladas, auto administradas, in-corporadas. Possui a capacidade de imitar ciclos e processos naturais do corpo, integrando-o a instituições mais amplas e em lógicas mais complexas (PRECIADO, 2008). Esse conceito de farmacopoder nos permite pensar como o sexo converteu-se no centro da atividade política e econômica atual pelos poderes da indústria farmacológica. É dizer, como Preciado (2008) aponta que, já não é necessário o hospital, o quartel, a prisão, porque agora o próprio corpo foi convertido ele próprio em dispositivo de vigilância.

Seguindo ao autor, pensamos na produção e circulação de imagens sobre o aborto. A produção de imagens dos fetos mortos nas mãos dos anti-abortistas, dos embriões falantes, dos zigotos pedindo para não ser abortados, dos *fetinhos* de plástico da campanha anti-abortista “el bebito”¹⁴, mostram a *obscenidade* que Preciado (2008) vai nomear como produção *pornográfica*. A pornografia é um dispositivo que, através da produção de imagens, permite estimular mecanismos que se fazem corpo. O *farmacopornopoder* é um efeito do tramado das representações discursivas e visuais que são produzidas pelos dispositivos institucionais como a família, a escola, as legislações, a mídia, as religiões. O próprio da pornografia, segue Preciado (2008) é, mais que a questão da imagem e o seu conteúdo, a cenografia, a teatralização com que a imagem vai ser exposta. É todo um sistema de signos, de códigos, textos e imagens politicamente regulado. “El sujeto es al mismo tiempo un productor y un intérprete de signos, siempre implicado en un proceso corporal de significación, representación y autorepresentación” (PRECIADO, 2008, p. 83).

¹⁴ Campanha impulsada por Mariana Rodríguez Varela, filha de Alberto Rodríguez Varela, quem foi ministro de Justicia durante a ditadura militar na Argentina e advogado defensor do genocida Jorge Videla na causa de roubos de bebês. A campanha anti-abortista “El Bebito” se opõe ao direito ao aborto em qualquer circunstância, incluso nas exceções de aborto legal já estipuladas no Código Penal. A campanha anti-abortista utiliza bonecos de plástico com forma de embrião que são distribuídos com cartazes cuja legenda diz “tengo 8 semanas, estoy creciendo, quiero nacer”. Mais informações disponíveis em: <<https://www.laizquierdadiario.com/El-Bebito-la-increible-campana-de-la-hija-de-un-funcionario-de-la-dictadura-y-defensor-de-Videla>>. Acesso em março de 2018.

Imagem 2- “Tengo 8 semanas, estoy creciendo, quiero nacer”. Campaña anti-abortista impulsada por Mariana Rodríguez Varela, Argentina, 2017



Fonte: Website “Entre Ríos Ahora: Periodismo Independiente”¹⁵

Imagem 3- “Toda vida humana é sagrada e inviolável”. Igreja matriz da paróquia de Castelo- ES.



Fonte: Imagem inédita enviada à autora.

A produção de imagens sobre o aborto, é uma das técnicas que pretende deslegitimar aos corpos que abortam, des-subjetivá-los e reduzi-los à categoria de criminosos. Dessa forma,

¹⁵ Disponível em: < <http://entrieriosahora.com/la-senora-del-bebito-la-gente-es-tan-provida/>>. Acesso em março de 2018.

pode-se fazer uso da força de trabalho reprodutivo dos corpos engravidantes de forma gratuita, produzindo corpos destinados a ser potenciais procriadores e sujeitos sempre a vigilância e controle (PRECIADO, 2008).

O que nos interessa é a produção de imagens que, além das produzidas pelo sistema *farmacopornográfico*, constituem-se “contra - imagens” na arte, na literatura, na transformação da linguagem. Tentamos compreender, assim, outros contextos que apresentam outras concepções de corpo, gestações, sangramento, aborto, de maneira diferente das concepções chamadas científicas. Aqui, não pretendemos discutir a eficácia dos chás e substâncias dos saberes das *bruxas* para provocar um aborto, mas consideramos importante trazer aquelas narrativas que falam da prática do aborto em contextos onde são outros os saberes e as práticas para fazer o que elas consideram melhor para si. Paloma del Cerro (2011), nos canta:

Me darán las plantas todos sus aromas, sus colores
Renacer y sembrar vida cuando los cuerpos transpiran
¡Ay! curandera curando, curandera, curando
Si parimos con placer si nos amamos sin dolores
Nos sanamos con amarnos al mirarnos en el alma
¡Ay! curandera curando, curandera, curando

Ya puedo sentir el poder natural de tu calor,
desde el interior yo me estoy abriendo
Quiero que toda la potencia de mi madre tierra
me pegue fuerte, me pegue adentro
Curame para que te de vida siempre,
vamos rompiendo la cadena de la mente
La pachamama lo siente, dale hasta abajo curandera presente
Tengo el canal abierto, estoy ardiente,
tengo la sangre que me hierve bien caliente.

(DEL CERRO 2011).

Entre saberes não legitimados, feitiços e problemas, entendemos que a perseguição às *bruxas*, assim como às *aborteiras*, pode ser uma batalha entre saberes profissionalizantes ou especialistas contra saberes populares ou pagãos e, assim, “se trata de exterminar o confiscar una cierta ecología del cuerpo y del alma (...) de erradicar las formas de subjetivación que se producen a través de experiencia colectiva y corporal de rituales, asimilación de sustancias y de autoexperimentación (...) con su propia sexualidad” (PRECIADO, 2008, p. 117). Isto parece funcionar como instância de controle e repressão dos saberes transmitidos pela experiência das *parteiras*, *aborteiras*, *mulheres*, *bruxas*, na clandestinidade para contribuir no monopólio de um saber especializado, com licença médica para intervir nos corpos dos outros, das outras.

Consideramos importante, aos efeitos do nosso trabalho, mergulhar em outras realidades, nos encontros bruxos em outros topos, e habilitar uma escuta do que se conta nos contos das que contam. Co-construimos narrativas numa (re)apropriação criativa, inventiva e interventiva daquilo que nos afeta com as bruxas, para resgatar experiências daqueles saberes, dos conhecimentos ancestrais que muitas vezes são deslegitimados, ignorados, infravalorados por serem considerados menos científicos e, por tanto, menos eficazes e até perigosos. Aquela sabedoria que tentamos recuperar nas narrativas é usurpada secularmente pela chamada ciência, pelo *farmacopoder* (PRECIADO, 2008) que nos expropria daqueles saberes para logo nos serem vendidos em outros formatos, de cartela e bula, por exemplo.

Entendemos que esses saberes co-existem, re-existem, resistem, escapam de algumas logicas instituídas e de algumas lógicas capitais. Essas práticas abortivas carregam o tempo da ancestralidade e, reconhecendo nossas limitações de acesso, nos detemos a escutar. Esses não são conhecimentos revelados em receitas de bula. São saberes que dialogam com os elementos da mãe terra e que adquirem legitimidade nas práticas com amargos chás que não precisam dos laboratórios que vendem as pílulas para abortar.

Ainda que as bocas falem diversas línguas, os contos viajam de boca em boca. - Mas não só falam as bocas, as almas também dialogam -, disse ela. De boca em boca. De língua em língua. De alma em alma. Mitos. Lendas. Contos. Cantos. Relatos. Fábulas. Vida. Ela vem da zona andina da América do Sul, entre os “wankas” e os “chankas” do Perú. É mais poesia do que mulher. Uma criatura viva que, além de humana, está feita de coisas bonitas, húmidas, ardentes, mágicas. Sua casa (“wasi”) cheira a milho doce. Cheiro que se mistura com o aroma de fumaça da madeira e a erva fresca. Na comunidade, a brisa húmida traz o perfume da terra molhada enquanto os cantos de diversas espécies de pássaros se fazem ouvir ininterrompidamente. Oferece uma bebida. Sabores do originário que despertam o vivo. Cântaros de “chicha de jora” e contagiosa alegria de cantos-contos que chegam através dela. Tambores, “zampañas”, “quenas”, “charangos”, “chacarpayas”, gritos, cantos, aire, energia, magia. -O “quíchua” estava dormido em mim. Eu podia senti-lo. Eram vozes ancestrais que me sussurravam cantos e contos desde que eu era criança -. Olhando para o passado que se fez presente nesse momento, canta: - Puñullay waway puñullay, Kikillay waway kikillay, sumaqri kunan kaniqa, Michiri kunan kaniqa¹⁶... Língua das

¹⁶ Um trecho de uma canção de ninar quíchua: “Dorme meu nenezinho, descansa e dorme que tenho que ir lavar

ancestrais que dormia nela, até que soube que devia seguir o cheiro fresco da seiva quente dentro de si, para explorar o que tinha afundado no pó dos contos. Os contos que sua avó contava, foram aqueles incríveis tesouros que, junto com a sua intuição, despertaram os “quíchuas” e “aymarás”. A partir dali, é mais uma guardiã dos seus próprios fogos criadores. Foi escarvando para descobrir séculos de terra, ossos essenciais, escavando nos estratos da cultura, seguindo o emaranhado das raízes.

Aprendeu o “chanca” com a sua avó, mas não só. - Quando percebi que sabia o “quíchua” sem saber que sabia, sem saber que minha avó tinha me ensinado desde “wawa”, despertou-se em mim uma sacerdotisa. Sentia aos poucos que ia recobrando os meus próprios poderes. Fui conhecendo as que invocam o fogo, as que invocam céu, as que invocam água. Juntas, invocamos aos quatro elementos. Oferecemos cantos, danças, porque nossa “Pachamama” precisa de nós. Temos que entender que “Pachamama” não pode ser compreendida como sinónimo de mãe terra porque isso é reduzi-la à fertilidade, como nos reduzem às mulheres. A “Pachamama” é um todo que vai além da natureza que podemos enxergar. Ela contém a vida. É energia que não nos pertence. Nós pertencemos a ela.

Para nomear órgãos ou vísceras do corpo, não se conhecem muitas vozes no seu povo..., mas as ervas, as seivas e os vegetais foram-lhe sempre familiares. Com a sua avó, aprendeu também sobre o uso ancestral de alguns preparos que até os demônios gostavam de confeioar. Ela possui aquela sabedoria. Ela é “warmi janpiri”. Antecessora das recebedoras, das parteiras, das curiosas, das conhecedoras. Ela sabe aonde achar e recolher a “huachanqa”. Só ela. Ela e outras “yachachiq warmikuna”. É assunto delas. Elas sabem daquele lugar escolhido pelas deusas onde achar a planta. O preparo deve ser na entrada do sol, ao anoitecer, na mudança da lua. É do lado oposto à saída do sol que a “killamama”, representada pela lua, se faz presente. É para ela que se oferece o rito para devolver à “pachamama” os favores recebidos. -Me conecto com minhas ancestrais, as “warmi timkuy”. Sigo suas pegadas, levo suas marcas. Ponho meus dedos na terra nativa, procuro nas raízes que dão vida. Elas, flores feiras que são fertilizadas com nosso sangue para que cresçam fortes e sãs. São milhares de anos de colheitas que celebramos como presente da mãe terra. “Killamama” me observa e, com sabedoria milenar, me ilumina. Me guia-.

Aprendemos com as bruxas, com as velhas e as sacerdotisas. Mas também convivemos com as crises que a tensão do pensamento produz e, nesse sentido, pensamos em nossos gritos

a terra e pastorear”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=MJcIvAsaJl8>>.

de luta quando exigimos ao Estado a *legalização do aborto* como forma de acessar à prática em segurança. Pensamos que é esse Estado também o que produz *enquadramentos*, estabelecendo que algumas vidas não são dignas de serem vividas. Qual é nossa exigência? É pela via dos direitos? Direitos para quem? Direitos das vidas de quem? Muitas vidas resistem pelas bruxarias, pelas redes de amizade, com as ancestrais, com os saberes populares, com as alquimias que não estariam capturadas pelas lógicas capitalais.

E abortar não se trata simplesmente do direito a fazê-lo. O certo é que não se trata do direito em si, nem de sua legalidade formal e superficial. Embora ao final das contas, tudo isso nos pesa no corpo, sobre o corpo, e ao mesmo tempo nos atravessa de maneira fatal. A Lei pesa sobre meu corpo. E ao mesmo tempo a quero sacar. O direito, essa frase que dizemos todo o tempo: “eu tenho direito a..”, no melhor dos casos vem a legalizar o exercício de uma prática de liberdade. E no pior dos casos, o cremos. E cremos profundamente. Acreditar que temos “direito a..”, para depois necessitar de alguém que o legitime e reconheça. E neste caminho, o direito já não o temos, ou melhor dizendo, já o tem outro (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 9).

LaNiñx Monstrua (2014) prossegue com a ideia de que ninguém pode dar “direito à escolha” para ninguém, como tampouco pode tirar de alguém, porque “a liberdade de escolher” antes que um direito, primeiro é um fato.

Porque a pergunta para mim é como fazer do aborto uma experiência vivível, digna, riquíssima, poderosa para quem a escolhemos; antes que fazer dela uma estatística, uma fatalidade de slogan político, uma rua sem saída. Mas isso não significa negar que, como toda experiência possui uma diversidade de nuances, de dobras, de voltas, de idas e vindas, de fugas. Possui tudo que uma experiência deve ter: é única (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 6).

Interessante o que nos convida a pensar LaNiñx Monstrua (2014): pensar o aborto como uma experiência vivível, única. Nos permite a possibilidade de nos determos a pensar uma prática que, além de intensa, possa ser vivenciada como um “exercício da liberdade”. Uma experiência que possibilita recuperar um poder, aquele poder secularmente roubado, aquele poder bruxo de autodeterminação de uma experiência digna. Uma experiência que possa ser narrada, não para fazer dela uma estatística ou tratá-la como informação, senão como modo de ação, de negação do que nos é imposto: ação herética, experiência única que, seguindo com Larrosa (2015), requer outras ações. A experiência requer que nos detenhamos para (re)pensar, escutar, sentir, ir devagar. Requer tempos e espaços outros, tempos que nem sempre estamos dispostas a criar e espaços que nem sempre são facilitados pelos ritmos desta sociedade dentro das lógicas capitalísticas. Experiência também é exercício de interromper as opiniões, os juízos e “cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço” (LARROSA, 2015, p. 24). Nesse exercício de nos deter que propõe o autor, nos permitimos nos afetar em “uma experiência intensa, uma intensidade que nos

atravessa de maneira total, filosa, desigual e milimétrica” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 3).

Pensar o aborto como exercício, como prática de liberdade, requer reconhecer que não existe de um lado a *escolha* e de um outro a determinação pelas relações de poder. Nem uma *autonomia* é possível na *individualidade*, nem estamos totalmente determinadas pelas forças da legalidade e a ilegalidade impostas pelo Estado. “A liberdade de escolher da qual falamos não tem a ver com a ideia de ser cidadãs: mães, brancas, lindas, ordenadas, respeitosas e boas esposas, não é o “direito ao voto”, não está em nenhuma constituição, tampouco está na Lei” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 10). Estamos falando de experiência como um exercício de liberdade. Como aquilo que é garantido pelas redes, pela criação de coletividade que é, de fato, o que tem capacidade de transformar a si mesma e ao mundo. Definindo experiência, Foucault (2006, p. 7) afirma que “é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo. Quer dizer, em saber político”. Nesse sentido, a experiência como exercício de liberdade, só pode se dar no encontro com a outra, o outro, na coletivização dos afetos da experiência, no conto, no canto, na poesia, nas redes. “Quando abortamos falamos por nós mesmas, e nisso consiste a liberdade” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 6). O convite se estende para pensar na hipocrisia que rege o debate sobre o aborto quando nos diz que vivemos uma “liberdade legalizada”, é dizer, que ela só existe nos termos formais. “É uma liberdade abortada, truncada, mediatizada, absurda, hipócrita. Por outro lado, acho que a liberdade de escolher é mais precisamente, uma ação” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 11).

Nesse sentido, Foucault (1994, p. 276) vai dizer que “a liberdade dos homens não é nunca assegurada pelas instituições e leis que têm por função garanti-la (...). Não porque elas são ambíguas, mas porque a ‘liberdade’ é o que se deve exercitar”. Então, expressado assim, liberdade assumiria característica de vivência, de movimento, de experiência, de prática, de ação. “Abortar, em nossos próprios termos, é isso: uma ação antes que um direito. Ou, em todo caso, o direito vem depois: vem penalizar essa ação, submetê-la a juízo-legal. E neste mecanismo devimos pura ilegalidade” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 11). Abortar é exercício de uma prática que se torna de liberdade enquanto se age com outra, enquanto se produz um comum, enquanto se materializa na ação, enquanto se expressa. “Somos formal e legalmente ilegais, irresponsáveis, culpáveis, julgáveis, formalmente monstruosas, feias, sujas e más. Devimos monstros! Abortar é além disso, a ação que foge completamente à norma heterossexual” (LANIÑX MONSTRUA, 2014, p. 12).

Entre feitiços e problemas, as *aborteiras*, as monstros, as feias, as sujas, as bruxas, as loucas e/ou as más não queremos dizer que as políticas públicas não são necessárias, mas, sim,

(re)pensar que políticas são essas e que corpos elas atingem, quais vidas são essas que podem ter acesso a essas políticas nomeadas universais. Butler (2004) já nos fala sobre as vidas precárias, cujos corpos não estão nas mesmas condições de humanidade que outros corpos. É dizer, certas vidas não se qualificam como vidas, não são concebidas como tal de acordo com alguns enquadramentos epistemológicos. Nesse sentido, o Estado que desejamos, quando exigimos políticas públicas universais, é o mesmo que produz enquadramentos negando o acesso às vidas que não estão na condição de humanidade e, portanto, valem menos. Essas políticas podem ser estratégicas e necessárias, porém não podem ser o único objetivo das *aborteiras* porque, sem uma crítica constante, e sobretudo, pensando nas multiplicidades dos corpos que abortam nas suas singularidades, essas políticas sempre podem ser injustas e gerar mais desigualdades. Tal é um exemplo no caso do Uruguai, onde o aborto é legalizado e alguns movimentos estão contestando o *modelo de consulta com prazo de reflexão* de uma semana que a lei estabelece, para reflexionar sobre a decisão antes de abortar e depois do abortamento, são questionados os encaminhamentos contraceptivos para esses corpos.

As *warmi tinkuy*, e muitas outras, reforçamos a ideia de que não necessariamente abortos clandestinos ou fora das leis sejam inseguros: porém, denunciemos que a negligência com que Estado e sociedade tratam a temática gera contextos que produzem e potencializam situações de morte, não de vida. Muitas *aborteiras* não são capturadas pela interferência do Estado e rejeitam ser incubadoras reguladas por ele. Alguns dizem “antigamente, quando as bruxas existiam...”; insistimos em que as bruxas nunca deixaram de existir. É ali que o risco de sermos simbolicamente jogadas na fogueira persiste e isso é feito de diversas formas. Resistimos em círculos ao redor de uma grande cozinha onde mágicos saberes, altas risadas, alegres feitiços podem proliferar e contagiar outros corpos porque esses conhecimentos são passados de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha, amiga para amiga e essas narrativas nos importam, elas também presentificam-se na história.



E- "Pneuma". Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/jueces/Pneuma-12811.jpg>.

Queimando o mapa: Alguns enquadramentos sobre o aborto

Eu não me vejo na palavra
fêmea: Alvo de caça
conformada vítima.
Prefiro queimar o mapa.
Traçar de novo a estrada.
Ver cores nas cinzas.
E a vida reinventar
(STRASSACAPA, 2016).

Numa procura de trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil, ingressamos o termo aborto no Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹⁷ e encontramos 1280 registros até o momento da realização desse texto, incluindo trabalhos das mais diversas áreas e até anteriores à Plataforma Sucupira¹⁸. Apareceram sessenta e cinco (65) registros com o termo aborto para Mestrado e Doutorado na área das Ciências Humanas desde o ano 2012 a 2016. Usamos o filtro de produções da “psicologia” (nos campos: “área de conhecimento”, “área de avaliação”, “área de concentração” e “nome do programa”) e encontramos 6 (seis) registros, um dos quais 1 (um) pertence ao programa de Mestrado em Psicologia¹⁹ da Universidade Federal do Espírito Santo, publicado no ano 2015.

Surgem-me alguns interrogantes neste levantamento e têm a ver com: a psicologia da universidade na qual estudamos, se interessa pela questão do aborto? De que forma se interessa? Como se dá no espaço acadêmico a discussão sobre aborto? Existe tal discussão na psicologia? A prática do aborto é uma questão do interesse da psicologia? Enquanto me (nos) faço esses interrogantes, paro para olhar ao me redor. Estou no campus universitário da UFES (Goiabeiras) sentada fora do restaurante com meu caderno e observo: tantos corpos transitando, habitando, caminhando neste mesmo espaço. A universidade está cheia de pessoas de todas as idades, de muitas cidades, de muitas cores, *mulheres, lésbicas, homens trans*, ventres, entranhas, ovários, úteros, vaginas, fluidos, desejos, projetos, histórias e experiências. Corpos que transitamos espaços diversos e que dialogamos com muitas vozes no espaço acadêmico. Eu me (nos) pergunto... será que a gente pode falar sobre um processo pelo qual todas nós

¹⁷ CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados do país.

¹⁸ Plataforma Sucupira é uma ferramenta on-line que começou a ser utilizada no começo do ano 2016. Serve para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

¹⁹ Dissertação de mestrado disponível em: < <http://www.psicologia.ufes.br/pos-graduacao/PPGP/detalhes-da-tese?id=7212>>. Acesso em julho de 2016.

passamos, sem necessariamente ter vivenciado o evento do aborto em si? Será que podemos tentar uma dissertação polifônica que nos inserisse nisto que é tão nosso? Será que podemos conhecer pela implicação e não pela punição? Como conhecemos sobre nós, sobre o nosso corpo que sangra, sobre o aborto na universidade e fora dela? Será que nos interessa conhecer nosso corpo e suas (nossas) experiências? O que nos interessa?

Estas são perguntas que nos tomam neste momento. Outras aparecerão ao longo do nosso trabalho, mas não nos responsabilizamos por dar respostas para todas elas. São perguntas que disparam questões, que provocam nosso pensamento e que convocam os afetos para fazer possíveis formas outras de falar sobre o aborto. Aqui falaremos do aborto *provocado* ou *induzido*, que tem a ver com um processo para conseguir a expulsão do produto de uma concepção quando ainda não é capaz de sobreviver por si fora do útero. Ainda que sendo uma prática à qual muitas pessoas recorrem historicamente, é uma prática criminalizada atualmente no Brasil²⁰.

Fazer um breve resgate do que se conhece a respeito da prática do aborto em outras organizações sociais, não é tarefa fácil porque são escassos os registros historiográficos ligados à contracepção, à reprodução, à gravidez e ao aborto. Então, nos propomos a resgatar alguns quadros do que era reconhecível como aborto em algumas organizações sociais.

A jurista Giulia Galeotti (2004) escreveu um livro titulado *Historia del Aborto* com o propósito de analisar os muitos agentes e interesses envolvidos nessa história. Ela apresenta um amplo panorama de como o abortamento era realizado e recebido pelas antigas sociedades ocidentais. Abordando a perspectiva do aborto em distintos períodos históricos, a autora, no primeiro capítulo, “*Cuando el aborto era una cuestión de las mujeres*”, analisa como foi que, a partir dos descobrimentos médicos e do estabelecimento dos Estados nacionais, começou-se a privilegiar a vida do feto para se tornar um futuro trabalhador e soldado. Antes disso, o produto da concepção (assim como a menstruação e a ausência dela) era considerado somente um apêndice do corpo grávido e o aborto era uma questão que competia somente a ele. Assim, só essa pessoa poderia testemunhar sua gravidez e privilegiava-se o ser formado em detrimento

²⁰ O Código penal brasileiro (a legislação sobre aborto é o Código Penal de 1940) disciplina, no capítulo intitulado “Dos crimes contra a vida”, nos artigos 124, 125 e 126, a criminalização do aborto, seja cometido pela própria gestante ou com seu consentimento (art. 124), seja cometido por terceiros com ou sem consentimento da gestante (art. 125 e 126). As penas para essas situações variam de 1 (um) a 10 (dez) anos de reclusão ou detenção. O Código também prevê o aumento das penas em 1/3 nas situações de aborto provocado por terceiros, que resulte na lesão corporal de natureza grave para a gestante e são duplicadas as penas se essas lesões lhe causarem a morte. O artigo 128 do referido código apresenta os dois permissivos da lei: o aborto necessário (se não há outro meio de salvar a vida da gestante) e o aborto no caso de gravidez resultante de estupro. A terceira hipótese considera a interrupção da gestação, e não aborto criminoso, para os casos de anencefalia.

do ser em formação. Até então, a medicina tinha pouca intervenção sobre os corpos grávidos e eram eles, com a figura da parteira, que partilhavam entre si experiências, saberes sobre partos e abortos. “A confirmação da gravidez era feita pela própria mulher, dado não haverem métodos de observação que permitissem diagnosticar a gravidez (...). De modo que a decisão de interromper, ainda que sigilosa, cabia-lhe a ela” (GALEOTTI, 2004, p. 24, tradução nossa). Na sua análise, a autora explica que, a partir da Revolução Francesa a questão do aborto atinge um alcance público, o índice de natalidade começou a ser utilizado como força para preencher as necessidades de trabalhadores e soldados para o Estado. Assim, o feto passa a ser visto como autônomo, uma vez que adquire outros sentidos.

Segundo Frediano José Teodoro (2005), o texto mais antigo que já disciplinava sobre o aborto e aplicava penalidades, talvez seja o Código de Hammurabi (2285-2242 a.C.). O Código Hitita, criado no século XIV a.C., também considerava crime o aborto praticado por terceiros, sendo este punido com uma pena que dependia da idade do feto. O autor prossegue:

Em relação à documentação escrita sobre aborto e a anticoncepção, as primeiras datam de 1850 a.C. e foram encontradas em papiros egípcios. Documentos que traziam receita feita de mel e carbonato de sódio ou seiva de árvores e fezes de crocodilo, que era aplicada na vagina. Também outra substância à base de mel e broto de acácia foi encontrado em um documento de 1550 a.C. Em época contemporânea, essas misturas foram analisadas e se descobriu que possuíam substâncias anticoncepcionais, utilizadas até hoje em cremes vaginais (TEODORO, 2005, p. 83).

Encontram-se relatos sobre aborto, além do infanticídio, entre grupos nômades como, por exemplo, em povos persas, árabes, fenícios e cartagineses (a partir de 800 a.C.) que, por causa das peregrinações e perseguições, essas práticas eram frequentes como estratégia para a sobrevivência da coletividade (SANTANA, 2011).

Na Antígua Grécia, o aborto era uma prática comum. Para Teodoro (2005), o feto era considerado carente de alma. Platão manifestou na sua obra “*A República*” que deveria se prescrever aborto em caso de incesto ou se as pessoas responsáveis pela concepção eram pessoas de mais de quarenta anos de idade. Aristóteles e outros filósofos recomendavam o aborto como forma de limitar as dimensões da família. Em Roma, era uma prática sujeita ao julgamento do *pater-família*, que decidia pela vida e pela morte dos membros da organização familiar, e pensava-se que o feto pertencia às entranhas do corpo em que se desenvolvia; em geral, esse corpo tinha um caráter subalterno e era o progenitor ou chefe da família quem exercia absoluto direito sobre ele e o produto da concepção. O policiamento em torno do aborto se intensifica em Roma com a instalação do cristianismo. Apesar de o feto ainda ser considerado como uma extensão do corpo grávido, ele passa a ser tutelado pelo Estado devido

ao crescimento do número de abortos entre *mulheres* casadas e isto ser visto como uma forma intolerável de desobediência (GALEOTTI, 2004). As penas previstas eram:

Exílio temporário para divorciadas ou casadas que tivessem abortado contra a vontade do cônjuge (poderia parecer escandaloso que ela pudesse privar o seu marido dos filhos sem ser castigada); trabalhos forçados nas minas e exílio numa ilha com apreensão parcial dos bens (relegatio cum ademptione bonorum) para quem tivesse administrado chás ou filtros amorosos. Estava prevista inclusive a pena capital no caso de morte da mulher. O aborto foi classificado entre os crimes extraordinários, punidos discricionariamente fora do sistema formulado e sem sanções pré-estabelecidas (GALEOTTI, 2004, p.42-43, tradução nossa).

É preciso destacar como a instituição do catolicismo adquiriu certo protagonismo na penalização e criminalização das práticas abortivas, registrando-se “uma crescente influência a nível popular do cristianismo sobre a opinião pública e, consequentemente, sobre a esfera jurídica em relação ao aborto” (GALEOTTI, 2004, p. 57-58, tradução nossa). Isso possibilitado também pela expansão de fronteiras territoriais. A Europa partiu para a dominação de novos territórios, e com isso, valores morais, religiosos, políticos e culturais foram impostos de forma violenta sobre outras civilizações que tinham outros modos de se organizar. Apesar da resistência desses povos, a imposição desse modelo social se expande com força e ganha outras formas discursivas, em modo de enunciações doutrinárias.

Mesmo assim, em outras civilizações, o aborto é entendido de formas diferentes. Em alguns povos indígenas, por exemplo, a prática tem outros sentidos. Em algumas comunidades da América do Sul, por exemplo, conforme Pagliaro, Junqueira e cols. (2008), o infanticídio e o abortamento provocado são eticamente aceitos entre os Kamaiurá (povo de língua Tupi que, juntamente com outras nove tribos de línguas Aruak, Karib, Tupi e Trumai, habitam a região dos formadores do Rio Xingu, ao norte do estado do Mato Grosso) para evitar nascimentos de gêmeos ou malformações físicas. Quando as tentativas de aborto fracassam - infusões de ervas e processos mecânicos -, os recém-nascidos são enterrados logo após o nascimento (PAGLIARO, JUNQUEIRA, MENDONÇA e cols., 2008). Segundo Pattis (2000), em alguns casos, como em um povo da Austrália Central, o aborto é praticado na segunda gravidez e o feto se come pela crença de que fortalecerá o primeiro filho.

Com este (muito) breve recorrido por algumas formas de entender a prática em outras organizações sociais, pretendemos mostrar que, dependendo da sociedade e do que ela considere como *vida reconhecível* na produção dos seus *enquadramentos* (BUTLER, 2016), a prática do aborto será condenada ou legitimada dependendo dos interesses econômicos, políticos, religiosos. É assim que vai se dar sentido a prática que acontecia, acontece e acontecerá.

Se nós pensamos nos períodos anteriores aos anos 1960, antes da pílula, o aborto configurava-se como um método contraceptivo adotado por corpos que queriam evitar um nascimento, por exemplo (PEDRO, 2003, p. 167). A autora Joana Maria Pedro (2003) nos convida a observar que, antes da divulgação da pílula contraceptiva, quase não se tematizava o aborto. A produção mediática em veículos de revistas e jornais, os processos judiciais e a perseguição se faziam mais em torno do infanticídio. A partir da divulgação de métodos contraceptivos, começa-se a focar mais na questão do aborto, vale destacar que, a divulgação dos métodos contraceptivos, foi feita diferenciadamente:

Na América Latina, a divulgação esteve ligada à Revolução Cubana de 1959. A partir daí a política norte-americana passou a considerar a América Latina como um "continente explosivo", um campo fértil para a agitação comunista (...) O entendimento era de que o crescimento rápido da população latino-americana, e sua consequente pobreza, seria um forte aliado da revolução comunista. Assim, o perigo representado por uma questão política foi transformado no da "bomba demográfica" (FONSECA SOBRINHO, 1993, p.81-95).

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, viveram-se ditaduras militares no Brasil e em outros países da América Latina ao invés de “revoluções comunistas”. Esses regimes implementaram políticas que visavam diminuir o número de nascimentos com diretivas estabelecidas em acordos com organismos internacionais para regular a natalidade. Então, a divulgação dos métodos contraceptivos, como as pílulas anticoncepcionais, por exemplo, fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução da população. Nos países chamados *subdesenvolvidos*, nos jornais e revistas brasileiras, a discussão a respeito da contracepção e do aborto ocorreu intensamente em 1960 e foi em novembro de 1962 que a revista *Cláudia* publicou um artigo a respeito das pílulas anticoncepcionais. O nome e o desenho da capa da revista já direcionam um público alvo: *mulheres cis*, brancas e de classe média.

Imagem 4- Capa da Revista Claudia Nº 14 novembro de 1962



Fonte: Blog “Garota Vodu”. Capas antigas, Revista Cláudia²¹

Convocamos novamente a Paul B. Preciado (2008), para pensar como é que a pílula foi criada e, assim, alcançar uma compreensão das diferentes formas de gestão política das pessoas. A pílula como “técnica farmacopornográfica por excelência” (PRECIADO, 2008), criada como uma estratégia bioquímica, e já não jurídica ou arquitetônica, que vai transformar a estrutura mesma do corpo se in-corporando, se trans-in-corporando. Dessa maneira, pensamos a pílula anticonceptiva como aquela tecnologia que é consumida, auto administrada, portátil e comestível para modificação hormonal que serve no controle de natalidade, mas não só. Segundo Preciado (2008), a primeira pílula foi produzida em laboratório norte-americano em 1951 como um “erro” no marco de uma investigação experimental para a procriação de famílias brancas católicas e estéreis. Descobre-se, nesse experimento, que a pílula tinha eficácia

²¹ Imagem disponível em: <<http://garotavodu.blogspot.com.br/2013/01/capas-antigas-revista-claudia.html>>. Acesso em julho 2016.

contraceptiva.

Los procesos de investigación y de evaluación de su eficacia técnica dejan al descubierto sus raíces coloniales: la acción y la eficacia de la primera píldora anticonceptiva será evaluada en la isla de Puerto Rico, entre las mujeres de la población negra local y, simultáneamente, entre varios grupos de pacientes psiquiátricos del Worcester State Hospital y entre los reclusos de la prisión del Estado de Oregón entre 1956 y 1957: se evaluará la eficacia de la píldora para controlar la natalidad entre las mujeres, y su eficacia para controlar y disminuir la libido y las “tendencias homosexuales” entre los hombres. Un análisis transversal de los espacios geopolíticos e institucionales, así como de las implicaciones raciales, sexuales y de género de la utilización de las primeras moléculas de estrógeno y progesterona sintética, permite definir la píldora no solo como un método de control de la reproducción, sino, y, sobre todo, como un método de producción y de purificación de la raza, una técnica eugenésica de control de la reproducción de la especie (PRECIADO, 2008, p. 129).

Então, a invenção e produção da pílula funcionando como técnica eugênica, como possibilidade de reduzir a reprodução e crescimento da “população negra local”, vai ser apropriada pelas mulheres brancas norte-americanas como um instrumento dito de “liberação sexual”. Algumas perguntas que nos convida a fazer Preciado, agitador de pensamentos e de corpos, são:

- Como nomear *instrumento de liberación sexual* a uma tecnologia de controle social disciplinar que modifica o corpo desde dentro? Corpo esse que se transforma em uma “plataforma viva de órgãos, fluxos, neurotransmissores e possibilidades de conexão e agenciamento, fazendo deste ao mesmo tempo instrumento, suporte e efeito de um programa político” (PRECIADO, 2008, p. 133).

- Como pensar a pílula como *instrumento de liberación sexual* se a mesma apresenta-se como “dispositivo ligero, portable, individualizado que modifica el comportamiento, temporaliza la acción, regula la actividad sexual, controla el crecimiento de la población y diseña la apariencia sexual (re feminizándola sintéticamente) de los cuerpos que se lo autoadministran” (PRECIADO, 2008, p. 135).

- Como dizer que a pílula é um *instrumento de liberación sexual* se a “celda es ahora el cuerpo mismo de la consumidora que se ve modificado bioquimicamente” e “las puniciones y sermones educativos se han transformado aquí en promesas de libertad y emancipación sexual de la mujer” (PRECIADO, 2008, p. 135).

Então, precisamos nomear a pílula como *instrumento de liberación sexual*? A pílula opera como um dispositivo de autovigilância doméstica da sexualidade feminina, de modulação da subjetividade produzindo o “sujeito heterosexual mujer moderno”, de regulação da ovulação e produção da menstruação artificial ou “tecnoregla”, de “sujeição aos desejos sexuais do bio-macho de Ocidente” (PRECIADO, 2008, p. 131-137) e mesmo assim, é a pílula mais vendida

desde as políticas natalistas da pós-guerra nos países europeus, e para quem tem garantido o acesso.

Enquanto escrevo, aquela nota de pensamento: e nos contextos de guerras que estão acontecendo? Naqueles territórios onde bombas e mísseis explodem e matam, acabando com tudo? Onde os corpos sangram de um outro jeito... onde o sangue derramado é de morte e não de vida? Onde os corpos são utilizados como arma de guerra, como campo de batalha e, ao mesmo tempo, que dizem de outras histórias, outras políticas de controle, outras vivências.

Judith Butler (2016), na sua obra *Quadros de Guerra*, vai nos falar sobre as populações islâmicas destruídas nas guerras, que “são consideradas menos do que humanas, ou “fora” das condições culturais intrínsecas à emergência do humano (...) considera-se que não chegaram ainda à ideia do humano racional” (BUTLER, 2016, p. 182). Nos perguntamos como pensar experiências que têm a ver com *quadros* diferentes dos que habitamos, em contextos onde a condição de ser humano é colocada só para algumas vidas, enquanto outras são alvos de morte explícita, programada, não dignas de luto.

Infere-se desse ponto de vista que a destruição dessas populações de suas infraestruturas, de suas casas e de suas instituições religiosas e comunitárias constitui a destruição daquilo que ameaça o humano, e não do humano enquanto tal. É também precisamente esse conceito particular de uma história progressiva que situa “Ocidente” como articulador dos princípios paradigmáticos do humano, dos humanos dignos de serem valorizados, cujas vidas vale a pena salvaguardar, cujas vidas são precárias e, quando perdidas, são dignas de luto público (BUTLER, 2016, p. 182).

Enquanto máquinas de guerra acionam contra algumas vidas, os discursos nacionalistas também produzem sujeitos aos quais designam-se finalidades específicas. Aprendendo com Shahd Wadi (2009), autora *palestiniana da geração do exílio*, como ela se autodenomina no seu trabalho *Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinas entre duas resistências*, nos discursos nacionalistas, a nação aparece como aquela figura de *mãe* de todo o povo e, ao mesmo tempo, destinatária de violações e ocupações: “Esta idealização da mãe, empurrou as mulheres nos momentos mais intensos do conflito para “exercer a sua maternidade” como um dever nacional” (WADI, 2009, p. 55, destaque da autora). Dessa forma, os *corpos que engravidam* são os responsáveis por fazer a descendência para a nação: “As mulheres sentiam-se, muitas vezes, obrigadas a aceitar o papel dos “úteros militares”, com medo de serem vistas como pouco patriotas, ou até para confirmar que tinham realmente um papel importante a desempenhar na resistência” (WADI, 2009, p. 35). Com respeito ao papel do Estado-nação e a indução que faz à precariedade de certas populações, Butler (2016) vai dizer:

A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado que com frequência não tem opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção (BUTLER, 2015, p. 46).

Essas condições precárias induzidas politicamente são as que vão determinar modos de viver das populações. Assim, certos corpos vêm-se obrigados a recorrer ao Estado em procura de algum tipo de auxílio, vêm-se obrigados a recorrer ao mesmo Estado que mata, que precariza a vida.

O debate sobre quem reproduz discursos que chamaremos de “pró-nascimentos”, “pró-fetos”, “anti-abortistas” ou “anti-escolha” (OLIVEIRA, 2009), se enfrenta ao que Butler (2016) descreve como “atos de reconhecimento”, é dizer, “uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem de ser conformar a certas concepções do que é vida, a fim de se tornar reconhecível” e conclui que “não se tem vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento” (BUTLER, 2016, p. 21-22, *itálica da autora*). As produções daqueles enquadramentos onde a pessoa que aborta é criminosa, pecadora, assassina e será “punida por deus” porque toda vida “é uma graça de deus, sagrada e inviolável” servem aos fins de organizar e apresentar uma situação que é interpretada por quem está julgando, expectando. “O enquadramento busca conter, transmitir e determinar o que é visto e depende das condições de reprodutibilidade para ter êxito” (BUTLER, 2016, p. 25-26). *Úteros militares* (WADI, 2009), úteros-incubadores regulados pelo Estado, *úteros território* onde se inscrevem as marcas do discurso de controle, de vigilância, das instituições, das administrações, das políticas internacionais. Das tradições, dos costumes familiares...

-Mesmo assim, é injusto!

-Claro que é injusto. Somos mulheres, o que você achava?²².

O filme, baseado em fatos da história de Sadia Sheikh²³ que, na Bélgica, no ano 2007, foi assassinada com um tiro pelo irmão por negar-se a se casar com um paquistanês escolhido pela família, se chama no Brasil *A Garota Ocidental, entre o Coração e a Tradição*. Nele, pode-se observar o peso dos *enquadramentos* que recaem sobre o corpo da protagonista chamada Zahira, uma paquistanesa muçulmana de 18 anos que mora com sua família na França. Grávida,

²² Diálogo entre a protagonista do filme *A Garota Ocidental: entre o coração e a tradição* e a irmã dela quando esta quer convencê-la para que case conforme aos costumes e tradições familiares.

²³ Mais informações sobre o caso disponíveis em: < <http://memini.co/memini/tag/sadia-sheikh/>>. Acesso em maio de 2017.

é exortada pela família a praticar um aborto para se casar com um paquistanês, como diz a tradição. Ela, confusa, indaga-se pela existência de uma alma no embrião (ela expressa “*bebê*” quando se refere ao que cresce em seu ventre), hesitando em abortar, cheia de culpas. Aqui, evidencia-se como o sistema de crenças vai produzindo modos de conduzir os atos das pessoas, é dizer, mecanismos para controlar a “conduta”:

O termo “conduta”, apesar de sua natureza equívoca, talvez seja um daqueles que melhor permite atingir aquilo que há de específico nas relações de poder. A conduta é, ao mesmo tempo, o ato de “conduzir” os outros (segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício do poder consiste em “conduzir as condutas” e em ordenar a probabilidade (FOUCAULT, 1995, p. 243-244).

Desafiando os costumes familiares, rejeitando o casamento arranjado, se rebelando contra as tradições, a protagonista do filme enfrenta dilemas entre diferentes visões de mundo, até que a tradição pesa além do que ela pode suportar. Zahira, depois de reflexionar muito sobre aquela gravidez, pratica-se um aborto em um outro processo mais próprio, já não pela pressão da sua família para seguir com as tradições, senão em um outro momento da sua própria vida e por achar que é o melhor que pode fazer para ela. Foi na companhia e cumplicidade de uma amiga e junto à família daquela. No filme, se evidenciam algumas diferenças de ambas famílias, a de Zahira e a da amiga dela e como, de alguma maneira, a produção de um comum torna-se pouco possível quando os fundamentalismos agem sistemática e tortuosamente.

-Só você resiste.
-Sim. Resisto. É claro que resisto²⁴.

A protagonista teve algumas possibilidades de voltar a si mesma e tentar fugir das imposições que a família se esforçava em lhe aplicar. Modos de falar, de olhar, de sentar, de responder, de vestir, de posturas, de circular, modos vinculados às condutas *aceitáveis* e *desprezíveis* que iam contra a *honra* da família e que deveriam ser punidas, modos que configuram o que *deve* ou *não deve* ser feito. O subtítulo do filme no Brasil, “*entre o coração e a tradição*” dá conta do conflito que a protagonista afronta. Lutando, tentando resistir às obrigações dos costumes e da religiosidade, entre as contradições das suas próprias cobranças para si e a *rebeldia*, é que ela escapa tentando se libertar de hábitos reproduzidos pela família, organização que punia qualquer possibilidade de questionamento dessas imposições. Para a família e a sociedade à que respondiam, desobedecer a tradição, significa(va) “perder a honra”:

²⁴ Diálogo do filme *A Garota Ocidental: entre o Coração e a Tradição* entre a protagonista e o irmão dela quando este tenta convencê-la a se casar conforme a costumes e tradições familiares.

A “desonra” não resulta apenas dos “comportamentos” das mulheres, mas sobretudo de estes que se tornassem públicos, ou seja, quando o resto da comunidade sabe e circula as histórias sobre os incidentes no qual os comportamentos das mulheres são considerados “pouco aceitáveis.” As famílias normalmente têm que escolher entre conviver com a desonra, a vergonha e as consequências que traz, ou “limpar a honra” um processo que normalmente envolve o derramamento de sangue (WADI, 2009, p. 37).

Os derramamentos de sangue por crimes de honra são perpetuados em nome da tradição, da nação, do que não pode ser desobedecido ou desafiado. Menos ainda pelos corpos ditos *mulheres*, onde as exigências, punições e violências são costumeiras. Na questão demográfica, países como Israel, por exemplo, vêm-se preocupados em reforçar políticas que incrementem a população porque a existência do país se encontra ameaçada: “Israel é um dos países que realiza mais tratamentos de fertilidade em todo o mundo (...). O seguro médico nacional é o único no mundo que cobre inseminação artificial para mulheres solteiras (...) não cobre contraceptivos e o aborto só é permitido através da autorização de uma comissão especial” (WADI, 2009, p. 36). Guerras, *crimes de honra*, reforço de políticas de natalidade:

QUE VIDA NOS IMPORTA?

E nessa interpelação é que, além de que vida nos importa, temos que considerar que *tudo depende de qual lugar do mundo estamos falando*. Nesta oportunidade pensamos junto com Donna Haraway (1988) e a sua proposta de se pensar no reconhecimento da nossa situação, a localização onde nos encontramos e partimos - o nosso próprio corpo- para desenvolver práticas consideradas no contexto, na contingência da história em relação a todo o conhecimento produzido e aos seus “sujeitos conhecedores”; que sejam reconhecidas criticamente as tecnologias semióticas e a sua produção de significados; e “um compromisso para com que o conhecimento produzido contribua para o referido compromisso ético e político de construção de uma outra realidade” (HARAWAY, 1988, p. 579, tradução nossa).

Concordamos com a autora que é fundamental “reconhecer a possibilidade de construção de um conhecimento que, partindo de uma determinada localização e situação, procure criar ligações e redes com outras, em particular a um nível epistemológico e político” (HARAWAY, 1988, p. 584, tradução nossa). Pensando nas vidas dos corpos que sangram em condições outras, corpos palestinos, israelenses, paquistaneses, corpos em disputa, em guerra, em contextos de derramamento de sangue de morte; o conceito de Donna Haraway sobre *conhecimento situado* nos permite refletir sobre que conhecimentos são esses que pretendemos produzir? A autora nos convida a pensar sobre os conhecimentos que partem de “uma perspectiva situada, parcial, localizada, a qual não deixa de implicar o estabelecimento de conexões, partilhas, diálogos e traduções entre diferentes localizações e visões parciais” (HARAWAY, 1988, p. 590, tradução

nossa). A autora destaca como importantes a “criação de redes de conexões entre diferentes localizações e a prática que promova diálogos e tradução de conhecimentos entre diferentes comunidades e localizações para contribuir para a alteração de relações de poder, de significados e corpos, de realidade” (HARAWAY, 1988, p. 579-580, tradução nossa). Quando nos perguntamos que vida nos importa, tentamos visualizar e problematizar o que acontece em outros cenários, em outros territórios, quais são os *enquadramentos*, e que *vidas são reconhecíveis*. Assim, nos encontramos com aquela sensação que nos convida a estar sempre atentas e em permanente abertura para nos tornar permeáveis para outros entendimentos do que é uma *vida que importa*. Isso nos interpela a (re)pensar uma prática da ciência na produção de conhecimentos que fazemos dentro da academia. Haraway assume uma prática da ciência que “privilegie contestação, desconstrução, construção apaixonada, conexões em rede, e esperança na transformação dos sistemas de conhecimento, formas de vida e relações de dominação” (HARAWAY, 1988, p. 585, tradução nossa).

Se a Palestina e o Israel parecem ficar muito longe, pensarmos nas próprias guerras que dia após dia vivenciam pessoas nas *favelas*, produto dos conflitos de interesses entre polícia (braço armado do Estado) e as *gangues* por causa do narcotráfico, por exemplo. Enquanto temos esta conversa, eu escrevendo e você lendo, é provável que esteja tendo algum conflito que envolve armas não muito longe de nós:

A guerra contra as drogas significa escolas fechadas, mudança de rotina, preocupação com a nossa família. Em nome dessa guerra, o Estado justifica uma série de violações de direitos contra nós, jovens moradores de favelas. Essa guerra não é nossa, mas somos nós que morremos por conta dela (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2017, s/p.).

Pensamos em quem fica refém dessa guerra sem-fim que responde a mecanismos de precarização da vida por meio de militarização das comunidades, criminalização da pobreza, necropolíticas territoriais: “A guerra às drogas criminaliza e cria estigmas sobre quem vive nas periferias e esse recorte racial ocasiona o genocídio da juventude negra e pobre das favelas” (CENTRO DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E CIDADANIA, 2017, s/p.). No encontro com Jessica Souto (2015), integrante do grupo Movimentos²⁵, conhecemos uma música de sua autoria chamada *Aborto Social*, ouvimos no YouTube²⁶ e não achamos a versão escrita da letra da música, então nos dispusemos a transcrevê-la²⁷:

²⁵ Agrupação de jovens de várias favelas e periferias do Brasil que trabalha para uma nova política de drogas. Mais informações disponíveis em: <https://www.facebook.com/pg/Movimentos2017/about/?ref=page_internal>. Acesso em janeiro de 2018.

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qANQjvj0R0E>. Acesso em janeiro de 2018.

²⁷ Pedimos preciosa colaboração para revisar e corrigir a transcrição. MUCHAS GRACIAS!

Pra quem não me conhece sou o famoso pivete com pistola na cintura e cigarro na mão
Nasci numa favela num barraco pequeno onde dividi a cama com meus cinco irmãos
Papai que eu nem conheci ele fugiu logo depois que o aborto deu errado
Então nasce outro feto sem afeto nesse mundo complicado

Mamãe tinha que se virar
Saia cedo e às vezes nem via ela chegar
Na escola eu andava mal
E de repente foi a vida que passou a me ensinar

Um pivete de 12 anos
Que portava mão no cerol
Um pivete de rua que só queria ter a chance
de virar um jogador de futebol

Mas eu tinha que comprar chuteira
Escolinha tinha que pagar
Sem calção sem caneleira sem a meia
tudo isso eu queria mas não dava pra comprar

Porque na dureza que eu vivia
Quase não dá pra gente comer
Meu padrasto quase sempre me batia
E os olhares pelos cantos começaram a aparecer

Meu melhor amigo era branco
Mas eu nunca fiz separação
Até que o pai dele gritou
Oh neguinho sai de perto do meu filho
Ou vou chamar o camburão

Aprendi meu mundo era outro
Vida louca era o meu lugar
Paguei nada para ser aceito
e de brinde uma arma eu podia ostentar

Com 14 tinha sido preso
Também comecei a me drogar
Já fazia vários pontos na cidade
E a população com raiva começou a me caçar

Vida de pivete é muito curta
Porque pra justiça ser feliz
Pela arma de um PM justiceiro
Foi realizado o aborto que meu pai um dia quis

Pra quem não me conhece sou o famoso pivete com pistola na cintura e cigarro na mão
Nasci numa favela num barraco pequeno onde dividi a cama com meus cinco irmãos
Papai que eu nem conheci ele fugiu logo depois que o aborto deu errado
Papai pode ficar feliz que seu aborto foi finalizado

Pensando na contextualidade do conhecimento, eu escrevendo nesta sala, ouvindo essa música de Jessica Souto, me pergunto *para quem pesquiso? Para quem escrevo? Para quê?* Tem gente que escreve para sair do mundo... tem gente que nunca volta.... Num país marcado pelas desigualdades, numa América Latina sendo esvaziada constantemente, nesse mundo,

mundinho... Muitos são os dilemas e interrogações a ser enfrentados na prática da pesquisa e a nossa intenção aqui é compartilhar essas inquietações. Consideramos que não se trata apenas de avançar no campo do conhecimento senão alcançar uma compreensão do tipo de sociedade que desejamos co-construir, é dizer um exercício da pesquisa como estratégia de conhecimento e ação... e a função continua. Lígia Amâncio e João Oliveira (2006) afirmam que:

Os conhecimentos situados são a proposta epistemológica de localização e de consideração da contextualidade do conhecimento, no quadro da sua produção. Ou seja, implica partir do princípio de que os conhecimentos têm um ponto de localização e de produção. E que se integrem na análise as condições de produção do conhecimento, os seus pressupostos, o lócus da sua produção” (OLIVEIRA e AMÂNCIO, 2006, p. 600-602).

Cabe aqui destacar os motivos racistas das políticas de controle da natalidade. Políticas essas, criadas como dispositivos que se ajustam às necessidades da maquinaria capitalista. Foucault (2006, p. 64) vai dizer que “a descoberta de que as coisas mais cotidianas - o modo de comer, de se alimentar, as relações entre um operário e seu patrão, a maneira de amar, a maneira como a sexualidade é reprimida, as coações familiares, a proibição do aborto - são políticas”. Dessa forma, pode-se pensar em uma associação das políticas de natalidade e a criminalização do aborto enquanto estratégia para controle da população considerada “desadequada”. O que Foucault nomeia como “racismo de Estado”, se constitui como um meio de introduzir um corte entre quem deve viver e quem deve morrer.

A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo biopoder, pelo racismo (...). Importância vital do racismo no exercício de um poder assim: é a condição para que se possa exercer o direito de matar. Se o poder de normalização quer exercer o velho direito soberano de matar, ele tem de passar pelo racismo. E se, inversamente, um poder de soberania, ou seja, um poder que tem direito de vida e de morte, quer funcionar com os instrumentos, com os mecanismos, com a tecnologia da normalização, ele também tem de passar pelo racismo. E claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (FOUCAULT, 2005, p. 306).

Dessa forma, o racismo de Estado, ocupa-se de segurar a pró-natalidade e combate o a prática abortiva. Isso como uma das formas para fazer desaparecer os sujeitos “anormais”, no extermínio daqueles que não se adequam à norma dominante. O conceito de vida, nessa maquinaria, possui um valor econômico de custo calculável, então, para que alguns possam viver, é necessário que outros morram. Assim, por meio de uma série de intervenções e controles reguladores, calcula-se e decide-se quem morre e quem permanece vivo.

Imagem 5- Intervenção militar no Rio de Janeiro, Brasil, 2018



*Fonte: Jornal digital Contratempo*²⁸

A foto acima é um registro do que acontece nas periferias do Rio de Janeiro que, agora por decreto, feito pelo atual governo golpista, estão sobre gestão militar. Marielle Franco (2014), ao respeito, escreveu: “Tal ocupação não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com a caracterização militarista que predomina na polícia do Brasil” (FRANCO, 2014, p. 124). Investidas da classe política ultraconservadora que, incansavelmente, produz dispositivos necropolíticos para esmagar as vidas. Aquelas vidas são as colocadas como “perigosas”, “anormais”, “vidas que valem menos”, com o discurso da segurança pública, cuja tendência é de militarização. Isso representa um modelo de Estado e “o predomínio da política já em curso, pois o que é reforçado mais uma vez é uma investida aos pobres, com repressão e punição” (FRANCO, 2014, p. 124).

Judith Butler (2016), argumenta que, para uma vida ser considerada danificada, perdida

²⁸ Disponível em: <http://contratempo.info/principal/intervencao-militar-no-rio-o-golpe-se-aprofunda/>. Acesso em março de 2018.

ou “matável”, ela precisa, primeiro, ser considerada, reconhecível. Como mencionamos anteriormente, são os *enquadramentos* que diferenciam e definem quais vidas podem ser apreendidas e reconhecíveis como vida e, quais vidas nunca reunirão condições de serem reconhecidas como tal. Assim, vai ser também por meio dos enquadramentos que, segundo a autora, entendemos a precariedade da vida. A vida exige, segundo Butler (2016), condições possibilitadoras para que possa ser mantida como vida. Portanto, a precariedade da vida, consiste no “fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro” (BULTER, 2016, p. 31). Na foto exposta logo acima, pode-se visualizar uma cena que forma parte do cotidiano das pessoas em alguns territórios. Vidas que estão nas mãos do outro, outro que carrega (ou não) fuzis e que decide quais são as vidas que não importam, as que, muitas vezes, não alcançam o status de humanidade na sociedade. “Os elementos centrais dessa constatação estão nas bases da ação militarizada da polícia, na repressão dos moradores, na inexistência da constituição de direitos e nas remoções para territórios periféricos da cidade” (FRANCO, 2014, p. 127). Nas palavras de Judith Butler (2016), “aqueles cujas vidas não são “consideradas” potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e a morte” (BULTER, 2016, p. 45-46). Nessa exposição às violências, encontra-se a criminalização dos corpos que abortam. A proibição da prática abortiva configura-se como um dispositivo que opera nas lógicas de precarização das vidas que valem menos. Aparecem as marcas das necropolíticas na negação sistemática do acesso à prática em condições de segurança. A música *Ventre Livre de Fato*, diz: “Morre negra, morre jovem, morre gente da favela, morre o povo que é carente” (GARGIULO; HANSEN, 2012). Como pensar as resistências, neste contexto? Marielle Franco (2017), nos oferece pistas algumas pistas:

Esse risco, mais intenso hoje com o golpe, do crescimento da sensação de que não há horizonte, de uma ausência de perspectiva, cria ambiente para ampliar o pessimismo e a indisposição de pensar um futuro muito distante do amanhã. Coloca-se assim, como desafio da esquerda no século XXI, registrar as ações das mulheres negras e faveladas que são marcas de conquistas e pigmentações de ações transformadoras, inventivas e potencialmente revolucionárias. Disputar o olhar, sentimentos e pensamentos para um mundo que vive mudanças todo o tempo e situar as ações existentes das mulheres negras, nesses territórios, superando em suas vidas o impacto do racismo institucional, é uma ação estratégica para esquerda no contemporâneo e ganha ênfase no cenário do golpe imposto no Brasil (FRANCO, 2017, p. 93-94).

Contudo, nesse mundo que segrega e essa sociedade hipócrita e excludente, a vida (re)existe. Não sem dores, não sem perdas.... Mas resiste. Resistem as vidas que sabem que tudo deve mudar. Dandara (2016), com sua poesia, nos lembra das *Marias, mulheres de luta*:

que destino é esse
que PALAVRA é essa

que destino tem Maria que
trabalha
trabalha
trabalha
e não tem destino certo
se tem pão na mesa, ou não
se morre amanhã, com bala perdida
se morre com cova certa
ou indigente
se morre na fila de hospital
público
sem convênio privado
se o traste que mora em casa lhe dá um tapa
um soco
um murro na cara
pra onde vai
pra onde vai
pra onde vamos

uma casa de passagem?
uma tia, uma vizinha?
ou não!
fica aguentando
aguentando
até vir outro murro
que destino que tem a minha gente?

e essas Marias que cá estão

pobres
aborteiras
e putas

destino de Maria é ser
Maria de luta!

ah quando essas Marias todas se ajuntar
sapatão, trans, viadas
pretas
brancas
vermelhas
amarelas
e todas outras coloridas da mesma classe!
punhos erguidos
pedras e sonhos nas mãos
seremos todas
Marias da revolução!

(DANDARA, 2016).



F- “Simpatía por la muerte”. Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/jueces/Simpat%C3%ADa-por-la-muerte-12771.jpg>.

A boneca e o silêncio: Sobre segredos e silêncios que ressoam, nos ensurdecendo

Do meu olhar
a flor petrificada
em meu íntimo solo
contempla a distração de muitos
e balbucia uma estranha fala,
mas, eu sei qualquer dizer,
pois, quem convive
com os forçados à morte,
decifra todos os sinais
e sabe quando o silêncio,
julgado eterno,
está para ser rompido.
(EVARISTO, 2011, p. 27).

A poesia desafia e conta sobre uma gravidez cujo feto, a “flor petrificada”, não é legitimado na sociedade. Conceição Evaristo (2011), cria um sujeito poético que traz nas suas “entranhas” um vivo que já é alvo da indiferença da sociedade, e da negligência do Estado com as “vidas que valem menos”. Nos interessamos pela força da poesia quando evoca romper o silêncio como uma *prática de liberdade*.

Esta escrita se experimenta com corpos que vêm de lugares, perspectivas, contextos e condições diferentes. E é por isso que nos abrimos espaço para a hesitação, deixando os buracos do corpo abertos que deixam-se penetrar pelo mundo. É nos buracos onde o mundo entra, onde nada está acabado e onde inicia-se uma conversa para que mais coisa seja dita. Buracos que se abrem ao mundo e silêncios que precisam ser rompidos: como ouvimos?

32 anos. **Mulher negra**. Cabelo crespo. Sorriso difícil. Olhar atormentado. Pernas magras, braços cumpridos e **espinha curva**. Ceará. Desde que nasceu **decretaram** o seu destino: serás flor **reprimida**, esposa e mãe **abnegada** e parirás **com dor**. Ela era dona de casa na **periferia**. Três filhos aos que custava muito **trabalho** alimentar. **Disseram** para ela que lhe fariam uma **represa** das suas águas insurgentes e que **abafariam** os cheiros da sua usina cheirosa. **Disseram** para ela que **acoberte** suas corporaturas secretas, que seja **doméstica** e que coma **conselhos** das mais velhas e do pastor. **Disseram** para **ela** que não ande nem sente de qualquer jeito e

que durma cedo **sem desejos**. Disseram para ela que seu **sangue**, seu suor, sua **urina**, seu **GOZO**, eram indecentes. Que suas coxas eram traiçoeiros **demônios** e que os seus seios eram redondos **pecados**. Lhe ensinaram a ter mãos de **escrava** e que o **sacrifício** é sempre benção. Agora tinha dentro de si o **mundo** inteiro, dentro do seu **ventre** uma **pesada** herança. Um mundo que se fazia, **desfazia** e refazia na medida que crescia junto à **rejeição** e os **desejos** que não lhe eram permitidos serem **desejados**. Não **chorava**. Lhe eram roubados os **sonhos** e outorgados os **medos**. Leite e **dor** misturados nos seus peitos. Hoje é uma segunda feira de maio e a **vida** dela foi **negada**. **Amor**, sangue e sofrimento junto a um céu **indiferente**. Quarto **sem** janelas. **Escuridão** que **dói**. Sangue **morta**. Corpo **frio, triste**, triste, triste, estatua de gelo²⁹.

No andar na pesquisa e nas procuras, acontece este encontro. Encontro indesejável e doloroso. Encontro com uma nota e uma foto que gela o sangue e obriga a parar. Quarto sem janelas, sangrando na escuridão, sozinha.... Ela não morreu, ela foi assassinada, como tantas outras, pela negligência e a hipocrisia de uma sociedade que não se compromete em colocar em pauta uma questão de vida como é o aborto ou, melhor dizendo, quando é colocada em pauta, é para complicar a vida das pessoas por meio das proibições e a criminalização. A gente não quer mais mortes dolorosas na escuridão, queremos sangrar em segurança. A nota que produz essa narrativa, é acompanhada por fotografias do corpo morto junto ao feto, também sem vida. Nos perguntamos sobre como pode ser divulgada uma fotografia dessas? Com que objetivos as *mídias locais* fariam isso? Para dar uma mensagem através disso? Mensagem disciplinadora talvez? Para produzir quadros de morte? Para dar uma *lição* às potenciais *assassinas*? Nos perguntamos sobre a ética do cuidado com as pessoas que enlutam esse corpo agora morto. Um corpo que não consegue mais falar. Grito mudo. Dor intensa. A manipulação

²⁹ Escrita inspirada no caso em Brejo Santo-CE. Mulher morre após de aborto malsucedido. Disponível em <http://www.portaldoholanda.com.br/aborto-mal-sucedido/mulher-e-encontrada-morta-apos-aborto-mal-sucedido-em-casa>>. Acesso em junho de 2016.

mediática se faz presente na mídia através do poder fascinante que produz a imagem também. As imagens, que nunca são inocentes, sempre comunicam e vão funcionar como organizadoras de discursos, formando opiniões. A manipulação nesse sentido, funciona determinando as fronteiras do que é que vai entrar na imagem e que fica por fora, determina o que é a vida humana e o que não o é procurando impor uma moral e uma estética. “A imagem funciona como um GPS que dirige, ordena e opera sobre os corpos” (MERLIN, 2017, p. 12, tradução nossa).

Foucault (1996, p. 9) vai dizer que “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que funcionam conjurando poderes e perigos, dominando seu acontecimento aleatório e esquivando sua temível materialidade”. Quando pensamos no debate sobre o aborto, percebemos que a produção de discursos se manifesta numa certa polarização de “a favor” ou “em contra” e que “um dos objectivos presentes no discurso da vida é impedir que as mulheres possam escolher” (OLIVEIRA, 2009, p. 281). Esse discurso das pessoas que se declaram contrárias ao fato de que os corpos possam decidir pelo aborto “usa a ideia de vida como retórica para proteger uma ordem assimétrica de género, que desqualifica as mulheres enquanto seres autónomos e racionais, capazes de usufruírem de autodeterminação e exercerem as suas escolhas” (OLIVEIRA, 2009, p. 281). Dessa forma, se gera uma suposta cisão entre os discursos daquelas pessoas que seriam contrárias ao aborto em nome de uma suposta *defesa da vida* e daqueles discursos de pessoas favoráveis à autodeterminação. Dizemos *suposta cisão* porque acreditamos que devemos ocupar o discurso da *vida* para dizer que as vidas dos corpos que abortam importam e que abortar é dar vida. Porque somos ‘pró-vida’ também enquanto nos colocamos na defesa das vidas das que abortam, porque elas nos importam. Porque aquelas abstratas discussões estão se recusando a se ocupar da gravidade dos impactos concretos na vida dos corpos interseccionalmente afetados. Porque acreditamos nas possibilidades ao recuperar o termo *vida* para nos colocar no debate sobre aborto. Nossas vidas importam!

Estas representações assentam, para o caso dos movimentos contra a despenalização, na associação entre o feto e a ideia de vida, personalizando-o na figura da criança. As mulheres desempenham o papel de mães e a sua escolha não é considerada causa suficiente para abortar. (...). Estas diferentes visões do mundo traduzem-se pois em diferentes projectos de sociedade e diferentes concepções do género (OLIVEIRA, 2009, p. 63).

Perguntamo-nos como é que funciona aquela associação de “defesa da vida” com a figura de uma criança. Qual criança é a que se pretende proteger quando o discurso da “defesa da vida” se interpõe? No mês de fevereiro de 2009 conhecemos o caso de um médico

pernambucano que foi excomungado, junto com toda a equipe médica e a mãe da menina, pelos representantes da igreja católica do Estado por ter realizado (e conforme à lei) um procedimento de aborto em uma menina de nove anos que ficou grávida de gêmeos após ser estuprada repetidas vezes pelo próprio padrasto³⁰. Com quais crianças estão preocupadas as pessoas que se colocam enfaticamente em contra do fato do aborto deixar de ser criminalizado? Segundo a Nota Técnica apresentada no Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) embasado em dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, do ano 2014, crianças e adolescentes são as principais vítimas de estupro no Brasil, isso pensando que a subnotificação desses casos é um impedimento nesse tipo de pesquisas. “Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade (...) mais de 70% dos estupros vitimaram crianças e adolescentes” (BRASIL, 2014, p. 7). Essas crianças que engravidam em decorrência de estupros em estatísticas alarmantes, são reconhecidas como “vidas humanas sagradas e invioláveis”? Se é assim, como agem aqueles discursos que se autoproclamam “em defesa da vida” e impondo-se ao fato de que elas abortarem?

Como já explicitamos, neste trabalho, distinguimos como processos diferentes a capacidade de *engravidar* e *maternagem*, “se a primeira ainda é possibilidade de apenas uma parte da população; a segunda é uma habilidade que pode ser desenvolvida por qualquer um(a)” (ZANELLO, 2016, p. 102). O aborto que aqui discutimos, não se limita só à recusa de uma *maternidade*. Tem corpos que abortam porque suas urgências são outras e não porque não desejem maternar (ou paternar no caso dos homens trans). Então, sabemos da relação que se faz entre aborto e maternidade, sobretudo quando as punições recaem só sobre o corpo que carrega o produto e o aborta, sobrecarregando ainda as marcas da “assassina” destinatária dos desejos punitivos da sociedade. E apesar de muitas pessoas falar que estamos programadas para maternar, estamos faz muito tempo contestando aquele determinismo biologizante.

Nesse sentido, nos lembramos do encontro com o texto de René Schérer e Guy Hocquenghem (1979): *Co-ire: Álbum Sistemático de la Infancia*, onde nos convidam a questionar a equação aparentemente já dada: a progênie e “os pais”. (Re)pensamos sobre a necessidade de se fazer uma separação entre “os pais” a *descendência*, é dizer, “los padres no crean al hijo, del mismo modo tampoco son indispensables para su conservación” (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 118). Na obra, eles trazem algumas reflexões sobre a força das

³⁰ Mais informações disponíveis em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/06/medico-e-excomungado-apos-realizar-aborto-em-menina-de-9-anos-estuprada.html>>. Acesso em maio de 2017.

representações no que tange, neste caso, à presumida pertença do corpo concebido, nutrido e parido àquilo que chamamos de *mãe* e/ou *pai*. Os autores defendem a ideia de que as representações que giram em torno ao nascimento, e ao que vai se construindo na representação de *maternidade*, devem ser analisadas à luz das contingências daquilo que chamamos concepção.

La biología contemporánea define el nacimiento como una serie de azares ingobernables, acontecimientos parciales carentes de finalidad. El niño se forma en el curso de una serie de contingencias, y la cantidad de posibles niños eliminados a lo largo de cada ciclo fecundo sólo podría ser expresada con una cifra de exponente astronómico. Que los padres y las madres, y hasta los médicos, estén persuadidos de poder establecer una continuidad de sus retoños a través de esta inmensa cantidad de accidentes es algo que sólo la fe puede explicar (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 119).

Ainda não encontramos aquela *fé*, nem estamos, neste trabalho, buscando formas de crença que nos persuadam a acreditar que, a quantidade de potenciais seres humanos eliminados em cada ciclo-fecundação, sejam “vidas a serem enlutadas” (BUTLER, 2016). É nesse sentido que pensamos como é possível contestar ao determinismo biológico que rege nos dizendo que por ser corpos possíveis de conceber produtos humanos, devemos nos remeter a uma vida de trabalho de criança desses seres que, por uma “série de contingências” e/ ou azares ingovernáveis” já definidos pela biologia, “deveríamos” gestar, parir e desenvolver funções de acolhimento e cuidado na figura de maternagem. Funções essas que são adjudicadas desde que uma criança nomeada “menina” desde antes de nascer, recebe uma boneca de presente, por exemplo.

Seguindo o pensamento de Schérer e Hocquenghem (1979) quando questionam a ligação de tipo específico entre o conceito desenvolvido e progenitores, trazem a ideia de que, o corpo (os autores chamam “corpo materno” e nós chamamos de corpo com funções bio-reprodutivas separando o conceito de maternidade como constructo social como já mencionamos) rejeita o embrião tanto quanto pode, então se consideraria uma gravidez como “um aborto falido” (p. 120). Nessa inversão, encontramos interessantíssimos aportes para responder a alguns saberes que, incansavelmente, produzem os corpos como máquinas de *fabricar* seres humanos. Não conformes com isso, cobra-se a responsabilidade de *maternagem* que, para os corpos com capacidade de engravidar, é vendida como máxima da *realização pessoal*.

El niño es un cuerpo alógeno, una carne perfectamente extraña, un "trasplante" que por sí solo es capaz de bloquear el sistema inmunológico de la madre. Esta no solamente no es neutral, sino que ni siquiera puede atribuírsele al útero la cualidad particular de mostrarse acogedor con el feto. El útero, como cualquier otra parte del cuerpo, dispone de un reflejo inmunológico, rechaza los cuerpos extraños. La invulnerabilidad es cosa del feto como tal, que contiene en sí el poder

de imponerse a los mecanismos de defensa del organismo. De ahí la analogía, hoy ya clásica, entre el tumor canceroso y el tejido fetal (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 120).

Quando lemos a analogia que os autores fazem de feto com câncer, não podemos deixar de pensar em como o embrião instala-se no útero do corpo, traindo-o. Quer dizer, o processo pelo qual uma nova célula ocupa um lugar no corpo para crescer, se alimentando dos nutrientes dele se estruturando e se expandindo nas entranhas, gerando uma série de expropriações de fluidos, tecidos, linfas a modo de insubordinação, de traição, de roubo. Trata-se mais do que um “fruto”, de um “parasita”. Os autores prosseguem com a analogia de tumor cancerígeno e tecido fetal: “En ambos casos, se trata de golpes de Estado revolucionarios, uno de ellos seguido de una anarquía permanente, y el outro del nacimiento de un nuevo Estado” (SCHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 121).

Nascimento de um novo estado, “aborto falido”, “acidente” que, conforme a Preciado (2008), é programado, induzido, arquitetado por métodos contraceptivos. A pílula responde àquela demanda da reprodução das “bio-mulheres” porque estaria precisamente desenhada para que a concepção acidental seja possível: “La píldora (...) induce inmediatamente el accidente, cuenta con el accidente, como posibilidad *sine qua non* de la sexualidad femenina” (PRECIADO, 2008, p. 137). Quando pensamos nos discursos de quem defende os nascimentos daquelas “falhas”, daqueles “acidentes”, novamente Shéer e Hocquenhem (1979) vêm nos provocar com a ideia de representação.

El nacimiento es una representación, un drama. Todo está organizado para hacer ver, e imaginar de antemano, la aparición del pequeño ser como si hubiera un director de escena, el padre, y una vedette, la madre. No hay más que levantar el telón. La obstinación con la que nuestros contemporáneos continúan vinculando la concepción con el nacimiento, el bebé con sus padres azarosos muestra que aún permanece en nuestros días un cierto tipo de representación aristotélica, tan fuerte aún que pasa por ser la evidencia misma (SHÉRER e HOCQUENGHEM, 1979, p. 118).

Rompemos com o determinismo que utiliza a biologia para reger, regar, normatizar e produzir corpos com equações do tipo *bio-mulher-mãe*. “A quem interessa naturalizar a reprodução e a maternidade?” (GONZAGA, 2015, p. 13). Entendemos a maternidade como instituição sancionada por saberes disciplinares, pelo controle da sexualidade e políticas de natalidade, pelo mercado. A questão da maternidade como sujeição e controle de alguns corpos nos remete a nos perguntar, junto com a autora uruguaia Stefania Molina (2015) sobre como intervêm a construção do chamado *instinto maternal* no controle social das bio-mulheres? “É uma construção cultural multideterminada que se organiza através de normas (...) numa época definida da história” (MOLINA, 2015, s/p., tradução e itálicas nossas). Essa construção se

introduz na problemática da prática do aborto como um modo de sujeitar determinados corpos para controlá-los, porém, essa construção tem suas particularidades e as marcas não se inscrevem da mesma forma em todos os corpos.

O processo de violação do direito a maternidade das mulheres negras foi, desse modo, ainda mais complexo que nos casos de mulheres brancas. Se pensarmos no modelo de maternidade compulsória imposto às mulheres brancas, identificaremos que essas sempre foram obrigadas a sustentarem suas gestações e a exercerem a maternidade como função intrínseca a sua condição de mulher. No caso das mulheres não brancas e escravizadas o que aconteceu têm outros contornos: as mulheres negras passaram pelo processo de obrigatoriedade da maternidade, não de seus filhos, mas dos filhos de outrem. (...). Essa lógica se sustentou até os dias atuais com a manutenção da representação da ‘mãe preta’, facilmente reconhecível nas empregadas domésticas presentes em muitas casas de classe média, onde são responsáveis pela criação dos filhos brancos de senhoras, enquanto os seus se criam no mundo (GONZAGA, 2015, p. 42-43).

Sangrando dolorosamente os corpos negros e pobres geralmente recorrem à prática do aborto levadas por motivos que não têm a ver, muitas vezes, com se desfazer de *gravidezes indesejadas*, decidir sobre seus corpos, se livrar da “maternidade compulsória” e poder assim ocupar outros espaços; senão por elas viver com outras urgências, em condições de precariedade que as impedem de desenvolver uma gravidez saudável e acessar ao mínimo indispensável para continuar com uma gestação. “Quando as mulheres negras recorriam ao aborto em tão grande número, as histórias que contavam não eram sobre o seu desejo de se verem livres das suas gravidezes, mas antes sobre as miseráveis condições que as dissuadiam de trazer novas vidas ao mundo” (DAVIS, 2013, p. 146). A autora vai se referir às condições nas que esses corpos viveram, nas senzalas da escravidão, onde a vida era sobrevivida em lúgubres cativeiros e a brutalidade era parte desses cotidianos, “faziam abortos a si mesmas desde o início dos dias da escravatura. Muitas mulheres escravas recusavam-se a trazer crianças ao mundo do trabalho forçado interminável, onde as correntes e as chicoteadas e o abuso sexual das mulheres eram as condições de vida diária (DAVIS, 2013, p. 146). Me (nos) pergunto se nesse contexto elas tinham alguma opção. O não nascimento e um certo controle da fecundidade praticado conscientemente, era possível para elas? Tem-se versões sobre essa questão por Mario Maestri (1988, p. 99-108), por exemplo, que atribui a “incidência dos abortos entre escravas mais aos trabalhos pesados aos que estavam submetidas e à subalimentação à que estavam expostas, do que propriamente a uma determinação delas de evitar trazer crianças na condição de escravas para o cativeiro e o sofrimento”. Os corpos escravizados, tanto provocariam abortos a si mesmas, como abortavam espontaneamente produto das violações constantes infringidas naqueles corpos. Nesse contexto de violações, manipulação e tortura, também eram obrigadas a abortar por serem destinadas a ser as amas de leite que tinham que

dar exclusividade em amamentar as crianças dos escravistas. Então a reprodução das escravizadas poderia ser manipulada de acordo com interesses econômicos: sua progênie poderia ser, por um lado, descartada ou, por outro lado, comercializada como um produto. O aborto não é só uma recusa à maternidade, pode ser, mas não é só. Os corpos sangram nas suas singularidades interseccionadas com suas condições.

Colocamos ênfase na necessidade de optar por enfoques interseccionais do aborto. Escolhemos algumas categorias porque consideramos que podem ser particularmente importantes ao pensar a prática do aborto no contexto de criminalização no que estamos inseridas. Concordamos com Nathália Diórgenes (2016, p. 25) que “a criminalização do aborto aumenta o abismo social entre as mulheres; mata e tortura as mulheres negras que continuam cravadas pelo sangue da hemorragia, da hipocrisia”. Então, temos uma combinação de identidades que vão produzindo particulares modos de habitar o mundo. Para alguns grupos, a política baseada na identidade tem sido uma fonte de possibilidades e tem proporcionado um sentido de comunidade, porém –e nesse processo de reconhecimento- estamos na atenção de não apresentar a interseccionalidade como conceito totalizante. Como fazer isso? Como lidar com “o jogo de ambiguidades, muitas vezes da contradição” (NOGUEIRA, 2017) quando pensamos em políticas identitárias (e a sua importância na composição de políticas públicas) por um lado; e com as multiplicidades das experiências que atravessam os corpos nas suas singularidades (e a sua importância para aceder às complexidades da experiência) por outro?

Conceição Nogueira (2017) nos ajuda a (re)pensar nessa questão. “A política de alianças, considerando categorias negociáveis e provisórias, pode ser a resposta política, e a teoria da interseccionalidade uma resposta teórica” (p. 139). A autora aponta que a interseccionalidade pode ser “reconhecida como um paradigma de pesquisa” (NOGUEIRA, 2017, p. 145). Como tal, é a interseccionalidade que propõe uma prática de pesquisa “atenta às especificidades da data, do local, das histórias e das localizações das pessoas que estão sujeitas a múltiplas formas de subordinação dentro da sociedade” (NOGUEIRA, 2017, p. 149). Com os *feminismos negros*, vem se dizer que é preciso discutir as questões em consideração com as particularidades que distinguem os acontecimentos nos corpos, assim como histórias de vida, experiências, relações, alianças, cotidianos, reivindicações. É dizer, é preciso uma analítica que contemple a simultaneidade dinâmica de multiplicidades que se interseccionam (RIBEIRO, 2016).

Desafiando as ideias universalizantes de raça, classe e gênero, a ativista do direito Kimberlé Williams Crenshaw (2002) define:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da

subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nessa direção, Djamila Ribeiro (2016), no curso de formação livre disponível no *YouTube* e titulado *Feminismo Negro e Filosofia*³¹, chama nossa atenção para perceber que por muito tempo o movimento feminista trabalhou com a categoria universal de “somos todas *mulheres*”, sem levar em conta que existem corpos que partem de outras localizações como mulheres negras, brancas, indígenas, nordestinas, sudestinas, trans. A filósofa nos diz que é muito importante o conceito político de interseccionalidade na medida que nos ajuda a pensar como se entrecruzam as múltiplas vivências e como uma análise combinada de raças, classes e gêneros, muito vem nos dizer para criar mecanismos e estratégias não reducionistas (RIBEIRO, 2016).

Também devemos dirigir nossa atenção e colocar uma tensão daquela escolha que fazemos sobre que categorias vão compor uma tentativa de análise, por exemplo, “uso das mulheres negras como sujeitos “puros” interseccionais” (NOGUEIRA, 2017, p. 186). Para falar sobre o aborto, pensamos no uso da categoria “mulheres negras” já tendo diluído aquele caráter universalizante da categoria *mulher* e nos enfrentando com a contradição de recuperar essa categoria de análise para falar sobre o aborto como uma experiência singular: “alegando que “mulher” em si mesma é um terreno contestado e fraturado, e que não há uma única experiência de “ser mulher”. É sempre constituída por, e vivida por pessoas com diferentes interesses e localizações” (NOGUEIRA, 2001 apud NOGUEIRA, 2017, p. 145).

De acordo com a (2016), são as mulheres negras, de baixa escolaridade, com menos de 21 anos, as que mais passam pelo processo sozinhas, sem o auxílio ou apoio de uma amiga, familiar ou profissional da saúde; ao mesmo tempo, são as que mais realizam aborto em locais com pouca ou nenhuma higiene, insalubre e sem segurança, onde se utilizam sondas inapropriadas e outros apetrechos para provocar o abortamento (Pesquisa Nacional sobre Aborto, 2016). No mês de novembro do ano de 2017, a Diretoria de Pesquisa e Acesso à Justiça (DPAJ) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ) publicou um relatório sobre o levantamento de dados a partir da consulta aos processos de aborto em trâmite no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de dizer a respeito de que corpos são criminalizados por abortar. 42 pessoas estão sendo punidas por terem abortado, sozinhas ou com ajuda de terceiros, no

³¹ Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>>. Acesso em julho de 2017.

estado.

O que aqui temos é informação de apenas um estado do Brasil, e ainda de forma subnotificada. Porém, esses dados têm muito a nos dizer sobre quais são aqueles corpos que estão sendo punidos por tentar fazer exercício de autodeterminação e o que recebem quando precisam ser socorridas pelo sistema de saúde. “Foi possível perceber a situação de vulnerabilidade em que se encontram essas mulheres, que não encontram no sistema de saúde a estrutura adequada para atendê-las no caso de um aborto malsucedido” (BRASIL, 2017, p. 29). Entendemos que este tipo de informações pode ser útil para interpelar as agendas das políticas públicas que muito estão devendo em matéria de acesso ao exercício de autodeterminação de nossos corpos. Nessa direção, nos perguntamos junto com Conceição Nogueira (2017):

Que outras diferenças, resultantes de pertenças grupais distintas, se intersectam para resultar num padrão de desigualdade mais complexo e por isso, mais ou menos otimista, quanto aos dados que frequentemente são apresentados nos relatórios de organismos oficiais nacionais e internacionais? (NOGUEIRA, 2017, p. 138).

Na tentativa de achar respostas para esse questionamento, Nogueira (2017, p. 152) destaca a complexidade interseccional e nos diz que “é necessário estar atenta e teorizar privilégios e opressões, não como estatutos fixos, mas sim como estatutos fluidos e dinâmicos, permeáveis à mudança, quer nas opressões, quer nos privilégios, quer nos contextos”. É dizer, é necessário estar atentas e ganhar um corpo sensível para ouvir experiências nas suas multiplicidades. Mantemos o interesse na análise interseccional e pela diferença enquanto isso se constitui como uma possível estratégia para interpelar as políticas públicas

ao serviço da construção de uma agenda teórica e política emancipadora. Neste contexto, seria possível pensar em coligações temporárias que façam sentido e sejam necessárias num momento particular, permitindo a organização comunal para além, e através, da assunção da diferença. (NOGUEIRA, 2017, p. 187).

Jasbir Puar (2013) realiza uma série de questionamentos à operacionalização da teoria da interseccionalidade e apresenta alguns limites e possibilidades de dois conceitos: interseccionalidade e agenciamento. No seu artigo *Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: Interseccionalidade, agenciamento e política afetiva* (2013), propõe que a interseccionalidade como ferramenta de intervenção política está envolvida pela noção de agenciamento. O conceito de agenciamento vai ser desenvolvido por Deleuze (1998) como aquilo que produz os enunciados, a unidade mínima que não seria mais a palavra, o conceito, a ideia ou o significante, senão que seria o agenciamento que produz os enunciados. “O enunciado é o produto de um agenciamento, sempre coletivo, que põe em jogo, em nós e fora de nós, as populações, as

multiplicidades, os territórios, os devires, os afetos, os acontecimentos” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 65). Jasbir Puar (2013), vai dizer que a interseccionalidade e o agenciamento não funcionam da mesma maneira nem em conteúdo, nem em utilidade e que, por isso, são conceitos que habitualmente são entendidos como incompatíveis. Mas o que é o agenciamento? Deleuze (1998) afirma que os agenciamentos, a diferença das estruturas, não estão ligados às condições de homogeneidade, porque o agenciamento co-funciona, seria uma “simpatia” ou “simbiose”:

É preciso dizer que é o próprio mundo que nos arma as duas armadilhas da distância e da identificação (...). Há muitos doutores e eruditos que nos convidam a um olhar científico ascetizado, verdadeiros loucos também, paranoicos. É preciso resistir às duas armadilhas, a que nos arma o espelho dos contágios e das identificações, a que nos indica o olhar do entendimento. Nós só podemos agenciar entre os agenciamentos. (...) é um corpo a corpo, odiar o que ameaça e infecta a vida, amar lá onde ela prolifera (nada de posteridade nem de descendência, mas uma proliferação) (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 66-68).

Quando lemos a Jasbir Puar (2013) propondo que os conceitos interseccionalidade e agenciamento não precisam ser antagônicos e que é o atrito deles o que lhe interessa, faz sentido para nós estar atentas para não cair em atualizadas armadilhas numa leitura que reduza o debate sobre aborto e o torne excludente. Quando dizemos “mulheres negras”, não queremos dizer que a noção de diferença está restrita em oposição a uma outra universal. O conceito de agenciamento pulsa por aparecer nos dizendo:

É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das épocas, dos sexos, dos reinos – naturezas diferentes. Por isso a única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é uma simbiose, uma “simpatia”. O que é importante não são nunca as filiações, mas as alianças e as ligas; não são os hereditários, os descendentes, mas os contágios, as epidemias, o vento. As bruxas bem o sabem (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 84).

Nessa direção, Jasbir Puar (2013, p. 358) afirma que “as categorias raça, classe, gênero, sexualidade são consideradas eventos, ações, encontros entre corpos, e não meramente entidades e atributo dos sujeitos”. Assim, pensamos o aborto como um evento que tece um comum na prática que se produz nos encontros dos corpos aborteiros. Pensamos *as aborteiras* como mais uma categoria que pode se interseccionar com outras para produzir outros possíveis. Nas palavras de Jasbir Puar (2013, p. 367), “esse seria um agenciamento devir-interseccional”.

Consideramos que um comum que se tece nas singularidades das experiências tem a ver com o silêncio que ressoa em torno à prática abortiva. De forma geral, falar do assunto é desconfortável e produz uma série de incômodos por ser algo condenado, culpabilizante e ainda crime. Em meio a silêncios e gritos, resgatamos algumas narrativas, e é assim que conhecemos

a curta-metragem *A boneca e o silêncio* ³². Atualmente, o documentário está disponível no *YouTube* e *Vimeo* e desde o seu lançamento, no ano de 2015, o filme ganhou diversos prêmios nos mais variados festivais nacionais e internacionais. A documentário ficcional, de produção e execução brasileira, surge de um conto que a cineasta Carol Rodrigues escreveu no ano 2007, cuja história é adaptada para um roteiro de curta-metragem, e dirige no 2014. Marcela, a personagem principal, é uma vida de 14 anos que mora na periferia. A mãe dela morreu quando ainda era criança então ficou no cuidado do pai e foi ela quem assumiu responsabilidades domésticas. A trama acontece com silêncios que inundam de sensações a quem está expectando. Marcela enfrenta-se com uma gravidez e um desejo que não é permitido ser desejado: abortar. Ela não conta com o acesso a informação sobre como se praticar um aborto, não conta com pessoas que possam lhe orientar e socorrer, não conta com acesso ao dinheiro que lhe possibilitaria obter a pílula abortiva ou uma clínica clandestina, mas conta com a decisão: ela está decidida e não quer mais gestar um vivo dentro de si nesse momento da sua vida. Marcela, com 14 anos é uma senhora de Si.

Narrativa que mostra em primeira pessoa a vivência dolorosa de um corpo que em suas particularidades, sangra no escuro só e ao mesmo tempo retrata muitas das dores que são vivenciadas por corpos que sangrando sozinhos, morrem na tentativa de fazer exercício de autodeterminação sobre si. Marcela é uma vida não branca de 14 anos que num espaço abandonado, sangra dolorosamente.

³² Disponível em: < <http://www.videocamp.com/pt/movies/a-boneca-e-o-silencio>>. Acesso em julho de 2017.

Imagem 6- Cena 4 do documentário “A Boneca e o Silêncio”: Marcela fica por um instante olhando para a tesoura aberta e passa seus dedos sobre as lâminas.



45



Fonte: Perfil de Facebook do documentário³³

Consideramos que o documentário *A boneca e o silêncio* nos traz a possibilidade de criar outras imagens sobre o aborto através do sensível, nos fala de uma narrativa que ao mesmo tempo que dói, pode incitar uma maior reflexão sobre o tema, possibilitando debates que se afastem da velha contraposição de *duas vidas* em questão e que não tem servido para resolver coisa alguma até agora. Esse filme nos fala a todos nós, *corpos falantes* e *sangrantes* que compomos esta sociedade. Na tentativa por se tornar dona de si, é Marcela quem sangra com dor num esconderijo. Quantas “Marcelas” compõem nossa sociedade? E quantas “Marcelas” já não estão entre nós? O elemento do sangue é utilizado no filme numa mistura de diferentes cores que entendemos -junto à cena com mulheres cantando em roda e à mãe lhe abraçando- indicaria que outras também morrem em condições similares. Uma roda de *mulheres* de todas

³³ Disponível em: < https://www.facebook.com/abonecaeosilencio/?ref=br_rs>. Acesso em maio de 2017.

as raças, de todas as cores, de todas as idades, de todas as cidades, de todas as religiões,
sussurrando uma língua comum. Tecendo um comum na prática do aborto.

A voz de minha bisavó ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência aos brancos—donos de tudo.
A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.
A voz de minha filha
recorre em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si a fala e o ato.
O ontem — o hoje — o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.
(EVARISTO, 2011, p. 18)



G- "Cihuanahualli". Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/2a-categoria/Cihuanahualli-13322.jpg>>.

Se nos ameaçam, seguirmos abortando em casa: Dobras de saberes e poderes na produção de corpo, de vida

*Despi minha alma da angustia
latente, serene
retirei-lhe do meu útero
poupei-lhe da escravidão
do papel de ladrão
malabarista de sinal
capitão do mato,
soldado
escravo,
servente,
empregado!*

*Fui condenada,
a puta aborteira
estigmatizada.*

*Tirei-lhe a vida
minha vida
pra não lhe ter morto em meus braços
ser número de estatística
mais um jovem encarcerado
escravizado
desumanizado
desalmado*

(ALVES, 2015).

Podemos situar o debate no campo do *biopoder* e da *biopolítica*. O conceito de biopoder, tal como elaborado por Michel Foucault, entre os anos de 1974 e 1979 é definido assumindo duas formas: consiste, por um lado, em uma anátomo-política do corpo e, por outro, em uma biopolítica da população. Então, por um lado temos os dispositivos disciplinares desenhados para extrair do corpo sua força produtiva, isso por meio de mecanismos de controle do tempo e do espaço, no interior de instituições, como a escola, o hospital, a fábrica e a prisão. Por outro lado, temos a biopolítica da população que se encarrega da regulação das massas, se valendo do uso de saberes e práticas que gerem taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento da longevidade, entre outros.

Desde o século XVII e a partir dos conhecimentos devidos do desenvolvimento de uma medicina científica e biológica, junto com a tecnologia é que o biopoder se apropria com mais precisão dos corpos. É através dos saberes da medicina, mas não só, que o biopoder e os saberes disciplinares se ancoram nos corpos, produzindo-se uma série de conhecimentos sobre fecundação, concepção, desenvolvimento embrionário e instrumenta-se assim, um arsenal de tecnologias ao redor daquele corpo. Essas tecnologias adquirem formas de controle social sobre os corpos que está ligado ao controle sobre a sexualidade.

Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados de maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma estratégia única, global, válida para toda a sociedade e uniformemente referente a todas as manifestações de sexo: a ideia, por exemplo, de muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial não se explica, sem a menor dúvida, os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, as diferentes idades e classes sociais (FOUCAULT, 1988, p. 98).

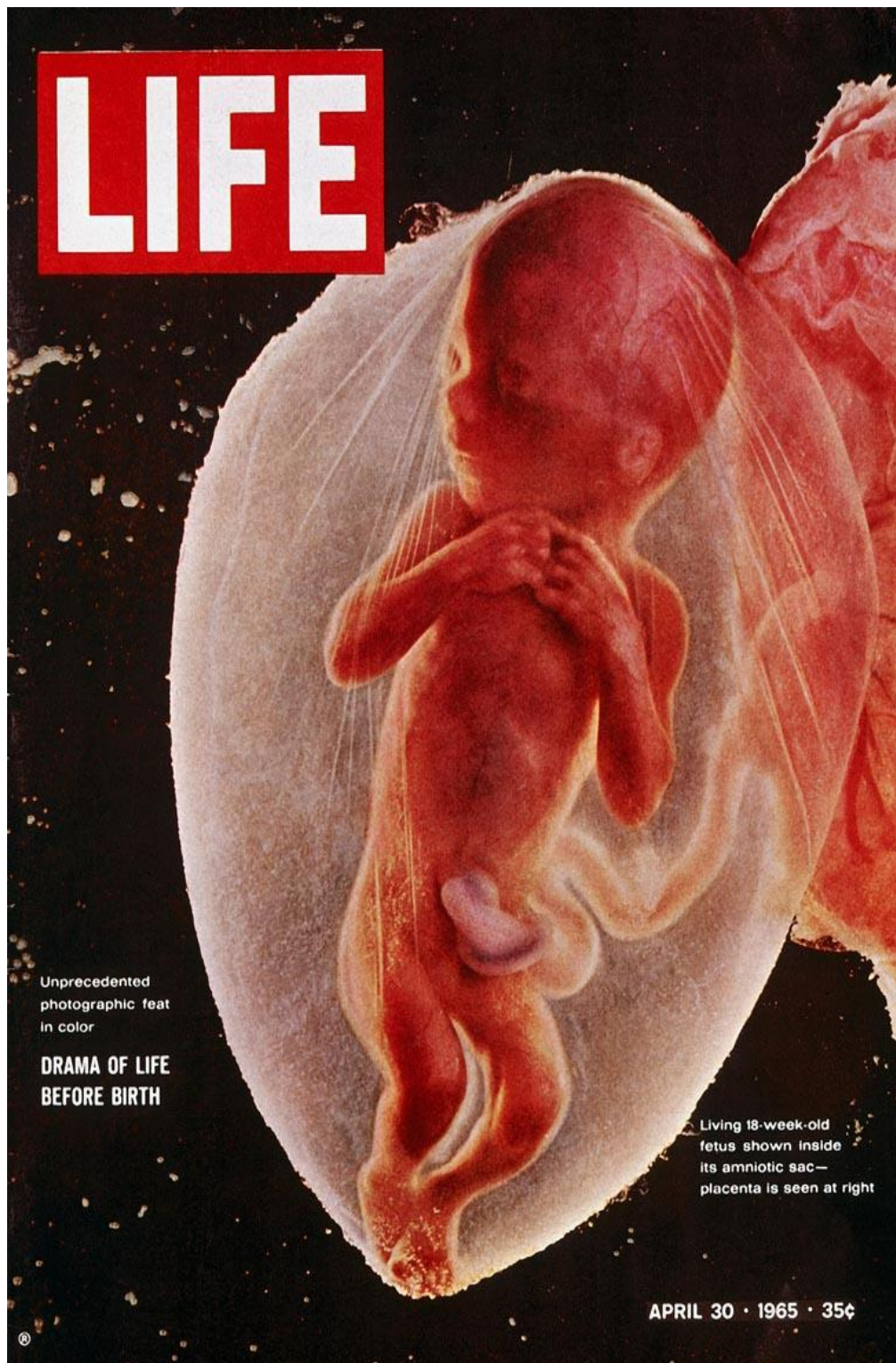
É então, através de instrumentos imbricados ao corpo e à sexualidade das pessoas que engravidam, que se exercem essas estratégias de controle. Julia Galeotti (2004) afirma que, antes do desenvolvimento de uma medicina científica e biológica, junto com a tecnologia, competia ao corpo grávido aquele produto que levava dentro de si. A partir dos desenvolvimentos tecno-médicos, temos uma forte mudança a respeito do vivo dentro do corpo, é dizer, começa a se dar um outro status para aquele organismo. A alemã Barbara Duden (1993) nos explica que o impacto visual do desenvolvimento humano intrauterino se há convertido em um elemento político com objetivo de evitar a prática do aborto.

No ano 1965, um fotógrafo e cientista sueco chamado Lennart Nilsson, publicou registros do desenvolvimento de embriões humanos dentro do organismo vivo, assunto que antes era considerado impossível fotografar. O fotógrafo usou câmeras convencionais adaptadas com lentes macro e um endoscópio, logo essas fotos foram ampliadas milhares de vezes com microscópio eletrônico. Desse modo, conseguiu fotografar um feto desde a fecundação do óvulo. Seu ensaio *A Child is Born*³⁴ correu o mundo inteiro, e foi na revista *LIFE*, edição sem precedentes em 30 de abril de 1965, que ganhou a capa e 16 páginas com aqueles registros. Embora seu objetivo fosse mostrar um feto vivo, Nilsson também fotografou embriões abortados obtidos de abortamentos feitos dentro da lei sueca e com essas amostras, testou iluminação e posições diferentes. Antes desses registros fotográficos, o que se tinha eram fotografias de fetos mortos e fora do útero³⁵.

³⁴ Disponível em: < <http://www.lennartnilsson.com/en/books/a-child-is-born/>>. Acesso em julho de 2017.

³⁵ Centro de Fotografia Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM-Sul Porto Alegre – RS Brasil 5 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://foto.espm.br/index.php/referencias/a-vida-antes-do-nascimento-por-lennart-nilsson/>>. Acesso em julho de 2017.

Imagem 7- Capa da revista LIFE abril de 1965



Fonte: Site web de Lennart Nilsson³⁶

Como se pode visualizar na capa da revista, o titular diz “O drama da vida antes de

³⁶ Disponível em: <<http://www.lennartnilsson.com/home.html>>.

nascer”, aparecendo assim o discurso “da vida” antes do nascimento. Observamos que nem se menciona a vida do corpo que gesta, e destaca-se um direcionamento da matéria na produção de um “drama”. Duden (1993), faz uma análise sobre o uso político desses registros e percebe como o corpo grávido desaparece da cena, produzindo-se, assim, um apagamento dele em função de ser um reduto só como meio ambiente do feto.

Igualmente concorrente para este discurso é a alusão ao embrião recorrendo a metáforas de humanização, em muitos casos referindo-o como criança (...). Este processo retórico, emerge do desenvolvimento das tecnologias de imagiologia médica, é persistentemente usado pelo discurso da vida, como a prova cabal de que o embrião se trata de uma vida humana. Assim, recorre-se à ciência para promover a ideia de que o embrião se trata de uma pessoa humana incontestada e que a consequência lógica é que o aborto se trata de um homicídio, ou até mesmo de um genocídio, dado o discurso catastrofista das culturas da morte (...). Ora, este é um dos pontos em que encontramos ambivalências neste discurso. Se de facto se atribuiu tal valor à vida do embrião, também se revela que o discurso da vida não pretende uma punição legal exemplar, comparável à do homicídio. Como verificamos tanto na análise de imprensa, como na análise do discurso dos/as estudantes, não parece existir um consenso sobre a penalização a ser seguida pela lei. (...) o discurso da vida é um discurso que está voltado para um enquadramento da questão da interrupção voluntária da gravidez num plano unicamente moral e não numa perspectiva concreta de resolução de problemas (OLIVEIRA, 2009, p. 282).

Por que - ou PARA QUE- importam mais os zigotos, embriões, fetos que os corpos que engravidam? A questão vai além da hipocrisia, o fato do aborto ser crime tem a ver com mais um modo ou dispositivo criado para fins de vigilância, manipulação e controle. Aos efeitos desta escrita, será abordado aqui, de forma conjunta, a categoria do poder disciplinar e do biopoder, uma vez que essas categorias têm pontos de aplicação específicos, são diferentes, mas não são completamente independentes. Entendemos que a disciplina atua no corpo, e a biopolítica na população; assim, na biopolítica encontramos o poder soberano, o poder disciplinar e o poder sobre a população agindo com diferentes mecanismos e funcionando conforme a estratégias específicas. Sobre o biopoder, Foucault (2005, p. 289) vai nos dizer: “pois essa técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está em outra escala (...) e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes”. O autor conceituou e descreveu o regime disciplinar, para explicar o estado da disciplina como um grande modelo de exercício de poder sobre os corpos, tornando-os dóceis. Assim, vão se instaurando poderes disciplinares com o funcionamento das instituições (escolas, fábricas, manicômios, hospitais, prisões). Foucault (2005) nos diz que a tecnologia disciplinar centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar útil e dócil ao mesmo tempo. Na obra *Vigiar e Punir* (1987) o autor escreve que o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. A criminalização do aborto

constitui uma ameaça constante para nossos corpos na medida que pretende adestrar-nos, disciplinar-nos, vigiar-nos e punir-nos. Tal é assim que os riscos muitas vezes, não têm a ver com a prática em si e sim com a criminalização. A partir da criminalização como lei dominante, os riscos aumentam e a prática acontece fazendo sangrias daqueles corpos que procuram fazer o que acham melhor para si. “No Brasil, as estimativas confirmam que a criminalização não tem sido capaz de reduzir os abortamentos” (DE CAMPOS, AMORIM e LOYOLA, 2016). Então, “a criminalização seria até contrária ao princípio da racionalidade como princípio constitucional” (TORRES, 2016), porque se não serve aos fins de resolver os problemas sociais e só os agrava, gerando assim mais condições de morte para quem aborta, pânico generalizado e insegurança, temos outra racionalidade que não tem a ver com proteção da vida. Os custos sociais só aumentam e nada tem servido para solucionar alguma coisa. “O proibicionismo só faz aumentar a procura de abortamentos inseguros que põem em risco a vida e a saúde, revelando-se uma estratégia contraproducente no campo da saúde e de política criminal, pois não impede a sua ocorrência e prejudica a saúde das mulheres” (DE CAMPOS, AMORIM e LOYOLA, 2016). A criminalização ameaça nossos corpos, nos impedindo o acesso à informação e aos métodos abortivos, ao mesmo tempo, negligencia nossas vidas nos punindo, nos controlando.

Daí eu tentei fazer de tudo, só não tomei injeção. Mas eu tomei um monte de remédio que eu não conhecia que achei na casa dessa senhora onde eu trabalhava. Aí tomei... ah, tomei tanta coisa... tomei chá (VENTE LIVRE, 1994, s/p).

Após terminar um relacionamento de dois anos com uma travesti, descobriu que estava grávido. Sozinho, sujeito à vulnerabilidade e sem querer passar por todas as transformações no corpo, ele decidiu abortar. Fez por métodos que colocaram a sua saúde em risco (NLUcon, 2010, s/p).

O primeiro que eu fiz foi colocar uma sonda, lá em Gravataí. Bem dizer que a gente se entrega para uns carneadores né? Que não entendem nada, quer dizer que eu estava arriscando a minha vida e tinha medo, claro de ir presa porque a gente sabe que o aborto não é legalizado, que é um crime (VENTE LIVRE, 1994, s/p).

Não necessariamente abortos são inseguros, é a negligência da sociedade e o Estado que geram um contexto que produz e potencializa situações indesejadas, perigosas e até letais. Butler (2016) nos diria que o mesmo estado ao que recorremos em busca de proteção, é precisamente aquele do que precisamos ser protegidas.

Eu tinha 19 anos e estava cheia de planos para a vida, estudar, trabalhar... e aí conheci um rapaz... ele falou que tinha problemas de saúde e não poderia ter filhos... Aí eu liguei para o rapaz e falei que eu interromperia aquela gravidez..., mas... quando deitei comecei a chorar, não conseguia parar de chorar... o médico e a enfermeira me disseram de voltar para casa e repensar... e eu decidi prosseguir com a gravidez (...) por muito tempo me senti julgada, criminalizada (CLANDESTINAS, 2014, s/p).

Mas eu até hoje me condeno por isso, eu sou contra o aborto em certa parte... isso que eu fiz na minha cabeça é um assassinato. Fazer o que...? (VENTRE LIVRE, 1994, s/p).

Eu senti muita dor, se eu não me engano aconteceu alguma coisa errada, algum problema durante o processo. Raquel ficou segurando a minha mão e....é....ele fez alguma coisa, ele fez aquele método de sucção, aí ele fez alguma coisa, que tipo a barriga dói, você sente um pouco de cólica e depois tem um tempo é para passar e a minha não passava. Eu acho que a minha pressão começou a baixar porque eu fui ficando fria e eu vi que ele ficou preocupado, porque ele tinha dito para mim “vai passar com cinco minutos”, e tinha meia hora que eu estava passando mal. E aí eu vi que ele ficou preocupado. Eu pensei “deu merda, ótimo, vou morrer de um aborto incompleto, assim, toda a minha vida pela frente e eu vou terminar aqui. (DIÓRGENES, 2014, p. 123).

Com Giorgio Agamben (2002) na sua obra *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*, aprendemos que “o triunfo do capitalismo não teria sido possível (...) sem o controle disciplinar e efetivo pelo novo biopoder, que criou para si, por assim dizer, através de uma série de tecnologias apropriadas, os “corpos dóceis” que necessitava” (AGAMBEN, 2002, p. 11). Isto, através da criação de mecanismos de controle das massas de população. Para que a população possa ser funcional ao modelo de produção estabelecido, se faz necessário controlar ditas massas e tornar dóceis e disciplinados os corpos que as compõem. Nas palavras do próprio Foucault (1988), quando refere às exigências do capitalismo: “foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar” (FOUCAULT, 1988, p. 132). Então, se faz precisa uma técnica de poder que não é apenas individualizante, senão aplicável nas massas. Assim, temos o que o autor chama de biopolítica, que pode ser entendida como a introdução da vida nos mecanismos e nas estimativas do poder, abarcando assuntos como natalidade, fecundidade e mortalidade. A criminalização funciona como aquele dispositivo disciplinador e punitivo para os corpos que abortam, mas, ao mesmo tempo, controla em massa com a normativa vigente. O medo disciplinador de ser punida por abortar, tem um efeito nas subjetividades. A punição é aplicável a todos aqueles corpos vigiados por ela, nos antecede e nos atravessa porque aprendemos desde cedo, aquelas técnicas que dizem do que corresponde ao que devemos ser e fazer de nós. Poderíamos pensar aqui, junto com Teresa de Lauretis (1994, p. 220), aquelas tecnologias que produzem “discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana”. Aprendemos desde cedo que pelo fato de ter capacidade de procriar, um “destino” para muitos corpos é o engravidar e parir. Falamos aqui de uma “construção de técnicas de viver que determinam como um sujeito pode se inserir na sociedade segundo normas específicas” (LAURETIS, 1994, p. 228).

Nosso corpo transita nessa sociedade in-corporando de maneira constante aquelas normas que nos (des)fazem. Preciado (2011) afirma que essa produção de corpos e subjetividades pode-se dividir muito basicamente, em três momentos ou períodos ligados cada um deles a um regime específico. Temos assim o *regime soberano*, o *regime biopolítico* e o *regime fármaco-pornográfico*. Esses três grandes regimes não se substituem numa linearidade no tempo, senão que coexistem e vão adquirindo diversas formas. Aos efeitos dessa escrita, fazemos uma breve caracterização desses regimes, nas páginas que seguem, dois dos quais já descrevemos anteriormente:

Como já afirmava Foucault (1988), o conjunto de técnicas de gestão dos corpos e das subjetividades, no **regime soberano**, são fundamentalmente de punição, de restrição, de repressão e até a morte de todo aquele que não obedecia ao rei, quem tinha o poder de decisão sobre seus súbditos. Para esse regime, a verdade é algo que é revelado por um deus e o poder se inscreve na genitália masculina como figura central do nosso aparato jurídico. “No nível da família, é o pai (pater-família) quem vai desempenhar o papel de detentor de poder de tomada de decisões sobre os corpos que compõem sua família como uma propriedade” (PRECIADO 2011, s/p).

Mas o que entendemos por **poder**? Para Foucault (1987), o poder interfere na vida dos indivíduos de forma circular e ascendente, de forma fluida. Em determinados momentos estamos na condição de exercício de poder e, em outras, submetidos a ele. É um jogo em que todas as pessoas participamos pelo fato de viver em sociedade. O poder que se exerce através de pequenas técnicas, micro poderes, um conjunto de pequenos poderes, de pequenas instituições que atuam em todas as áreas da sociedade, e que envolvem todas as pessoas, contudo, com efeitos específicos. O poder deve ser visto, como algo que funciona em rede, que atravessa todo o corpo social.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si. (...). O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares (FOUCAULT, 1987, p. 88-89).

Para caracterizar o **regime biopolítico**, Preciado (2011) vai dizer que corpo maternal é central nesse regime. E prossegue afirmando que, de fato, o aborto começa a ser criminalizado quando o útero começa a se pensar como um órgão gerador de vida que por isso devia ser controlado e disciplinado: “atentado à “mulher”, (...) com uma personalidade e uma natureza essencialmente diferente (...) e assentar sobre ela, o pressuposto da responsabilização, que em

termos desta linguagem se liga fundamentalmente à aceitação das consequências (leia-se gravidez)” (OLIVEIRA, 2009, p. 286). Daí a gestão e controle que vai ser feito sobre esses corpos pelos aparatos médicos e jurídicos estatais. No que corresponde à prática de aborto, está presente aquele discurso de uma vigilância que pressupõe punição com o objetivo de tornar dóceis os corpos e torná-los úteis para um sistema que necessita a pessoa reprodutora ou criminosa. Ou sangramos conforme ao que nosso sistema estabelece, ou somos as punidas pela sociedade e suas instituições.

Foucault (1987) trabalha as questões sobre os sistemas penais introduzindo o que atinge à vigilância e autocontrole como uma condição para pensar os sistemas prisionais. Ele retoma o trabalho de Bentham sobre as formas arquitetônicas das prisões e destaca a presença de um *pan-ótico* (que permite a um único vigilante observar todo, sem que as pessoas possam saber se estão ou não sendo observadas) que evidencia a existência de um poder feito torre e por tanto visível, mas que não pode ser verificado, podendo se exercer assim, diversas formas de controle dos corpos e cujo “objeto e fim não são a relação de soberania, mas as relações de disciplina” (FOUCAULT, 1987, p. 120). Desta forma, na sociedade disciplinar os indivíduos sentem-se controlados pela força do olhar, uma vez que no poder panóptico, o observador está permanentemente presente a observar e a vigiar. “O panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens” (FOUCAULT, 1987, p. 180).

Vivemos insertas numa paisagem onde os empecilhos se interseccionam e dificultam o acesso à autodeterminação dos corpos, mas não nos calaremos. Os dados sobre estatísticas de mortes por causa de abortos inseguros são enganosos por causa da criminalização. Diniz e Medeiros (2010, s/p.) nos contam que “os dados sobre a magnitude do aborto provocado no Brasil devem ser examinados à luz do contexto restritivo da lei”. Esses entraves têm a ver com os projetos de leis que se discutem entre parlamentares, por exemplo a *PEC cavalo de Tróia* e *Estatuto do nascituro*. A PEC 181/ 2015 é proposta de emenda constitucional da autoria do Senador Magno Malta e outros, que alteraria a Constituição Federal: Atualmente o art. 5º diz: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos (...)”. O que a proposta prevê acrescentar é o trecho: “garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção” (BRASIL, 2017).

A emenda ganhou a expressão “Cavalo de Tróia” porque num primeiro momento a PEC tinha como alvo ampliar a licença maternidade para casos de nascimentos prematuros, e isso

considerava-se como um ponto positivo, porém foi modificada. Colocaram, no texto do projeto, a definição de que *a vida* começa desde a concepção. A PEC passou pela Comissão especial o dia 08 de novembro de 2017 com 18 votos a favor e um, contra. Segundo os parlamentares, o direito à *vida* é inviolável desde a concepção, é dizer que eles reconhecem o direito à *vida* desde a inseminação do óvulo. Isso traz consigo uma série de contradições. Ao se incluir na Constituição Federal que o direito à vida começa com a fecundação, qualquer tipo de aborto seria proibido, até mesmo os que já estão previstos legalmente: casos de estupro, risco de vida para mãe e anencefalia. Essa medida impacta também nos tratamentos de fertilização in vitro e pesquisas com células-tronco embrionárias. Todo procedimento que ameaça a existência de um óvulo fecundado por um espermatozoide pode ser impedido como consequência às interpretações geradas por essa mudança na Constituição. Como Débora Diniz (2017) escreve, em consequência da emenda, “a disputa é religiosa, e tem por alvo forçar a prisão de mulheres que abortarem em caso de estupro, ou mesmo condená-las à morte em caso de risco de vida na gravidez” e isso fala dos “esquecimentos de quem dá mais valor às crenças religiosas que às mães de carne e osso” (DINIZ, 2017, s/p.).

Sí, lo acepto:
No tengo lucha contra sangre ni carne.
Lucho contra ese fantasma
que se asoma a las ventanas
biblia en mano
y la santidad chorreándole la entrepierna.
(LEAL, 2017, p. 36).

Entendemos que há uma grande distância entre um conjunto de células fecundadas, produto da união de espermatozoide e óvulo, e uma pessoa. Se todo zigoto, se todo embrião fosse de fato *uma vida*, o que dizer dos chamados *tratamentos de fertilidade*? E os embriões que não se implantam no útero? E *os produtos* que não se desenvolvem? Cadê *a vida* enlutada nesses processos? A opinião pública brasileira já foi mobilizada nessa direção e, grande parte dela, manifesta-se em nome de um pensamento que nomeiam “em defesa da vida”. Consideramos que essa discussão não seria coerente e cantamos com Caetano Veloso:

O padre na televisão
Diz que é contra a legalização do aborto
E a favor da pena de morte
Eu disse: não! Que pensamento torto!
(VELOSO, 1987).

O *Estatuto do Nascituro* ou PL 478/2007, atualmente apensados PL 489/2007; PL

3748/2008; PL 1763/2007; PL 1085/2011; PL 8116/2014 ³⁷, é outro empecilho na nossa condição de *aborteiras*. O termo nascituro vem do latim e significa “aquele que vai nascer”. Sim, desse jeito imperativo. O estatuto classifica como nascituro qualquer óvulo humano fecundado por um espermatozoide. Essa dimensão da potencialidade que “o nascituro” traz consigo, determina que o vivo que se está gestando, “vai nascer”. Dessa forma, um zigoto, um embrião, um feto, adquirem uma outra dimensão, uma outra entidade. O Estatuto do Nascituro pretende a proibição do aborto em qualquer hipótese porque impede interromper o processo de desenvolvimento intrauterino daquele vivo que “vai nascer”. As pessoas que defendem o estatuto, consideram que “o nascituro” é um ser humano que deveria ser protegido.

Nós afirmamos que, de fato, dentro do corpo que gesta, tem-se um vivo. Porém, afirmamos também, que esse vivo não é *uma vida* digna de luto. Para ninguém. Não negamos que há uma entidade viva. Dizemos que não é enlutada pelo corpo grávido. E para nós, essa informação nos interessa. A vida do corpo grávido que decide abortar, interrompendo assim os meios para que aquele vivo se desenvolva, expulsando-o na prática abortiva, é o que nos interessa. Por isso afirmamos que somos pró-vida. Defendemos a vida dos corpos que sangram, engravidam e abortam.

Butler (2016) nos diz que só em condições nas que seja importante a perda, é que aparece o valor da vida. Assim, “a capacidade de ser enlutado é um pressuposto para toda vida que importe” (BUTLER, 2016, p. 32). Mas que vida nos importa? A autora nos provoca e vai além nos dizendo que sem capacidade de suscitar condolências, não existe vida alguma, ou melhor dito, tem algo que de fato está vivo, porém que é diferente à vida. Aqui o dilema dos discursos das pessoas que se manifestam a favor da criminalização do aborto por defender um vivo, é dizer, um zigoto, um embrião, um feto. Esses discursos se importam (ou dizem se importar) com o que está vivo sendo encubado e nutrido pelo corpo de uma pessoa que *também viva*, tem capacidade de tomar decisões sobre si. Na prática do aborto há algo que está vivo, existe uma série de acontecimentos biológicos agindo dentro dos corpos, como temos no caso de espermatozoides, óvulos, bactérias, germens. Nossos corpos estão compostos por células vivas, mas, se consideramos isso tudo como *uma vida*, aconteceria genocídio cada vez que alguém se masturbasse, por exemplo. No caso da prática do aborto, existe algo que está vivo, crescendo e sendo abastecido pelos nutrientes, pelo sangue do corpo fecundado, mas esse *vivo* não terá *vida* para ser vivida porque não é mantida por nenhuma consideração, nem será chorado quando

³⁷ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em julho de 2014.

abortado:

Fiz um aborto, e não me arrependo!!! Hoje mesmo fazendo pouco tempo, sinto que estou muito mais madura e posso dizer que foi o melhor que poderia ter feito! (WOMEN ON WEB, 2012, s/p).

A decisão do aborto foi tomada como todas as escolhas que faço: de forma rápida e consciente (...). Acredito que fiz o que era certo e não me arrependo por não ter trazido ao mundo um bebê no momento errado (COSMOPOLITAN, 2012).

Eu não poderia abrir mão de um emprego, de uma faculdade por terminar, dos meus amigos, da minha cidade, do convívio com minha família, enfim, da minha vida, por conta de algo que eu nem sabia como podia ter acontecido, pois me precavia para que não acontecesse (...). Nunca quis ter filhos e nem quero (ESCREVA LOLA ESCREVA, 2012).

Seguimos na companhia do pensamento de Judith Butler (2016), que nos diz que a capacidade de ser chorado, é um pressuposto para toda vida que importe. O produto da prática abortiva, não é enlutado pelo corpo que o sangra, pelo contrário, o produto daquela prática é um conjunto de células que a *aborteira* expelle como consequência da decisão de fazer o que acha melhor para si. Quem enluta esse vivo? Aqueles que se importam com o zigoto, o embrião e/ou o feto, não estariam se importando mais em defender nascimentos? Com que *vida* dizem se importar?

Determinar a especificidade ontológica da vida nessas condições nos levaria, de modo mais geral, a uma discussão de biopolítica, preocupada com as diferentes maneiras de apreender, controlar e administrar a vida, e como essas modalidades se infiltram na definição da vida propriamente dita (...) a “vida” como tal continua sendo definida e regenerada, por assim dizer, em novos modos de conhecimento/poder (BUTLER, 2016, p, 34-35).

Consideramos fundamental dizer que nossa luta é pela **vida** e que nosso convite é recuperar esse conceito que é arrebatado por *fundamentalistas* que muito o utilizam. Em demasia. Ao mesmo tempo, são essas mesmas pessoas as que negam o acesso a uma prática abortiva segura. Acontece, também, que se produz uma coincidência paradoxal entre as pessoas que, enfaticamente se posicionam em contra da legalização do aborto, ao mesmo tempo que proclamam “bandido bom é o bandido morto”. Insistimos com a pergunta: que vida importa?

As perguntas sobre o que é *vida*, quando ela começa e as afirmações do tipo “*defender a vida*”, “*a favor da vida*”, são reiteradas nas discussões políticas. Abundam as afirmações de cientistas que afirmam o início e o término da *vida*, determinando, assim, quando um conjunto de células se transforma e vira um ser vivo. À vez que estabelecem quando é que já não é possível de se viver por causa do funcionamento biológico. As afirmações provenientes de discursos religiosos alegam que aquele vivo é portador de uma *alma* e, por tanto, deve ser “defendido”. As legislações, elaboradas a partir dessas afirmações, em nome de fundamentos religiosos e a *sacralidade da vida*, se aboam para decidir em nome dos corpos aborteiros e

os (nos) criminalizam.

Retomando os regimes de produção de corpo e de subjetividade que descrevemos anteriormente na companhia de Preciado (2011), nos resulta interessante termos no que o filósofo nos propõe como um terceiro regime que não seria mais soberano nem disciplinar, senão um **regime farmacopolítico**. Este, atende o impacto das novas tecnologias do corpo no processo de subjetivação. “En la sociedad farmacopornográfica, las tecnologías entran a formar parte del cuerpo, se diluyen en él, se convierten en cuerpo. Aquí la relación cuerpo-poder se vuelve tautológica: la tecnopolítica toma la forma del cuerpo, se incorpora” (PRECIADO, 2008, p. 66). Tal é o exemplo da pílula contraceptiva do qual falamos anteriormente e tentaremos, conseqüentemente, de falar da pílula abortiva.

Preciado (2008) afirma que, para compreender a produção de subjetividade da contemporaneidade, é preciso fazer uma análise de como funcionam os dispositivos médico-farmacológicos. Nesse sentido, o corpo, como plataforma viva de órgãos, engole o *panóptico bioquímico comestível*, auto-administrando, assim, o poder que disciplina. Porém, consideramos possível pensar como isso pode se transformar, simultaneamente, em um recurso que possibilita, paradoxalmente, construir espaços de resistência. E essa torção que nos resulta irresistivelmente interessante. Nos propomos pensar o aborto medicamentoso como um exemplo do uso das tecnologias do corpo no regime farmacopornográfico. Consideramos, assim, o uso medicamento abortivo como um recurso farmacológico que foge dos usos estabelecidos pelas leis em países onde sua comercialização é proibida. Dessa maneira, a utilização do medicamento poderia pensar-se como uma reapropriação de uma ferramenta farmacológica que possibilita agenciamentos coletivos de resistência a uma sociedade que pretende nos obrigar a engravidar e parir. “O misoprostol, quando utilizado corretamente e com dosagem adequada, é um meio seguro e eficiente para a realização do aborto” (DINIZ e CASTRO, 2011).

A Organização Mundial da Saúde (2013), afirma que foi no Brasil que se publicaram por primeira vez os efeitos do misoprostol com capacidade de provocar contrações uterinas para um abortamento. Atualmente a OMS inclui o misoprostol nas suas diretrizes baseadas em evidência como o medicamento essencial para o processo de abortamento. Segundo Diniz e Castro (2011), a partir dos anos 1990, foi proibida a venda do medicamento *Cytotec*® (principal nome comercial do misoprostol) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), sendo autorizada somente para o processo de abortamento contemplado em lei e tratamento dos problemas gástricos, embora e simultaneamente, seja utilizado como o método mais seguro em países onde o aborto é legalizado.

Quem acessa à informação correta e ao medicamento para conseguir o abortamento, vai burlar a vigilância sanitária e a legislação que proíbe abortar. O uso do medicamento possibilita abortar de maneira segura sem depender do saber cirúrgico médico especializado, já que, tendo acesso ao remédio, pode se abortar em casa, autogestivamente. Assim, o corpo fecundado não estaria mais destinado às lógicas de uma sala de cirurgias onde as conduções, as regras, os saberes estão concentrados nas mesmas mãos “especialistas”, como, de fato, acontece nos partos hospitalizados. *Abortar em casa*, e autogestivamente, permitiria fazer do aborto uma ação autodeterminada que podemos administrar conforme ao que acreditemos melhor, porque permite politizar a vida biológica, nos apropriar daquele conceito *vida* e dizer que, enquanto corpos detentores de uma *vida*, resistimos porque ela nos pertence.

Nessa direção, nos perguntamos sobre o acesso às pílulas abortivas, e em como operacionalizam, de fato, as lógicas capitalísticas na comercialização e (re)venda do medicamento. Para que cada corpo possa exercer sua prática em segurança, as redes de apoio e cooperação, aqui são fundamentais. Quando alguém precisa do medicamento, aciona-se uma grande rede que se dispõe ao trabalho conjunto de conseguir o medicamento e proporcionar, com ele, as informações sobre a sua administração. Mas não só. As redes agem para prover, também, os *cuidados feministas* para abortar em exercício de uma *prática de liberdade*.

Dessa forma, interpela-se a noção de legalidade, aquela declaração que é estabelecida por uma bancada de pessoas que legislam em nome de todos os corpos. E é aqui uma tensão entre *legalização* e o *aborto* que de fato acontece, aconteceu e acontecerá além de qualquer objeção moral, religiosa e incluso legal. Isso não quer dizer que a legalização do aborto não seja urgentemente necessária, principalmente para que não aconteça com violências e para garantir o acesso aos recursos (para começar, do medicamento), porém, isso não significa que precisemos das lógicas da lei regendo entre as nossas pernas.

Imagem 8- “Si el gobierno nos amenaza, vamos a seguir abortando en casa” do Coletivo “Con las amigas y en la casa” no Encontro feminista latino-americano e caribenho, no Uruguai



Fonte: Blog Catarinas: Jornalismo com Perspectiva de Gênero³⁸

Era meio-dia e ela ainda dormia. Sonhando talvez. O cheiro do café acorda ela. Estira seus braços, sua coluna, suas pernas e bosqueja. A cama ainda a convida a ficar nela. Seu corpo lhe era estranho. Sai da cama para fazer xixi, tomar banho, ir para a faculdade. No era um dia mais. Sentia seu corpo alheio. No ônibus tinha a sensação que todas as pessoas a olhavam. Na sala de aula alguém falou de corpos e ela teve que sair. Não entendia por que. Nem para que, mas tinha que sair. Saiu. De volta para casa escreveu uma mensagem no seu celular, mas não teve coragem de marcar “enviar” nesse momento. Decidiu dormir. Acordou depois de uma hora e enviou a mensagem -passa pela farmácia, por favor-. Aconteceu. Estava acontecendo. Ela já sabia. Seu corpo sabia. No passar dos dias sentiu como todo mundo era dono de seu corpo menos ela. Sentia que doía. Doíam seus peitos. Doía sentir. Seu corpo não lhe pertencia mais. Precisava recuperá-lo. Olhares e discursos misturados com a culpa e as dores se impregnavam naquele corpo que ela rejeitava. Resistia.

³⁸ Foto que acompanha artigo “Aborto seguro e feminista salva vidas e empodera mulheres na América Latina”. Disponível em: <<http://catarinas.info/aborto-seguro-e-feminista-na-america-latina-ativistas-salvam-vidas-e-empoderam-mulheres/>>. Acesso em outubro de 2017.

Ouvir o pastor da igreja do bairro no alto-falante lhe dava raiva. Uma mala e muito medo. Coragem. Dinheiro. Privilégios. Viajaram. Sonoridades que reconhecia. Palavras que ressoavam diferente. Ouvir seu idioma a fazia sentir mais segura, mas não estava em casa. Um abraço apertado numa calçada de San Telmo dava calor ao frio do outono e inaugurava o passo seguinte. Só elas duas naquela cumplicidade. Burlando o destino. Sendo clandestinas. Chuparam-se e comeram-se antes do procedimento. Chega o momento. Pílulas embaixo da língua enquanto rola um filme. As dores dominam seu corpo. Ligações das socorristas que também acolhem no acompanhamento. O frio desse lugar a convidava a ficar entre cobertores enquanto sangrava. Imagens das mais variadas cores invadiam seus pensamentos, roubavam sua vontade, indeterminadas e complexas. Aconteceu. Estava acontecendo. No passar das horas sentia como recuperava seu corpo aos poucos. Em cumplicidade com sua intuição, tinha sensação de felicidade. Consegui. Conseguimos. Se antes sentia sua vida imprópria, agora se sentia transformada, atravessada, afetada e dona. Comeu churrasco e doce de leite. Foram para um show de tango. Dança. Movimento. Vida. Ouvir seu corpo foi o que fez que decida por aquela vivência. Intuição indômita que guia. Sentiu-se inspirada para falar sobre vida. Inspiração que veio daquela experiência que a empurrava a produzir pensamento. Era o seu presente agindo. Quinta feira e tinha aula sobre escritas de si. Viver e escrever. Ela não está pre-ocupada por produzir um livro ou uma escrita de dissertação; está ocupada em escrever, sente que tem que escrever, precisa escrever. Sente que a experiência não cessa de lhe convidar para escrever. Lê um livro antes de dormir e se depara com um trecho que diz algo assim como: “Nada sabemos de um corpo enquanto não saibamos o que ele pode...”. Reflexiva, porém com muito sono, vai dormir sorrindo sem saber exatamente por que.

Algumas narrativas mostram o alívio provocado quando se atravessa com êxito a prática do aborto, sobretudo quando acompanhadas pelos *cuidados feministas* que possibilitam tirar aquela carga dramática e devolver-lhe a característica de ser mais uma experiência na vida dos corpos que sangram. Há pessoas que narram suas experiências utilizando seus privilégios para fazer públicas suas histórias. Consequentemente, apresentamos depoimentos de três celebridades brasileiras que falaram publicamente sobre suas práticas abortivas³⁹:

³⁹ Informação obtida de um artigo da revista Terra: “Eu fiz um aborto: 10 famosas que revelaram sua história. Disponível em: <https://diversao.terra.com.br/gente/eu-fiz-um-aborto-10-famosas-que-revelaram-sua->

Imagem 9- A modelo Luiza Brunet relata que decidiu realizar um aborto



Fonte: TV Globo / Divulgação

Imagem 10- A apresentadora Astrid Fontenelle, conta sua lembrança com a prática do aborto



Fonte: Instagram/ @astridfontenelle

Imagem 11- A atriz Vera Zimmerman, disse não ter se arrependido de ter se praticado um aborto



Fonte: TV Globo / Divulgação

Esses são só alguns exemplos, ouvimos narrativas de quem consegue dizer “eu abortei” como modo de burlar o sistema de criminalização e *abortar a ordem*. Mas quem pode fazer isso? Abortar é ainda um privilégio e, por isso, batalhamos para que el *status* dessa prática seja

[historia,4f0f128a9ca0c410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html](https://historia.globo.com/4f0f128a9ca0c410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html)>. Acesso em dezembro de 2016.

outro, tornando-se acessível para todo aquele corpo que decida interromper o processo de uma gravidez. E não só. Como mencionamos antes, apostamos na produção de *subjetividades aborteiras* e dos *abortos cuidados e feministas*, é dizer, com os acompanhamentos, informação e contenção das redes que agem organizadas para fazer acontecer uma prática vivível, digna e única para todos os corpos.

Estava ali, sentada no chão frio do banheiro. O gelado do chão não era tão grande quanto o frio que subia em sua espinha. Estava feito! Feito em hora errada, não era o momento e sabia que uma nova luta ia lhe exigir estar preparada.

Nem as quedas, raspagens, estrangulamentos da sua vida como uma lutadora, doíam tanto quanto a raiva de sentir que seu corpo não mais lhe pertencia. Mas ao mesmo tempo, sabia que essa nova luta, tinha que ser uma luta suave. Ela precisava de um método de defesa porque estava desarmada. Assim soube que devia ser com suavidade, com brandura, com flexibilidade, mas com firmeza.

Para tomar a decisão, não precisou sofrer. Preocupava-lhe com quem iria dividir aquilo? Quem iria ajudá-la?

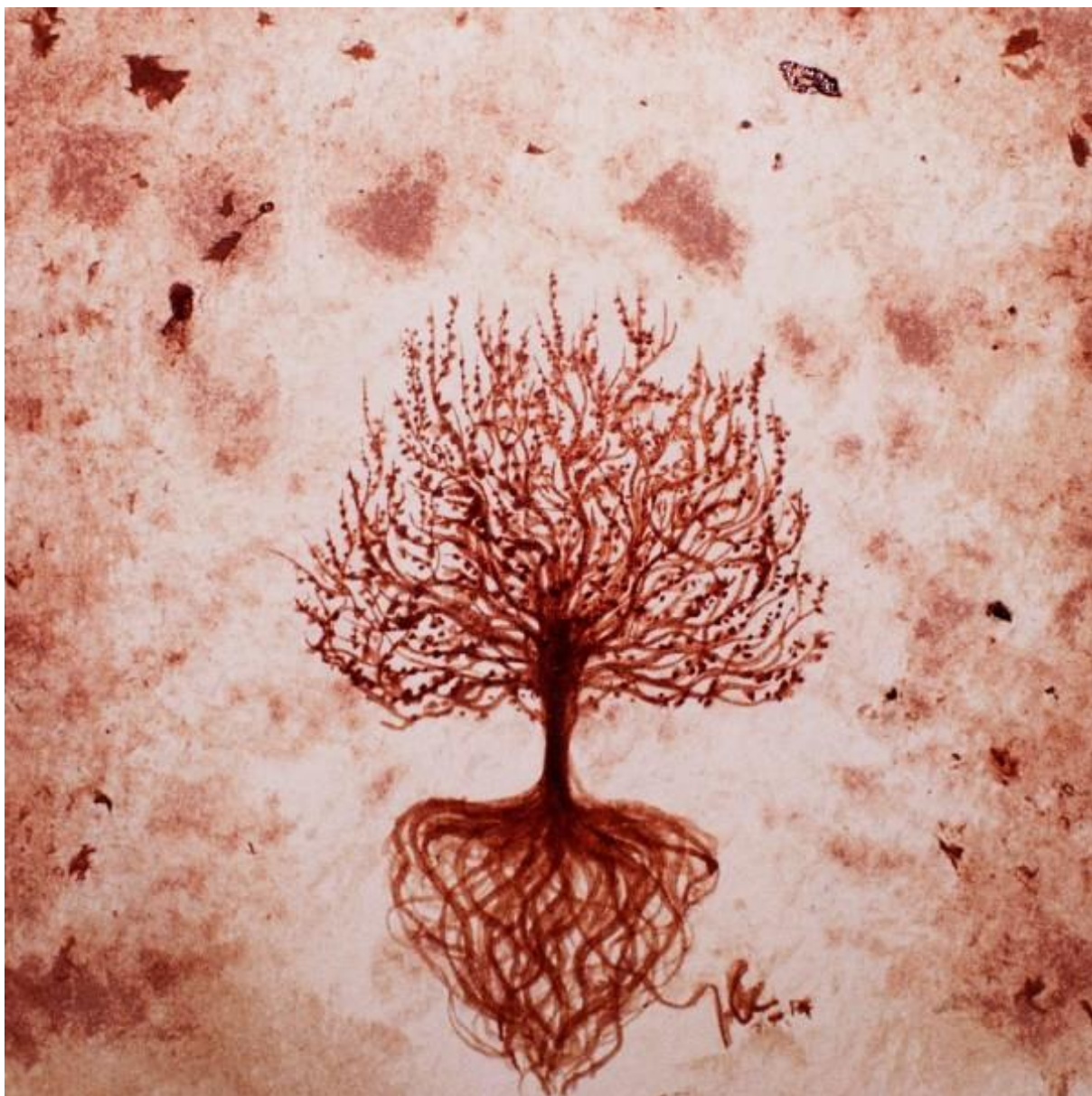
Estava rodeada de pessoas que achariam um absurdo, afirmando que deveria aceitar! Aceitar? Não! Ela sabia exatamente que não queria.

Então amarrou a faixa do seu kimono e pelo respeito a si mesma, não aceitou. - As decisões formam parte da arte que gosto de fazer, muitos lhe chamam esporte, mas para mim é uma vida -.

Em um país onde não se tem escolha, tem outros samurais que acreditam na justiça, mas não a que provém dos demais e sim a que emana de si próprio. Esses que lhe acompanharam. Ela podia escolher fazer justiça. Sentia-se muito bem na clandestinidade, sobretudo por ir contra os princípios de ser uma boa menina!

Mal conseguia esperar aos correios aquele milagre que só as que podem, conhecem bem. -Isso não tem que continuar assim, agora que o senti na pele, sinto que é meu compromisso implicar-me para que isto deixe de ser um privilegio-.

Ela sentia-se uma samurai. – E quando um samurai diz que fará algo, é como se já o tivesse feito. Nada nesta terra o deterá na realização do que disse que fará, e fez. Frio. Calafrio. Tremia os queixos. Sentia medo, sentia sede. Sentia de tudo. Mas era uma nova luta. Minha luta. E isso é a vida -.



H- "Fertilidad". Pintura com sangue menstrual, 1^{er} Concurso Nacional de Dibujo y Pintura menstrual, México, 2014. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/galeria-virtual/1a-categoria/nggallery/page/3>>.

Conspiramos em rede: Sobre a produção de um comum como um grito plural

*Nuestra es la manada
en la que nos refugiamos y cuidamos,
en la que aullamos por las que ya no están
en la que nos lamemos las violencias
en la que sacamos las garras y respondemos fieras,
estamos her-manadas*

(JACARANDÁ DISIDENTE, 2017)

Como escrevê-lo? Cansaço... as vezes bate aquele cansaço... sim... um cansaço presente e demasiado... não acontece com vocês? Na medida que nos colocamos no exercício de pensamento sobre como funcionam os dispositivos criados para controlar, vigiar e punir nossos corpos, têm vezes que abate sobre nós um cansaço. Sabemo-nos insertas na trama de mecanismos que se articulam para nos constituir nas regras do grande jogo do tecido social. Nós compomos essa sociedade. Cada dia é uma nova notícia que desanima. Temos nos entristecido muito com acontecimentos de um cenário hostil, cruel para muitas de nós. Mais uma vez, um feminicídio. Mais uma mulher trans assassinada. Mais um casal homossexual espancado. Mais uma trabalhadora sexual violentada. Mais uma repressão do exército. Comunidades mais uma vez sendo militarizadas. Mais uma vez o Congresso argentino intervindo pelas forças armadas num ato de manifestação democrática. Mais uma investida do avanço conservador e fundamentalista nas mídias, produtoras de subjetividades e capturas. Farmácias violentamente vigiadas e punidas pela venda de *misoprostol*. Mais uma penalizada por abortar. Mais um desmantelamento da *lei de educação sexual integral*⁴⁰. No Brasil, uma nova proposta de Emenda (anti)Constitucional que viola, ainda mais, nossos direitos sexuais e reprodutivos. *Ideologia de gênero*. *Escola sem partido*. *Cura gay*. Arte censurada com proibição de exposições em museus. Pastores proliferando discursos de ódio. *Intolerância religiosa*. *Cultura do estupro*. *Racismo estrutural e estruturante*. *Racismo de estado*. Requesites de crueldade, brutalidade, impunidade... a lista pode ser interminável. Abate um cansaço, uma im-potência. Até quando?! Parem o mundo que quero descer!

⁴⁰ Na Argentina no ano 2006 estabelece-se a Lei Nacional de Educação Sexual Integral, lei 26.150. A norma pretende garantir a estudantes das redes públicas e particulares, da educação infantil (para crianças com até cinco anos) e ao ensino médio, o direito a trabalhar em sala de aula conteúdos relacionados à sexualidade. Os princípios que guiam a ESI são a perspectiva de gênero, direitos humanos, diversidade, o cuidado com o corpo e a valorização da afetividade. “Reconhecer diversas formas de organização familiar”, “valorizar e respeitar formas de vida diferentes das próprias”, “romper com estereótipos de gênero”; são alguns dos objetivos das atividades que foram propostas pelo Ministério de Educação da Argentina. Mais informação disponível em: <http://www.me.gov.ar/me_prog/esi/doc/ley26150.pdf>. Acesso em dezembro de 2016.

O cansaço, ao mesmo tempo em que evidencia sensações de impotência, também pode ser anúncio de potência. Isto é, o cansaço, pode ser ao mesmo tempo a ponta extrema do entorpecimento e o ponto zero do desejo de transmutação desse estado de coisa, uma experiência que traria à tona uma falência das redes de captura (DOMINGUES, 2010, p. 20).

Como nos relacionamos com esse cenário? Como lidar com aquilo que nos destrói e aquilo que nos constrói? Foucault (1991) chamou nossa atenção para que tomássemos cuidado com os fascismos. Referia-se, sobretudo, aos fascismos que habitam em cada uma de nós. Ele apresenta-nos um breve e belo artigo denominado *Anti-Édipo: Uma introdução à vida não fascista* (1991) que faz parte do Prefácio de *O anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari. “Como fazer para não se tornar fascista mesmo (e sobretudo) quando se acredita ser um militante revolucionário? Como livrar do fascismo nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres? Como desentranhar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?” (FOUCAULT, 1993, p. 199).

Acreditamos no exercício diário, e constante, da desconstrução dos fascismos feitos carne. Fazemos isso na nossa aposta nas redes. Esse “nó” é vital. Reexistimos nas redes de afeto e cuidado. Ainda que o cansaço se faça demasiado, descansamos nas companhias. Lutamos para que nosso ânimo não seja corrompido. Nos provocamos com alegria. Nos animamos. Nos inspiramos. Conspiramos. Compartilhamos motivações e, a respeito, Judith Butler (2006), diz: “Lo que me motiva políticamente y lo que quiero alcanzar es aquel momento en el cual un sujeto -una persona, un colectivo- afirma su derecho a una vida habitable en ausencia de una autorización previa, de una convención clara que lo posibilite (BUTLER, 2006, p. 316).

A carne que compõe meu corpo é nomeada, representada, categorizada, conceituada. Os modos de ver e viver no mundo, foram-me ditos e dizendo de mim. Mas, ao mesmo tempo, a dimensão processual da vida é a que me permite habitar o mundo num maravilhoso e permanente exercício de me misturar com outras leituras, com outras formas de conhecer o mundo. Os processos de trans-formação tomam conta de mim. Reviso os próprios privilégios e tomo distância de mim mesma. Aborto algumas questões que fizeram sentido até um determinado momento e não mais. Vou reformulando o tempo todo aquilo que desborda, que transborda do que sou e o que deixo de ser, com todo o que insiste em aparecer comigo. É por isso que, no texto, aparecem as marcas do gerúndio, que é uma categoria gramatical que nos dá uma ideia de deslocamento, de movimento e indica ação em continuidade, processos. Porque, além de carne, estamos feitas de processos que possuem forças transformadoras.

No andarilhar nestas experimentações de um devir pesquisadora e *aborteira* junto com outros corpos, fui des-aprendendo questões que não colocavam em pauta determinados abortos, como os abortos dos *homens trans*, deixando, assim, à margem da discussão, outras existências que sangram, engravidam e abortam. Nos colocamos em xeque. Questionamos nossas próprias quedas nas armadilhas das capturas, das produções excludentes. Disputamos, por exemplo, a disseminada frase ativista “se o homem engravidasse, o aborto seria legal” e/ou “se o papa fosse mulher, o aborto seria sagrado”. Entendemos que essas afirmações reproduzem questões *cissexistas*, porque, *homens trans* e pessoas *transmasculinas*, como aquelas que não respondem a nenhuma categoria, sangram, engravidam e praticam abortos.

O ser humano é esquisito
Armadilha de si mesmo
Fala de amor bonito
E aponta o erro alheio

Pra me encher do que importa
Preciso me esvaziar
Minhas feras encarar
Me reconhecer hipócrita

Sou má, sou mentirosa
Vaidosa e invejosa
Sou mesquinha, grão de areia
Boba e preconceituosa

E dói, dói, dói me expor assim
Dói, dói, dói, despir-se assim

Mas se eu não tiver coragem
Pra enfrentar os meus defeitos

De que forma, de que jeito
Eu vou me curar de mim?

Se é que essa cura há de existir
Não sei. Só sei que a busco em mim
Só sei que a busco

(FERRO, 2015).

Nessas buscas, comparece a alegria. Alegria pelos encontros, pelas companhias com quais fazemos essa caminhada e estabelecemos alianças. Pelos (des)aprendizados que nos dizem o quanto é importante dialogar com diversos saberes, constante e humildemente. Que nos dizem do necessário e difícil exercício da escuta. Que nos dizem o quanto precisamos das parcerias e dos coletivos que agem, urdem, tecem, traçam em nós agenciamentos coloridos e vitais. Que nos dizem o quanto precisamos nos abrir ao mundo no tato, nos deixando afetar

pelas narrativas, pelas diferenças.

Essa compreensão da vitalidade que produz a constituição das redes, nos permite dizer que não temos medo porque não estamos sozinhas: somos *multidão*. Mal-ditas, demoníacas, monstras, bruxas, aborteiras que conspiramos para reivindicar o direito à diferença para subverter, transgredir, desordenar, desbaratar, abortar, viver. O debate não está simplesmente esperando respostas do Estado. O debate é nos movimentos sociais, nos corredores das escolas, na conversação com a vizinha, nas salas de aula da universidade, nas obras de arte na rua, nas pesquisas, no ativismo, com as amigas. O debate ressoa, ecoa, se faz rizoma. Deleuze e Parnet (1998) já nos diziam:

Ao invés de apostar sobre a eterna impossibilidade da revolução e sobre o retorno fascista de uma máquina de guerra em geral, por que não pensar que **um novo tipo de revolução está se tornando possível**, que todo tipo de máquinas mutantes, viventes, fazem guerras, se conjugam e traçam um plano de consistência que mina o plano de organização do Mundo e dos Estados? Pois, mais uma vez, nem o mundo e seus Estados são mestres de seu plano, nem os revolucionários estão condenados à deformação do seu plano. Tudo acontece em partes incertas, "frente a frente, de costas.... A questão do futuro da revolução é uma questão ruim, porque, enquanto for colocada, há pessoas que não se tornam revolucionárias, e porque é feita, precisamente, para impedir a questão do devir-revolucionário das pessoas, em todo nível, em cada lugar (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 171-172, grifo nosso).

Os corpos procuram, pesquisam, avaliam, confiam, se comunicam, se encontram, conformando-se assim uma grande rede que aborta a ordem entre silêncios e falas. Os corpos que sangram se acolhem e se acompanham em situação de clandestinidade. No contexto de uma sociedade como a nossa, em que as violências funcionam para nos controlar, a necessidade de compor redes é uma prerrogativa de resistência. Consideramos que a produção de vida se faz “cosendo redes” para combater a hipocrisia que ainda prevalece no debate sobre o aborto.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida onde Ainás, Nzingas, Ngambeles
e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormece
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
do nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede de nossa milenar resistência

(EVARISTO, 2011).

Conceição Evaristo conta uma história que tenta se conectar com outras histórias, através da prosa poética. Cada palavra que compõe um verso ressoa e se conecta com o que versam outras histórias de vida. Os versos das narrativas se otimizam como antídotos contra a hipocrisia. Eles nos sensibilizam para estar atentas, (d)espertas para ouvir narrativas que versam multiplicidades. Devemos estar atentas e no cuidado para acolher as diferenças, nos conectar, nos implicar e nos contagiar rizomáticamente. “As vaginas abertas retêm e expulsam vida” (EVARISTO, 2011, p. 28) em coletividade e nas suas singularidades, com suas tristezas, seus alívios, seus medos, suas alegrias.

Consideramos que é preciso fazer leituras que discutam as políticas que se encontram presentes naqueles processos, nas incidências e nas suas inscrições naqueles corpos. Precisamos falar sobre aborto porque essa não é uma questão de opinião, nem de achismos, nem muito menos uma questão moral ou religiosa. Sobre o corpo no presente restou-nos indagar: que corpo? Corpos de milhares de pessoas a cada ano. Corpos de *mulheres* de todas as cidades, de todas as cores, de todas as classes, de todas as idades. Corpos de *homens trans* e *pessoas transmasculinas* de todas as cidades, de todas as cores, de todas as classes, de todas as idades. Casadas, solteiras, divorciadas e viúvas. Negras, brancas, indígenas. Adolescentes, jovens e adultas. Pessoas trabalhadoras, estudantes, desempregadas. Liberais e conservadoras. Religiosas e ateias. Professoras, sociólogas, publicitárias, empregadas domésticas, jornalistas, escritoras, advogadas, psicólogas, enfermeiras, atletas, dançarinas, donas de casa, trabalhadoras sexuais, deputadas. Filhas, mães. Corpos que sangram, menstruam, engravidam. Corpos que, nas suas singularidades, produzem um comum na prática do aborto.

R. L. foi vítima de um “estupro corretivo” de um familiar e descobriu meses depois que estava grávido. Foi o próprio familiar que o levou a uma clínica clandestina de aborto. Ali, teve medo de morrer dada a falta de confiança que o médico passou. Hoje, passado o trauma, ele cogita engravidar novamente (LUCON, 2016, s/p.).

Respira, vai, eu pensava. Não dá para continuar assim. E se eu começar a chorar de novo? Chega. Não vou sentir mais. Não quero mais sentir. Está decidido e acabou. Não sou a única. (...) Coitada de mim que vim parar nessa espelunca. Se esse segurança me encarar vou me levantar e jogar fumaça na cara dele! Que saco! Tá me condenando? Deve estar achando que eu sou uma piranha qualquer. Ou uma detetive. Paranoia! Eu, hein?! Não bastavam esses montes de tubinhos pretos pelo teto, filmando a gente o tempo todo? E se isso for prova criminal? Vai ver fazem chantagem... merda! Minha cabeça não parava de pensar naquela maldita sala de espera [...]. Tem homem que é assim. Deixa a gente desarmada, não dá nem para insistir com a camisinha. Parece que se eu fizer jogo duro ele vai embora, e me deixa

ali na mão, de castigo porque desagradei o macho. E foi uma grande trepada? Sinceramente: não (...). Acho que eu vou fazer xixi de novo. Preciso andar, sair dessa sala. Odeio sala de espera. Canalhas. Tinha que ter foto de bebê, gestante, revista Pais e Filhos? Deve ser sacanagem dessa clínica. Só pra encher a gente de mais culpa e cobrar mais caro pelo aborto. Para que tanto bombom nessas baleiras cafonas? Cadê meu isqueiro? Tá olhando o quê, meu chapa? Fumo grávida sim, e daí? (CASTRO, 1997, p. 15-16).

As narrativas falam de um tecido de histórias que, nas suas próprias formas de estar no mundo, procuram abortar acionando uma rede que acompanha naquela vivência. Cada uma com sua história de resistências e/ou de sobrevivências. Enquanto ainda há corpos sangrando no escuro só, morrendo por causa do aborto malsucedido, tem quem consegue pagar um aborto seguro, tem quem é obrigada a continuar com uma gravidez indesejada e/ou produto de um estupro, tem quem é obrigada a abortar, tem quem é punida por abortar, tem quem rejeita a gravidez pela maternidade atrelada a ela imposta socioculturalmente. Tem quem não pode desenvolver uma gravidez porque não acessa às condições mínimas de cuidado da saúde e suas urgências são outras, tem quem nem sequer pode se perguntar pelo desejo de maternar ou não. E tem quem sim, pode...

Nossas vidas e nossas trajetórias têm valor e consideramos que, ainda que sangrando diferente, nossos ventres se encontram, se juntam, se acompanham e se enredam em muitos lugares produzindo um comum na prática do aborto.

Há pouco tempo, comecei a curtir algumas crônicas e textos de um grupo de mulheres na Argentina, as *Socorristas en Red (feministas que abortamos)*, que decidiram comunicar e expressar, através da escrita, as experiências próprias e das mulheres que elas acompanham em situação de abortamento. Além dos manifestos e investigações feministas, que são extremamente importantes, me pareceu incrível pensar outras linguagens para tratar o aborto e aproximá-lo mais das pessoas. Abordar o aborto enquanto experiência das mulheres, portanto, também pode se dar através da narrativa, da poesia, da crônica e, por que não, da música (ALVES, 2015, s/p.).

Devido à negligência das respostas do Estado na demanda pelo acesso ao aborto seguro, acionam-se as redes das aborteiras que acompanham em situação de abortamento. Na Argentina se auto denominaram **Socorristas** em função da realização de atividades específicas. A coletiva atua na orientação sobre o uso seguro do fármaco abortivo, assim como no acompanhamento feminista das pessoas em situação de aborto.

Socorristas en red - Feministas que abortamos (Argentina), *Con las amigas y en la casa* (Chile), *Las comuneras* (Bolívia), *Serena Morena* (Peru), *Las comadres* (Equador) e *Mujeres en el horno* (Uruguai), são alguns dos coletivos latino-americanos que se articulam para possibilitar o acesso a comprimidos abortivos e às informações para um abortamento seguro.

Activamos en distintas geografías de Argentina. Nos articulamos para pasar información y acompañar a mujeres que deciden abortar. Para que lo hagan de manera segura. Para que atraviesen esta decisión acompañadas y cuidadas. Mientras hacemos socorristos, aprendemos de y con las mujeres de la experiencia de abortar con misoprostol. Los tránsitos desde y con las corporalidades de esas mujeres que abortan se vuelven encarnadura para reflexionar y seguir produciendo argumentos renovados para la exigencia del derecho al aborto, nucleadas alrededor de la Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito (SOCORRISTAS, 2015, s/p).

Socorristas en Red - feministas que abortamos funciona na Argentina desde o ano 2012 e, segundo os dados publicados pela rede “no ano 2015 foram realizados 2894 acompanhamentos em todo o país numa média de 8 abortos diários” (SOCORRISTAS, 2015, s/p., tradução nossa). A coletiva reúne grupos heterogêneos de diferentes partes da Argentina. Conta com aproximadamente 40 líneas telefónicas distribuídas em todo o país, cujos números de contato estão publicados no *website* oficial⁴¹ e na página de *Facebook* da rede. As *Socorristas em Red* realizam ações como forma de ativismo, utilizam uma peruca rosa para chamar a atenção da sociedade em geral, abrem espaços de debate com atos públicos e intervenções artísticas, onde é brindada informação para romper com alguns mitos, e para mostrar que outras experiências são possíveis na clandestinidade. Quem decide abortar, consegue o número telefônico no *website* das *socorristas* e ou através de uma pessoa que já tenha sido acompanhada por elas.

Segundo Natalia Santarelli e Claudia Anzorena (2017), *os socorristos* são formas de ativismo organizado de insubordinação feminista que resiste às lógicas heteronormativas, patriarcais, racistas, classistas e capitalistas que esmagam a vida dos corpos com capacidade de engravidar e abortar. A coletiva propõe a ação direta que permite visibilizar o aborto como um acontecimento cotidiano na vida dos corpos que sangram e possibilitam a produção de discursos e práticas alternas. Fazem isso no destaque do “caráter humano e a dimensão relacional do abortar e do acompanhar. Ou ao produzir evidência sobre quem são as mulheres que abortam acompanhadas pelos Socorros” (SANTARELLI; ANZORENA, 2017, p. 8, tradução nossa).

Dahiana Belfiori (2017), *socorrista feminista* e escritora, conta que os acompanhamentos feministas garantem um cuidado, entendendo os contextos e possibilidades de cada pessoa. Ela conta que as reuniões com quem decide abortar são importantes porque pode se falar do aborto longe dos discursos do trauma e ressignificá-lo oferecendo informação segura sobre o procedimento. “Os centros de saúde, às vezes por falta de formação específica no campo do aborto, aconselham o contato com a rede” (BELFIORI, 2017, s/p., tradução nossa). Ao respeito da relação com os setores de saúde, realiza-se um intercâmbio de conhecimentos que quebram

⁴¹ Mais informação do coletivo SOCORRISTAS EM RED: feministas que abortamos disponível em: <<http://socorristasenred.org/index.php/quienes-somos/>>. Acesso em setembro de 2016.

com o *modelo médico hegemônico*. Prioriza-se a articulação com serviços de saúde *amigáveis*, dispostos a estabelecer cumplicidades e possibilitar um acompanhamento que promova exercícios de autonomia (MAFFEO; SANTARELLI; SATTA; ZURBRIGGEN, 2015).

Nos perguntarmos o que pode um útero? O que pode um útero em redes? Com Deleuze (1999) aprendemos que o corpo, afastado daquilo que pode, se torna doente, perdendo assim sua capacidade revolucionária, sua capacidade criativa. O autor pensa em uma alternativa que seria criar para si produções de realidades diferentes das que lhe foram dadas, é dizer, o corpo que antes estava adestrado, doente, anestesiado, agora se torna intensivo, produtivo e começa a se afetar, a se movimentar, a fluir. O corpo acorda e percebe que está vivo, que é um conjunto de sensações⁴². Assim, os úteros podem, nos encontros com outros, burlar os poderes que tentam capturá-los. Como fazem isso? Abortando a ordem, se acolhendo nas multiplicidades das experiências. Produzem um comum em dinâmicas que escapam às imposições.

Nossos corpos vivos, juntos e misturados, inventam alternativas de fazer a vida resistir nas singularidades. Os coletivos, nas trocas, agenciam experiências singulares que se articulam e se enredam na construção de um comum no acolhimento da outra que, entre silêncios e falas, entre confiança e anonimatos, atentas e no cuidado, vão acompanhando mais de perto a prática abortiva. Irmã, prima, amiga, mãe, tia, vizinha, colega da igreja, empregada, sobrinha, parteira, enfermeira, uma (des)conhecida, uma aborteira, uma *doula do aborto*:

Quero que nos lembremos das malditas,
das que não podem agora, das que não querem,
das que são violadas, das que ficam sozinhas.
Das que sangram coágulos
Das que vão pra "curé"
Das que não "não se cuidaram"
Dessas daí, que ficam sozinhas
Que guardam segredo
Que doem caladas
Que sentem medo
Daquelas outras,
Denunciadas
Arrepiadas
Pingando no chão.
Desses úteros
Que ficam ocos
Cheios de tantas (e tantos! homens-trans, presentes!)

São essas que eu doulo.
Elas têm meu amor.
Minha dor.
Meu silêncio.

⁴² Deleuze chama corpo sem órgãos a essa criação: “Seria preciso dizer: vamos mais longe, não encontramos ainda nosso Corpo sem Órgãos, não desfizemos ainda suficientemente nosso eu. Substituir a anamnese pelo esquecimento, a interpretação pela experimentação. Encontre seu corpo sem órgãos, saiba fazê-lo, é uma questão de vida ou de morte, de juventude e de velhice, de tristeza e de alegria. É aí que tudo se decide” (Deleuze, 1999, p. 10).

Minha mão.⁴³

(RAIZ, 2017).

Sobre *doular um aborto*, temos também os casos dos acompanhamentos que fazem os *parceiros* que, como consequência de um intercâmbio sexual que envolveu fluidos seminais, fecundou um óvulo. July Chaneton e Nayla Vacarezza (2011), na obra *La intemperie y lo intempestivo: experiencias de aborto voluntario en el relato de mujeres y varones*, incorporam a experiência dos *companheiros* no que concerne à vivência de estar acompanhando um abortamento. Elas concluem, no capítulo 7, que, por mais que a prática do aborto seja uma experiência na qual redes de cuidado e acompanhamento das mães, amigas, vizinhas, vão se articulando em torno ao processo, *o parceiro* muito tem de significativo na hora de estar junto e contribuir no processo (CHANETON; VACAREZZA, 2011). As autoras resgatam narrativas para analisar a multiplicidade de posições subjetivas que são negociadas e renegociadas quando se afronta uma prática abortiva. Na obra, recuperam-se relatos de quem ignora a *opinião do parceiro* e, ao mesmo tempo, de quem demora a decisão do próprio corpo pela ausência de sinalização deste. As autoras sinalam que, a indagação sobre narrativas *dos companheiros* que participam na experiência da prática do aborto, põe em evidência uma variedade de posicionamentos discursivos que podem ir desde acompanhamento, colocar-se no lugar da outra, sentir-se alheio ou sentir-se apagado no momento da decisão. Chaneton e Vacarezza (2011) sublinham que o abortamento é uma decisão compartilhada na que estão envolvidas outras personagens.

Con las amigas y en la casa, coletivo feminista chileno que acompanha em situação de aborto, também oferece cursos de formação de acompanhantes e promove intercâmbio com outras organizações da América Latina. Essa rede conta com mais de 50 integrantes e já atendeu aproximadamente 4 mil mulheres. Vivosa Solanas, *socorrista* do coletivo chileno, entrevistada por Paula Guimarães (2017, s/p.), diz: “Nos interessa que as mulheres, principalmente as mais pobres, possam ter um aborto seguro. Trabalhamos para que a rede chegue a mais mulheres, mas ainda é difícil atingir as mais vulneráveis”. A ativista nos diz que contam com assessoramento de uma advogada caso precisem: “Estamos quebrando a lei, porque senão não seríamos feministas” e afirma que “independente da lei, temos uma estratégia para abortar. Quando houver a legalização, as mulheres vão exigir um acompanhamento como esse, e não

⁴³ Poema extraído do perfil pessoal de *Facebook* da ativista. Disponível em: <<https://www.facebook.com/thais.t.rocha/posts/1734991833178299>>. Acesso em dezembro de 2017.

na condição imposta pelo Estado, porque já vão conhecer os métodos mais seguros” (GUIMARÃES, 2017, s/p).

As redes de apoio crescem como rizoma, por embaixo se enredando, nos enredando. Com rizoma, nos referirmos ao crescimento diferenciado de raízes polimorfas que não crescem em uma direção definida senão que vão se espalhando horizontalmente. Deleuze e Guattari (1995) nos dizem do rizoma como modelo de resistência ético, político e estético, que não se trata de formas, senão de linhas que podem fugir, sabotar, se esconder, fazer contatos com outras linhas, outras raízes e seguir outras direções:

diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza (...) Ele não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda (...) Uma tal multiplicidade não varia suas dimensões sem mudar de natureza nela mesma e se metamorfosear (...) o rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 31).

O rizoma cresce onde se tem espaço e floresce, se expande onde se tem vida, possibilidades de (re)existências. Cresce e se expande na conformação das redes que se articulam ao redor das práticas abortivas. Nos percursos daquelas que se encontram e se sustentam gerando laços de confiança, compartilhando experiências para se fortalecer nas práticas de cuidado e de acolhimento. Sabemos funciona quando estamos juntas e misturadas. Quando somos multidão. Os nossos movimentos, nossos gritos, nossos fluidos, nossos sangues pulsam outras políticas. Nossos úteros sangram politicamente. Abortamos a ordem e temos a audácia de dizer que somos *aborteiras*. Nesse devir nos conectamos com nossas ancestrais, com as que nos antecedem, com as bruxas que sabem e acreditam na expansão da vida. De forma criativa, através dos feminismos e, em diálogos com outros saberes, com outras áreas e teorias, as redes se movimentam. Produzimos, assim, a disputa de sentidos. Co-produzimos outras imagens sobre o aborto. Produzimos juntas um comum em um grito plural e criativo.



I- “Menstrubación” de Ana Karen Rivera, 2014. Pintura com sangue menstrual disponível em:
<http://artemenstrual.org/wp-content/uploads/2014/10/menstrubacion-12061.jpg>

Vidas que escapam: algumas narrativas criativas e infames

Eu pinto memórias, utopias, nossos sonhos que nos permitam sair desses traumas, dores e mortes que vamos tendo durante a vida, sonhar com cores, alegrias, amores, lugares e relações possíveis

(GANZALA, 2016)

Resgatamos narrativas ensanguentadas que encontram na pintura, na poesia, nas performances, um outro modo de se expressar. O texto que Margareth Rago (2013) nomeia como “conclusão” no seu livro “*A Aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade*”, nos convida a pensar nas formas em que “a estética alia-se à política nas novas formas de contestação juvenil, também no feminismo” (RAGO, 2013, p. 314). A pensadora traz o movimento “Marcha das Vadias”⁴⁴ como um exemplo para mostrar que outro modo de nos expressar é possível, seja através da “rebeldia, pela ironia, ou a irreverência, mostrando cores, sons, artefatos para teatralizar e carnavalizar o mundo. Através das performances, ironizam(os) a cultura dominante” (RAGO, 2013, p. 314). Aqui, o conceito **ativismo** adquire tamanha importância no que refere ao nosso trabalho:

Artivismo é um neologismo conceitual ainda de instável consensualidade quer no campo das ciências sociais, quer no campo das artes. Apela a ligações, tão clássicas como prolixas e polêmicas entre a arte e política, e estimula os destinos potenciais da arte enquanto ato de resistência e subversão. Pode ser encontrado em intervenções sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, através de estratégias poéticas e performativas (...). A sua natureza estética e simbólica amplifica, sensibiliza, reflete e interroga temas e situações num dado contexto histórico e social, visando a mudança ou a resistência. Artivismo consolida-se assim como causa e reivindicação social e simultaneamente como ruptura artística, de participação e de criação artística (RAPOSO, 2015, p. 5)

Nesta escrita, não se pretende examinar detidamente os aspectos fundamentais do que configuraria ou não o conceito de *arte* ou *matéria artística*. Nos remetemos às possíveis aproximações entre *arte* e *estratégias ativistas* diante da problemática do aborto. O neologismo do termo não é consenso na prática artística e está aberto a questionamentos. Além disto, os caminhos que constituem um modo dito próprio do *ativismo*, por vezes, não estariam propriamente ligados ao *campo das artes*. Quais são as condições necessárias para determinar *ativista* a uma *prática artística*? Ou, quais tensionamentos e limites existem entre *arte* e *ativismo* ou *arte e política*?, não são perguntas próprias do nosso trabalho de pesquisa. Ainda,

⁴⁴ O movimento surgiu no Canadá e se chamou *Slutwalk*. Aqui no Brasil, a “Marcha das Vadias” começou a se organizar no ano 2011 em diversas cidades brasileiras. O movimento usa a força da palavra “vadia” para ressignificá-la. “Se ser livre é ser vadia, então somos todas vadias” tornou-se o lema do movimento para provocar à sociedade em geral e produzir um chamado de atenção para a luta em contra dos machismos, dos racismos, das violências, do patriarcado.

consideramos que “não parece possível falar de alguma expressão da criação humana que esteja fora dos processos políticos de interpelação e de poder” (COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p. 199).

Nos interessamos pela ideia de que ambos conceitos se interpenetram e que, alguns processos e meios de produções ditas *artísticas*, agenciam fortes críticas, intervindo social e politicamente no contexto, a partir das histórias que se entrelaçam nas produções. No próprio movimento desta escrita dissertativa, percebemos que, se bem para algumas pessoas é difícil falar da prática do aborto porque são tomadas pela *culpa* e pela necessidade de permanecer no segredo por medo da punição; para outras, conseguir coletivizar os afetos da experiência, por meio da criação, é um exercício que faz parte de um processo de descobertas e mudanças. Afirmamos esses processos porque acreditamos nas ações que se agenciam por meio da produção artística e colaborativa de fortes conteúdos políticos.

A arte engajada ou ativista se torna política a despeito de seus atributos estéticos e escolhas técnicas. O engajamento com uma causa que tenha em sua gênese uma divergência com os sistemas de controle se torna, sob este entendimento, algo já político. Nasce política. Isto pode nos sugerir uma ideia equivocada e por vezes confusa, quando, e se tratadas por quem desconhece o assunto ou por quem o entende como sendo um fenômeno de moda, de momento, como uma espécie de onda que vem, de tempos em tempos. (...) A ação política, sob este olhar, estava sutilmente presente no ato do fazer, não como o cumprimento de uma ordem, ou protocolo, mas, como o mecanismo vivo, orgânico, para descobertas pessoais, de construção de conhecimento e transformação social (VILAS BOAS, 2015, p. 48).

As coletivas que comparecem nesta escrita, por meio de produções literárias, audiovisuais, urbanas, na mídia, nas redes sociais e nos âmbitos acadêmicos, disputam os sentidos que são produzidos em torno à prática abortiva. Jacques Rancière (2010 s/p.) procura explicitar a relação entre arte e política dizendo que “A estética e a política são maneiras de organizar o sensível: de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos (...) é um dado permanente”.⁴⁵ Algo duradouro, perene, que não acaba e que se transforma permanentemente em cada novo olhar, em cada novo encontro. Pensamos assim nas possibilidades da criação a partir daquele sangramento, daquela experiência (im)própria da(s) prática(s) do(s) aborto(s). Poesias, filmes, teatro, performances, pichações, músicas por meio das quais se “explicitam intenções políticas, ou melhor, que criam e entendem as suas manifestações artísticas como formas distintas de fazer política” RANCIÈRE, 2010, s/p.).

⁴⁵ (in Entrevista à revista Cult, nº 139, Março de 2010 (<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/> Acesso em maio 2017).

A poesia me pega com sua roda dentada,
me força a escutar imóvel
o seu discurso esdrúxulo.
Me abraça detrás do muro, levanta
a saia pra eu ver, amorosa e doida.
(...) me deixa desesperar.
Eu corro ela corre mais,
eu grito ela grita mais,
sete demônios mais forte.
Me pega a ponta do pé
e vem até na cabeça,
fazendo sulcos profundos.
É de ferro a roda dentada dela.

(PRADO, 2010)

Nos sentimos convidadas a conspirar com essas manifestações artísticas que criam modos outros de pensar a prática do aborto. Narrativas irreverentes que se (re)inventam aos modos de poesias venenosas, rizomáticas, sangrentas, vitais: “as artistas, por meio dessas práticas, questionam o corpo, o sexo (o aborto) propondo novas formas mais criativas de estar no mundo e de sentir a multiplicidade e o valor da liberdade para a vida” (LESSA, 2015, p. 222, tradução nossa). Concordamos com a autora quando nos diz que, a arte, “alimenta e é alimentada pelos movimentos de transformação social na medida que cria novos códigos via sensibilidade e um olhar para seu tempo questionando corpos, lugares, gêneros e saberes” (LESSA, 2015, p. 214).

Segundo Alejandra Boschetti e Daniela Dietrich (2011), elas praticam uma arte incisiva no contexto social. Desde posições individuais e coletivas, transformam as fronteiras do espaço público e privado, individual e social. “Suas práticas artísticas (políticas) pretendem transcender a ação simbólica por meio de uma ação efetiva para dissolver as barreiras entre arte e vida através de novas linguagens (...). É uma arte orientada ao uso e implementação de uma linguagem própria e experimental” (BOSCHETTI; DIETRICH, 2011, s/p., tradução nossa).

Esse lugar cheirava a ferro. Ferro enferrujado. Mas não a incomodava. Ao contrário, sentia como inundava seu corpo uma energia potente. Muitos lenços brancos, algumas pessoas sentadas com pinças nas mãos, deixando-se inspirar. Uma música leve acompanhava a criatividade. -O que é a criatividade? - Se pergunta. Ela é inventiva, mas nômade. Muda de forma constante e imprevisivelmente. -Qual é a prova da sua existência? O manejo do seu pigmento? Os traços no lenço? -. Criar. Isso produzia nela especial entusiasmo. Acreditava que a criação alimentaria quem se aproximasse dela. -A criação não é um momento solitário. Conspira. Se inspira com outras. Se conecta com quem sente, com

quem percebe, com quem contempla-.

Pinturas com sangue menstrual. Aquilo não precisava palavras. Palavras que nem saem. Palavras que não desejam ser faladas. Precisam ser gritadas. Mas sem voz. Gritar sem usar a boca. Pintar. Desenhar. Um frasco para guardar o sangue que derrama e escorre pelas pernas. Não pede aprovação nem consentimento. Só conta-pinta. Um coletor e um pincel. Perene. Inesquecível. Inesgotável. Como a experiência. Mexe. Provoca. Espaço para respirar. Só o sangue escorrendo, escrevendo...

Consideramos que aquelas práticas de criação subvertem rizomáticamente um estado de coisas e se interseccionam com práticas precisas como o aborto. Isso é o que tem tornado o ativismo como “espaço de resistência de contra-poder” (RAPOSO, 2015 p. 24). São ações praticadas por sujeitos (neste caso aquelas que produzem a partir da prática do aborto) e coletivos (como aquelas organizações que realizam ações para a descriminalização e a reivindicação do direito de decidir) e que, a partir dessas inquietações, (re)inventam mecanismos para intervir e anunciam a produção de um comum, do novo, do possível, de vida.

A emergência desses artistas e coletivos artistas pode ser explicada por várias razões. Eis algumas: o espantoso crescimento dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil, em especial os situados nas dissidências sexuais e de gênero; a ampliação do acesso às novas tecnologias e a massificação das redes sociais; a ampliação da temática LGBT na mídia em geral, em especial em telenovelas, filmes e programas de televisão, mas talvez a mais importante das razões esteja exatamente na própria necessidade, autodeclarada ou não, de reagir frente ao quadro terrível no qual estamos inseridos. (...). Uma possível chave para o entendimento desse fenômeno atual chamado de ativismo parece ser a expressão política que problematiza, através das artes, as mais diversas questões sem o corrimão das identidades fixas e que privilegia a experiência do corpo em trânsito. A irrupção desses ativismos parece estar ligada às expressões de políticas do corpo como local de fruição e ação política (COLLING; SOUSA; SENA, 2017, p. 196-203).

Interessamo-nos pelas poéticas que transgredem a norma e privilegiam as discussões sobre corpos e sexualidades. Percebemos o ativismo como um ato político que, quebra com algumas imagens, e produz outras, reverberando no campo das políticas públicas e na produção de subjetividades. Entendemos a arte como produção de outras imagens do pensamento. Acreditamos que as manifestações artísticas e as poéticas transgressoras criam possibilidades de violentar o sistema de pensamento. Elas chocam, irrompem, provocam deslocamentos, convocam aos afetos, mobilizam. Permitem comunicar, dizer o que não é dito, ou é dito em *velhos discursos* que não têm servido em matéria de resolver alguma coisa.

Temos outras forças. Outras linhas que fogem e se conectam com outras. A composição

de redes e as propostas artísticas que agenciam esses coletivos, urdem um comum que nos convoca.

É a multidão a verdadeira força-mundo, que cria redes, desafia as fronteiras e mundializa as lutas. Isso sugere a possibilidade de abandonar a perspectiva segundo a qual o poder é o núcleo da criatividade e das invenções humanas e, no mesmo sentido, recusar a enxergar a vida pelos olhos do poder, dando-lhe um crédito que deve ser buscado em outra linha de força (RODRIGUES & ALVIM, 2016, p. 113).

Aqui, consideramos importante sinalar as conspirações na rede. Determinados usos das tecnologias da informação, funcionam nas lógicas dessa produção de um comum em torno à prática do aborto. As narrativas aparecem das mais variadas formas na *internet*, onde procurarmos, onde encontrarmos. Patrícia Lessa (2015), quando analisou os trabalhos de algumas artistas, referiu-se ao uso intenso das novas tecnologias das redes sociais, onde se jogam criações de forma anônima e/ou utilizando pseudônimos para expor experiências e coletivizar afetos atrelados a elas. Diana Taylor (2003) perguntava-se de que modo o *ativismo* encontra no mundo digital um território amigável para se tornar viral e ao mesmo tempo se constituir como um arquivo de documentação performativa política. Os usos das tecnologias e as redes no ciberespaço oferecem muitas possibilidades para expressar visões do mundo, produzir crítica, opiniões, comentários, intervir poética e performaticamente naquele espaço para a conversação de inúmeras criações. As novas formas de comunicação, como as redes sociais na *internet*, e as tecnologias de comunicação digital, permitem tornar públicas as narrativas, as reações, as opiniões. Com elas, é possível expressar certa resistência aos *regimes de verdades* que marcam a questão do aborto, e alterá-los.

Observamos que, essas ferramentas que se oferecem na *internet*, possibilitam outros modos de escrita nos percursos dos corpos que sangram e abortam. Desde um texto do *Facebook* a um artigo de blog, a *internet* possibilita um acesso mais democrático à escrita e à produção de conteúdo. Assim, vem sendo usado por pessoas e coletivas que assumem a palavra e intervêm na produção de discursos e práticas outras. Juntam suas vozes e manifestam-se, desbravando, assim, as ferramentas online. Dessa forma, vão se autorizando, se encorajando, se acolhendo e expandido as redes, fazendo rizoma. Por conseguinte, nos propomos resgatar do *cyberespaço*, algumas imagens (des)pretenciosas de coletivas alguns países da América Latina que, através de manifestações artísticas e em redes, põem em funcionamento a produção de um comum: grito plural das aborteiras!

Imagem 12- Marcha das Vadias em Vitória, Espírito Santo, 2012.



Fonte: Fotografia de André Alves

“Meu corpo não é propriedade. É coletivo. O meu corpo é multidão”. Sobre o conceito multidão Michel Hardt e Antônio Negri (2005) afirmam:

A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única, diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares (HARDT e NEGRI, 2005, p. 12).

Discursivamente materializados, nossos corpos encarnam experiências que só são possíveis pela (re)existência das coletividades. As narrativas das senhoras de si, feitas pelos corpos aborteiros, disputam os sentidos da prática e, com ela, todo um conjunto de saberes situados. A experiência, transforma-se, assim, em produção de conhecimento, de autoconhecimento, de autogestão e co-gestão do corpo. São as narrativas corpo-aborteiras das senhoras de si que, performaticamente, produzem os deslocamentos que politizam a carne.

Produzem-se, assim, imagens subversivas que propõem, por meio das estratégias artísticas, criar dobras subjetivas em quem participa desse acontecimento.

Imagem 13- Performance na Marcha das vadias, Recife, Pernambuco, junho de 2015



Fonte: Página do Facebook da Marcha das vadias Recife⁴⁶

⁴⁶ Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarchaDasVadiasRecife/>>. Acesso em agosto de 2017.

Imagem 14- Marcha das Vadias em Vitória, Espírito Santo, julho de 2014.



Fonte: Fotografia por André Alves⁴⁷

Imagem 15- “Público/ Privada”- Fortaleza, Brasil 2015- Universidade Federal do Ceara- Centro de Humanidades- Festival Concreto



Fonte: Fotografia publicada no blog da artista Hyuro⁴⁸

A artista urbana argentina e afincada em Espanha, cujo pseudônimo é *Hyuro*, nos mostra com suas intervenções o peso da sociedade sobre determinados corpos. A intervenção chamada

⁴⁷ Disponível em: <http://midias.folhavoria.com.br/files/2014/07/2560303-marcha-das-vadias-2-foto-andre-alves.jpg>. Acesso em agosto de 2017

⁴⁸ Disponível em: <http://www.hyuro.es/%C2%A8publico-privada%C2%A8fortaleza-brasil-2015-concreto-festival/>. Acesso em julho de 2017.

“Público/Privada”, feita no estado brasileiro de Ceará, na cidade de Fortaleza, que defende o acesso à autodeterminação do aborto. Nas palavras da artista:

Este muro quiere cuestionar el uso del cuerpo de la mujer como territorio usurpado por la interferencia del Estado y sus leyes sobre un asunto privado que debería ser aceptado como tal y no penalizado, convirtiéndolo en un objeto de debate político en el cual la mujer pierde todo derecho y voto sobre su propio cuerpo. Habla sobre la falta de respeto hacia las mujeres a las cuales se las considera irresponsables e incapaces de tomar decisiones basadas en sus propios valores morales de acuerdo a sus circunstancias concretas (HYURO, 2015, s/p.).

Ela mostra, com suas obras, como é possível criar outras imagens que problematizem questões relacionadas ao papel de alguns corpos na cidade. Seu universo criativo tem ancoragem no ativismo, através da arte urbana. Suas obras podem-se apreciar em vários países do mundo. Pinta murais que sensibilizam e fazem reflexionar sobre as violências e a precarização da vida de determinados corpos.

Manifestações artísticas com teor ativista podem-se encontrar também nas histórias em ilustrações e em quadrinhos, também responsáveis de provocar uma reflexão em quem se aproxima delas. A artista Fabiane Bento Langona, conhecida como *Chiquinha*, oriunda de Porto Alegre, é cartunista, roteirista e autora dos quadrinhos “dicas do abortinho”:

Imagem 16- Dicas do abortinho da cartunista Chiquinha em parceria com sua amiga Keninha Roots



Fonte: página de Facebook da artista⁴⁹

⁴⁹

Disponível em: <<https://www.facebook.com/chiquisland/photos/a.182298331804423.41410.182021051832151/1090917644275816/?type=3&theater>>. Acesso em julho de 2017.

Imagem 17- Dicas do abortinho da cartunista Chiquinha



Fonte: página de Facebook da artista⁵⁰

Chiquinha, ou Chiqs, retrata com ironia temáticas relacionadas com algumas situações que vivenciam os corpos nomeados *mulheres*. Seus trabalhos podem ser conhecidos em revistas como *Folha de S. Paulo*, *UOL* e *Revista Cult*. A tira *Dicas do Abortinho* tem, como conteúdo, o desenho de um feto abortado que fala. As mensagens nos desenhos dizem sobre o modo em que as legislações regem sobre os nossos corpos. A *Revista AzMina* conta que, logo de publicada a obra, foi invadido o computador da artista onde toda a série do *Abortinho*, incluindo tiras inéditas, foi deletada, assim como outras ilustrações (AzMina, 2016). Evidencia-se assim como operam as práticas de vigilância na *internet* e o silenciamento das vozes que, criativamente, desafiam o estado de coisas. Assim como operam esses dispositivos, também operam os “contra-dispositivos”⁵¹ (RODRIGUES; ALVIM, 2016) que, ainda na *internet*, se fazem virais. As tirinhas, mesmo com a investida silenciadora, foram (e são) replicadas, munindo a rede com seu conteúdo *abortinho*.

⁵⁰ *Ibidem* anterior.

⁵¹ Sobre o conceito *contradispositivo*, Alexsandro Rodrigues e Davis Alvim (2016) vão nos dizer: “as lutas se recusam a participar inteiramente do funcionamento do dispositivo, optando por pervertê-lo, desqualificá-lo, deturpá-lo, recusá-lo por completo e, principalmente, criar contra ele. (...) Um contradispositivo apresenta-se como ameaça uma vez que está focado na capacidade de ação e produção coletiva baseada no autogoverno (...). É mais comum que um contradispositivo opere por contaminação das linhas e trabalhe para retorcer as relações do poder de forma desterritorializada (RODRIGUES; ALVIM, 2016 p. 106-115).

As jornalistas Joyce Gomes e Helô D'Angelo (2016) abordaram o tema do aborto num projeto em São Paulo titulado *Quatro Marias*. Consiste em quadrinhos com as narrativas de quatro aborteiras que sangraram em condições diferentes de classe, idade e contexto. Nas palavras das autoras:

Todo mundo conhece pelo menos uma mulher que abortou. Aqui, nós apresentamos as histórias em quadrinhos de quatro anônimas – quatro mulheres com quem você pode muito bem já ter cruzado na rua. Uma delas pode até ser sua amiga. Uma delas pode até ser sua mãe (...) São quatro as mulheres que dividiram suas histórias com esta reportagem – quatro Marias, pois são todas anônimas: Maria Memória, Maria Julieta, Maria Mudança e Maria Dentro da Lei. Apesar de partilharem o mesmo nome fictício, a mesma condição de mulher e a mesma experiência, as Marias são muito diferentes: cada uma tem seu território, sua história de vida, sua classe social, sua etnia. Cada uma interrompeu a gravidez de um jeito, e cada uma tem uma visão diferente sobre o processo como um todo (GOMES; D'ANGELO, 2016, s/p.).

O projeto na íntegra pode-se encontrar circulando na *internet*. Aos efeitos deste trabalho trazemos só alguns fragmentos da história de Maria Julieta:

Imagem 18- Fragmento da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias” das jornalistas Joyce Gomes e Helô D’Angelo



Fonte: Website do projeto⁵²

⁵² Disponível em: <<https://quatromarias.com/portfolio/maria-memoria/>>. Acesso em agosto de 2017.

Imagem 19- Fragmento 2 da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias” das jornalistas Joyce Gomes e Helô D’Angelo



Fonte: website do projeto⁵³

⁵³ *Ibidem* anterior.

Imagem 20- Fragmento 3 da história de Maria Julieta do projeto “Quatro Marias” das jornalistas Joyce Gomes e Helô D’Angelo



Fonte: website do projeto⁵⁴

⁵⁴ Disponível em: <<https://quatomarias.com/portfolio/maria-memoria/>>. Acesso em agosto de 2017.

Os ativismos encontram nas redes um ambiente propício para se fazer rizoma. Carol Rossetti é designer gráfica e ilustradora, as ilustrações dela estão, na maior parte, acessíveis gratuitamente no *website* e nas suas redes sociais. No projeto *Mulheres: Retratos de Respeito, Amor-Próprio, Direitos e Dignidade*, que ganhou formato de livro e inclui textos sobre os temas centrais abordados em suas ilustrações, conta uma narrativa em terceira pessoa sobre aborto com Isaura. A artista fala que opta pelo viés interseccional e que é preciso “discutir racismo, homofobia, bifobia, transfobia, elitismo, xenofobia, opressão contra pessoas com deficiências físicas. A luta por igualdade e respeito é muito ampla e deve ser inclusiva” (ROSSETTI, 2017, s/p.).

Imagem 21- Ilustração de Carol Rossetti: Isaura



Fonte: site web da artista Carol Rossetti⁵⁵

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/mulheres>>. Acesso em setembro de 2017.

No México, Lorena Wolffer propõe enunciações na intersecção entre arte e ativismo, abordando assuntos relacionados com a fabricação cultural do gênero. Suas obras ocupam museus e outros espaços públicos. As duas obras que trazemos nesta oportunidade, foram expostas pelo *Museu Memória e Tolerância* na exibição *Nuestros cuerpos, nuestras vidas: cuatro décadas por el derecho a decidir en México* (2013).

Imagem 22- Sala “Em que espejo te miras” da exposição de Lorena Wolffer, México, 2013



Fonte: Website da artista⁵⁶

A obra *Em que espelho te olhas?* Teve como objetivo que visitantes dispusessem seus próprios corpos a debater sobre o direito a decidir sobre si. Consistiu num pequeno quarto integrado por espelhos, que permitia só uma pessoa por vez que ia se ver reflexada nas paredes, no teto e no chão. Os espelhos tinham inscritas perguntas como: *esse corpo é de quem? Quem deve decidir sobre ele? Quem pode falar sobre ele? De quais direitos esse corpo é destinatário?* (WOLFFER, 2013, s/p., tradução nossa).

A obra *Usos e costumes* estava composta por ervas, manojos de arruda, um sabonete, agulhas de tricô, substancias e medicamentos que são usados em México para provocar abortos. Essa obra nasce a partir de narrativas sobre receitas que vão sendo transmitidas na oralidade.

⁵⁶ Disponível em: < http://www.lorenawolffer.net/01obra/34nuestros/nuestros_frames.htm >. Acesso em setembro de 2017.

Imagem 23- Parte 1 da obra “Usos e Costumes” da artista mexicana Lorena Wolffer



Fonte: Website da artista

Imagem 24- Parte 2 da obra “Usos e Costumes” da artista mexicana Lorena Wolffer



Fonte: Website da artista

Em Bolívia o coletivo chamado #SinRiesgo busca promover reflexões sobre os riscos que traz consigo a criminalização do aborto e o faz através de manifestações artísticas. Promovem atividades como oficinas de murais e de rap, fóruns debate, teatro.

A ferramenta do muralismo permite uma forma de expressão que tem a capacidade de alcançar as pessoas e desafiá-las, não as deixando indiferentes ao que vêm. A campanha #SinRiesgo, começou no ano de 2016, e procura tratar socialmente o aborto.

Imagem 25- Convocatória do evento artístico “Taller de Rap” do coletivo #SinRiesgo, Bolívia, 2015



Fonte: Página de Facebook do coletivo.⁵⁷

Imagem 26- “Taller de Murga” do coletivo #SinRiesgo, Bolívia, 2015



Fonte: Página de Facebook do coletivo.⁵⁸

⁵⁷ Para mais informações sobre o coletivo #SinRiesgos acessar ao link disponível em: < https://www.facebook.com/pg/sinriesgobolivia/photos/?ref=page_internal>. Acesso em outubro de 2017.

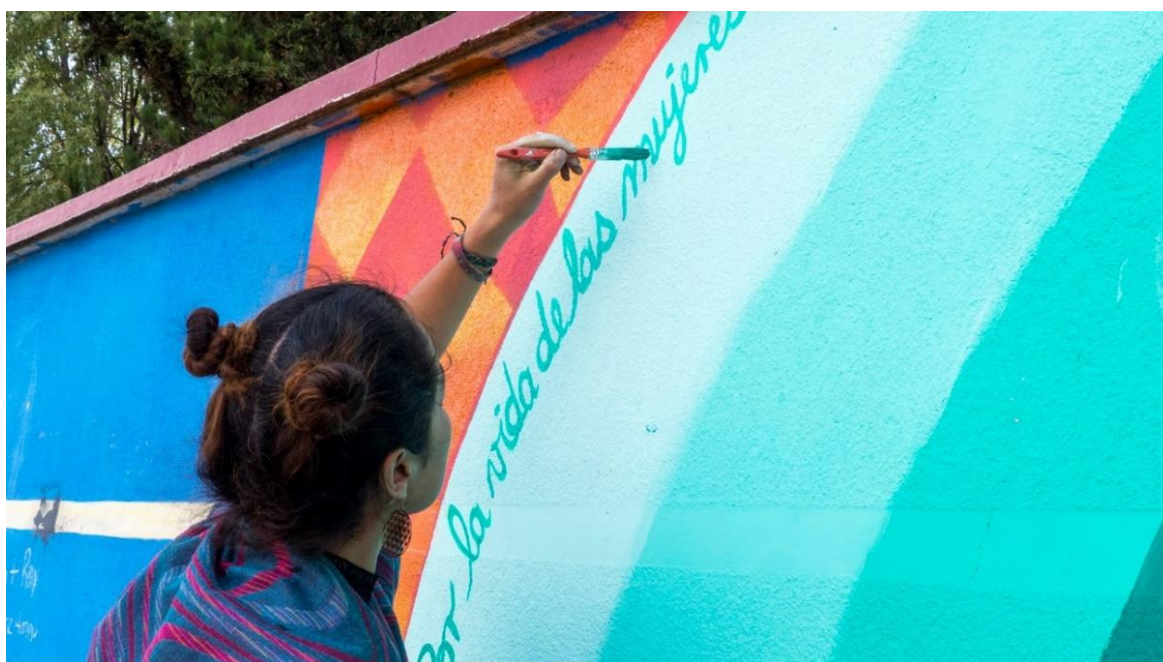
⁵⁸ *Ibíd*em anterior.

Imagem 27- Foro Artivismo- Por el derecho de las mujeres a Decidir. Coletivo #SinRiesgos, Bolivia, 2015



Fonte: Página de Facebook do coletivo.⁵⁹

Imagem 28- “Taller de Muralismo en Pucarani”, La Paz, Bolivia, Abril 2017.



Fonte: Página de Facebook do coletivo.⁶⁰

⁵⁹ *Ibídem* anterior

⁶⁰ *Ibídem* anterior

No Chile, o coletivo CUDS (Coordinadora Universitaria por la Disidencia Sexual) desenvolveu, no ano 2012, um projeto nomeado: *Doná por um aborto ilegal*. Nas palavras de Jorge Díaz, membro da CUDS: “Somos un colectivo de disidencia sexual que está repensado las cuestiones de representación política de la sexualidad contemporánea en un contexto conservador como Chile (...) un colectivo que interrumpe el imaginario sexual y neoliberal a través de ficciones e intervenciones” (DÍAZ, 2014, s/p.). CUDS afirma-se num ativismo situado que procura trabalhar com metodologías “que nos resulten productivas, que nos afecten, nos impliquen y que disfrutemos. Entendemos el activismo como una práctica de placer” (DÍAZ, 2014, s/p.). O coletivo, no dia 8 de março de 2012, iniciou uma intervenção de rua que nomearam: *Para una vida mejor, dona por un aborto ilegal*. A ação se desenvolveu, através de oficinas, produções audiovisuais e performances, e conformou-se a campanha *Doná por um Aborto legal* que imitava as estéticas das campanhas de caridade do modelo cristão que convocam a “beneficência” com os corpos precarizados. A proposta foi arrecadar doações para sustentar financeiramente as práticas abortivas. Utilizaram estratégias dos movimentos contra-abortivos do Chile, por exemplo, a cor alaranjada e a publicidade na rua com camisas com a figura de um feto estampado. Felipe Rivas San Martín (2016, s/p.) diz a respeito, “nos interesaba utilizar lo que, en la guerrilla de la comunicación, se denomina “tergiversación” para generar la confusión entre los espectadores (...) Esta confusión provocaba preguntas y debates callejeros que se grababan en video”.

Jorge Díaz (2016), afirma que as micropolíticas e as estéticas do CUDS estão interessadas pelo que acontece ao corpo coletivo. Convocam a produção de coletividade na que se atravessam as diferenças: “*Yo soy el otro* es una de las frases de la política radical que queremos ejercer. Por eso hemos buscado llamar la atención del movimiento homosexual sobre el tema del aborto, que parecería estar reservado solamente para las feministas o las mujeres” (DÍAZ, 2016, s/p.).

Imagem 29- “Campaña Doná por un Aborto Ilegal”, convocatória Capacitación Voluntários, CUDS, 2012



Fonte: Revista Hysteria “El activismo de la CUDS y su campaña “Dona por un aborto ilegal”⁶¹

Imagem 30- “Campaña Doná por un Aborto Ilegal”, intervenção na rua, CUDS, 2012



Fonte: Revista Hysteria “El activismo de la CUDS y su campaña “Dona por un aborto ilegal”⁶²

⁶¹ Disponível em: < <http://hysteria.mx/el-activismo-de-la-cuds-y-su-campana-dona-por-un-aborto-ilegal/>>. Acesso em setembro de 2017.

⁶² Disponível em: < <http://hysteria.mx/el-activismo-de-la-cuds-y-su-campana-dona-por-un-aborto-ilegal/>>. Acesso em setembro de 2017.

Imagem 31- “Cortejo da Mulher Morta em Aborto Clandestino” Ato pela legalização do aborto, São Paulo, 2014.



Fonte: Gabriela Biló / Futura Press⁶³

Imagem 32- “Pañuelazo enfrente del Congreso”. Ato pela legalização do aborto, Argentina, 2018



Fonte: Campaña Por el derecho al Aborto Seguro, Legal y Gratuito ⁶⁴

⁶³ Disponível em: < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/grupo-faz-ato-em-sao-paulo-pela-legalizacao-do-aborto.76cef390f6db8410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em novembro de 2017.

⁶⁴ Disponível em: < <http://www.abortolegal.com.ar/panuelazo-cobertura-de-la-prensa/>>. Acesso em março de 2018.

A *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Seguro, Legal y Gratuito* foi lançada no ano 2005, na Argentina. Recupera a história das lutas desenvolvidas no país com presença federal. A Campanha articula ações com diferentes movimentos sociais, estudantis, acadêmicos, científicos, dos direitos humanos, sindicais, da educação⁶⁵. O dia 6 (seis) de março de 2018, *Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Seguro, Legal y Gratuito* apresentou, pela sétima vez no Congresso Argentino, o projeto de Interrupção Voluntária da Gravidez. Isso significa um grande passo na nossa luta, porém, é preciso dizer, também, que “além de uma lei que garanta o acesso para todas as mulheres que abortam, vamos a seguir exigindo abortar nos nossos próprios termos, com as nossas próprias estratégias. Além da legalização, seguimos apostando no acompanhamento e cuidado feministas, contra toda restrição estatal” (BARONE, 2018, s/p.).

Imagem 33- “Socorristas em Red – Feministas que abortamos”. Ato del 24º aniversário da ditadura militar, Buenos Aires, 24 de março de 2016



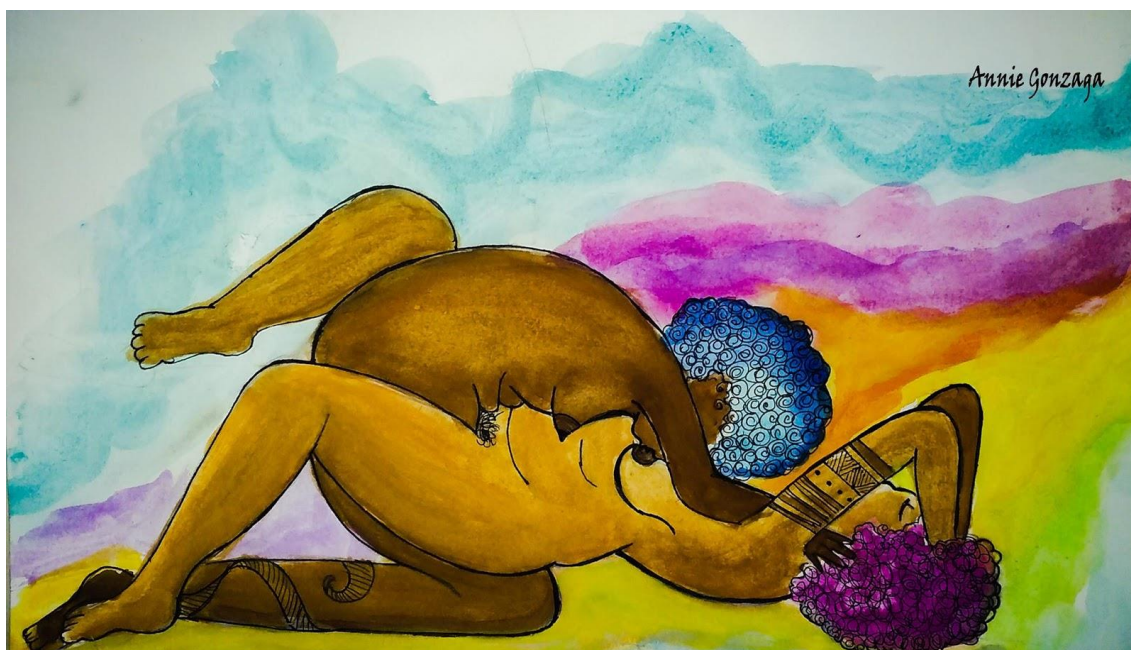
Fonte: Registro fotográfico de Florencia Castello.⁶⁶

⁶⁵ Mais informações sobre a campanha disponíveis em: <<http://www.abortolegal.com.ar/>>. Acesso em março de 2018.

⁶⁶ Imagen que compõe o livro *Entre ellas y Nosotras, los abortos*. Disponível em: <<http://larevuelta.com.ar/2016/05/10/libro-entre-ellas-y-nosotras-los-abortos-ii/>>. Acesso em março de 2018.

Annie Gonzaga (2016, s/p.), ao começo desse apartado nos diz, “Eu pinto memórias, utopias, nossos sonhos”. Ela é uma artista brasileira que pinta na técnica da aquarela suas afetações e suas experiências, pinta assim o amor lésbico e vivências no candomblé, por exemplo. Com coloridas produções vai se misturando com outras histórias, com outras sensibilidades, com outros corpos. Essa é a aposta do ativismo, misturar os corpos nas narrativas feitas artes, porque se bem as histórias são singulares, a arte as volta coletivas. Essas produções artísticas transbordam, desfazem as fronteiras territoriais e as fronteiras entre o individual e o coletivo, produzindo, assim, um comum através do sensível. Por sua vez, possibilita a instalação de outras imagens sobre o aborto, sobre outras formas de amar e de habitar o mundo, sobre produção de vida.

Imagem 34- “Uma Aquarela lesbofeminista, antirracista e decolonial” de Annie Gonzaga, Brasil, 2016



Fonte: Portal Sotero Preta⁶⁷

A artista brasileira nos fala sobre práticas que dizem de outras formas de amar e habitar o mundo e, assim, nos lembra discursos e práticas de alguns feminismos que nos permitimos questionar e, com isso, afirmar outros possíveis. “El feminismo podía haber promulgado como método anticonceptivo la masturbación técnica obligatoria, la huelga sexual de las mujeres heterosexuales y fértiles, el lesbianismo masivo, la ligadura de trompas obligatoria desde la

⁶⁷ Disponível em: < <http://portalsoteropreta.com.br/annie-ganzala-em-salvador-e-no-mundo-aquarelando-mulheres-negras/>>. Acesso em novembro de 2017.

adolescencia, el aborto libre y gratuito” (PRECIADO, 2008, p. 152). Cantamos com as *Putinhas Aborteiras* (2014):

Vem anarquizar
Assuma seu corpão
Gorda, magra, média
Não precisa ter padrão

Negra não morena
Cabelo pixaim
Toque no seu corpo
E goze até o fim

Conheça o poder
Da masturbação
Não precisa de ninguém
Só você e sua mão

Pra desconstruir o gênero
Fale com as putinhas
Vem conscientizar
E libertar a bucinha

(PUTINHAS ABORTEIRAS, 2014)



J- “Suicidio” de Petite Mort, 2014. Pintura com sangue menstrual disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/jueces/Suicidio-petite-mort-13253.jpg>>

Corpos improvisando, ventres experimentando: Caminhos e desafios metodológicos

Se tiver coragem, eu me deixarei continuar perdida. (...) O medo agora é que meu novo modo não faça sentido? Mas por que não me deixo guiar pelo que for acontecendo? Terei que correr o sagrado risco do acaso. E substituirei o destino pela probabilidade (LISPECTOR, 2013, p. 5).

Acompanhadas de Clarice Lispector no caminhar da pesquisa que vai fazendo suas últimas pisadas nesta escrita, nos perguntamos: o que pode um texto de dissertação? Que elementos deve ter para que seja aquilo que a academia precisa? Ou que acredita que precisa? Clarice Lispector (2013) fala sobre correr riscos, arriscar além. Arriscar nunca foi fácil e nem será agora. Arriscar desconhecendo o caminho e deixando nossas marcas para que outras andarilhas continuem criando possibilidades. Fomos guiadas por um compromisso político de compor uma escrita que acompanhasse processos. Uma escrita em movimento na que os percursos metodológicos fossem experimentando na medida que fazemos caminho.

Não conhecemos o caminho certo - se é que isso existe - por isso sentimos um risco permanente de cair na deriva. Mas o que é a *deriva*? Devo reconhecer que essa palavra me faz cócegas e não posso evitar relacioná-la com andarilha, clandestina, viagem, novidade, imanência, criação. Ousamos aqui de dizer que não pretendemos conceituar nesse parágrafo cada palavra-provocação que acabamos de trazer, mas sim um ensaio do por que “*deriva*” nos convida a conspirar com esse termo: A palavra deriva me provoca e me sussurra possibilidades de criação no sentido que a mesma definição traz consigo. No dicionário aparecem conotações do tipo: “Desvio do caminho certo de uma embarcação ou avião, causada por ventos ou correntes. À deriva. Sem rumo certo, ao sabor dos acontecimentos”⁶⁸. Maria Teresa Esteban (2003) nos acompanha nas nossas reflexões sobre estar à deriva nos dizendo:

Estar à deriva não significa se mover indiscriminadamente em qualquer direção, pois o movimento à deriva tem suas possibilidades de deslocamentos demarcadas pelas interações efetivamente realizadas que vão estabelecendo entre tantas alternativas, aquelas que se apresentem como possíveis (ESTEBAN, 2003, p.132).

Concordamos com a autora que além de suscitar possibilidades nesse movimento no caminho e nos deslocamentos, estar à deriva também ressalta o encontro, nas interações no caminho, no andar. Estar à deriva, continuar a caminho, atentas aos encontros que no próprio movimento da andança, se põem a funcionar os processos desde os mais episódicos aos mais complexos. Não tem caminho certo, acreditamos naquele caminho que cuida a quem acompanha as andadas, sem rumo e ao sabor dos acontecimentos numa viagem traçando

⁶⁸ Definição da palavra deriva obtida em <https://www.dicio.com.br/deriva/>

estradas e fazendo próprias algumas trilhas. As clandestinas a caminho: professoras nas salas de aula, as rappers no microfone, as pintoras nas ruas, as grafiteiras nas praças, as bloggers na rede, as jornalistas nas mídias, as pesquisadoras nas universidades, as poesias venenosas das feministas. Assim criamos horizontes de possibilidades de nos aventurarmos numa conspiração que não ignora seus limites.

Nesses movimentos, encontramos com Denise Najmanovich (2003), e, com ela compreendemos que, renunciar à ideia de um método único não sugere que desistimos de utilizar ferramentas, instrumentos, técnicas e procedimentos, senão que “implica que não anteporemos o método à experiência, que não acreditamos que se tenha só um caminho ou só um dispositivo adequado para pensar, explorar, inventar... conhecer. A ideia é tentar se abrir à multiplicidade de sentidos” (NAJMANOVICH, 2003, p. 34). Nesse sentido, ao longo da pesquisa fomos nos entregando à ousadia de contar o que ia sendo feito para poder compartilhar como a pesquisa foi se encarnando neste corpo pesquisador. Quando se diz que é ousadia, nos referimos ao trabalho do pensamento que se faz na pesquisa, no ensaio, e, a posteriori, conseguir dar um nome. Suely Rolnik (1993) afirma que, o pensamento considerado deste modo,

funciona por constrangimento e acaso; só que o que constrange aqui não são regras que se deve seguir para que se revele uma verdade já dada - ou seja, não se trata neste caso do constrangimento de um método -, o que constrange aqui é a pressão da violência das marcas que se fazem em nosso corpo ao acaso das composições que vão se tecendo. Quando é assim que se faz o trabalho do pensamento, dá para dizer que se pensa porque se é forçado a fazê-lo. O pensamento, desta perspectiva, não é fruto da vontade de um sujeito já dado que quer conhecer um objeto já dado, descobrir sua verdade, ou adquirir o saber onde jaz esta verdade; o pensamento é fruto da violência de uma diferença posta em circuito, e é através do que ele cria que nascem, tanto verdades quanto sujeitos e objetos. Pensar assim concebido e praticado se faz por um misto de acaso, necessidade e improvisação: acaso dos encontros, onde se produzem as diferenças; necessidade de criar um devir-outro que as corporifique; improvisação das figuras deste devir (ROLNIK, 1993, p. 5).

É nessa mistura de acaso, necessidade e improvisação que escrevemos e devíamos *aborteiras* na pesquisa e no ativismo. Não obstante, a pergunta-provocação que nos fazíamos insistentemente nas aulas de metodologia, foi: e o “rigor”? E confesso que “rigor” era uma palavra que nunca gostei, mas que aprendi a desconstruí-la neste percurso. Suely Rolnik (1993), tem me ajudado nesses novos entendimentos, sobre o que significa o rigor na pesquisa relacionado com a ética. Ela nos diz que o rigor seria mais da ordem de uma posição ontológica, do que metodológica. Seria um rigor que pode-se chamar ético, estético e político. O rigor que a autora define como ético, é “o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. As verdades que se criam com este tipo de rigor, assim como as regras que se adotou para criá-las, só têm valor enquanto conduzidas e exigidas

pelas *marcas*⁶⁹ (ROLNIK, 1993, p. 7). A autora, explicita que “não se trataria de rigor enquanto conjunto de regras tomadas como um valor em si (um método), nem de um sistema de verdades tomadas como valor em si (um campo de saber): ambos seriam da ordem do considerado moral” (ROLNIK, 1993, p. 7). Compreendemos então, que rigor poderia ser pensado a partir da escuta ativa das diferenças, na medida que nos dispomos aos encontros. Encontros que deixam marcas. Quando Suely Rolnik (1993) fala de um rigor estético, se refere a um rigor como criação de um campo, criação que encarna as marcas no corpo do pensamento, como numa obra de arte. Não seria do domínio de um campo de saber já dado, senão, da ordem da novidade, da criação. Ela nos diz que é político também, porque fala de um rigor como forma de “luta contra as forças em nós, que obstruem as nascentes do devir” (ROLNIK, 1993, p.7).

Num começo da pesquisa, dispostas a andarilhar e convidar à conspiração, pensamos em fazer acontecer encontros de corpos que se dispusessem a experimentar escritas sobre as experiências na prática do aborto e as vivências na clandestinidade. Essa aposta, se bem nos segue provocando insistentemente, foi cuidadosamente analisada pelo contexto de criminalização do aborto e dos cenários macropolíticos assustadores. Pensamos que seria arriscado convocar e fazer assinar termos de consentimento para o comitê de ética da Plataforma Brasil. Nos preocupamos em não colocar em risco de denuncia as estratégias de quem quer fazer o que acha melhor para si. Assim seguimos incursionando em possibilidades e estratégias.

Na caminhada me (nos) convidam para administrar um blog para partilhar as escritas e coletivizar os afetos relacionados à prática do aborto. Foi pensado, em um outro momento, que poderíamos produzir escritas sobre as práticas abortivas, por meio de *google.docs* ou *Facebook*. Ali, a advertência sobre a punição se faz presente novamente. Temos informação de que na *internet* funcionam dispositivos de controle que poderiam ser utilizados por organismos policiaescos que, através de acalorados discursos religiosos, fundamentalistas e/ou anti-abortistas, poderiam vir a punir nossas práticas ao partilharmos nossas histórias. Fomos alertadas para o fato de que, caso alguém denuncie esse blog, seria fácil acessar ao IP e aos dados do computador, uma vez que os blogs “estão inseridos em plataformas pertencentes a megacorporações que utilizam dispositivos de vigilância e censura, e exploram parasiticamente

⁶⁹ O que a autora define como marca são aquelas composições que se geram sempre que há uma relação entre um eu e um ou várias unidades separáveis e independentes que se conectam com outros fluxos e constituem nossa composição atual. Essas marcas nos desestabilizam e nos colocam a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar este estado inédito que se fez em nós (ROLNIK, 1993).

a produção cognitiva dos seus usuários para o lucro” (FERREIRA, CACILHAS e FRANÇA, 2014, p. 115). Seguindo essas reflexões, podemos pensar que, se o poder hoje também opera através da *internet*, podemos pensar que as resistências, por ali também operarão. É assim que, utilizamos as informações que estão circulando pelas redes, disponíveis na *internet*, e produzimos, nesses diálogos, outras imagens sobre o aborto.

Quero sinalar que, nessas procuras e na afirmação das inquietações, num começo, foi aquele *medo disciplinador* que tomou conta das iniciativas que não se concretizaram. Precisamente, por considerar aquilo um risco de ser vigiadas e punidas. No andar da pesquisa, percebemos que muitos possíveis se gestam nessa imensa plataforma global, como é a *internet*, que a modo de *contra-dispositivos*, infestam o sistema. Não vão nos punir a todas por isso. Essa compreensão foi possível no contato com as ativistas, possibilitado por esta pesquisa. Já não temos medo. Somos muitas e estamos organizadas, nos articulamos. Somos *multidão* que grita pelo acesso ao aborto. E a multidão não cabe numa prisão.

Insistentemente, foi exigido pelo Comitê de Ética de Pesquisa, que submetêssemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este, deveria ser assinado pelas autoras das narrativas que resgatamos no texto. Como fazer isso na profusão de narrativas de que resgatamos na *internet*? As narrativas são publicadas com pseudônimos ou de forma anônima no *YouTube*, páginas de *Facebook*, músicas, poesias, romances, teatro, blogs. Propomos pensar, com Suely Rolnik (1992), sobre uma tensão interessante entre “homem moral” e o “homem ético”.

O homem da moral que nos habita é o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos - daí porque chamá-lo de "moral". É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência. O homem da ética que nos habita (mesmo que, quase sempre, muito timidamente) é o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação de sua potência criadora - daí porque chamá-lo de "ético" (ROLNIK, 1992, p. 8).

Situamos nossa pesquisa na tensão, entre o que Rolnik (1992) chama “homem da moral” e “homem da ética”, já que não restringimos os encontros nas formas das regras vigentes na sociedade na que vivemos. Sabemos sobre a importância de submeter a pesquisa ao Comitê de Ética. Sabemos, também, a relevância de que seja aprovada pelo mesmo. Porém, se isso implica colocar nomes próprios nessas narrativas, e colocar, assim, em risco de denúncia, vamos fazer

especial ênfase em procurar outras estratégias. “Homem ético”, segundo Rolnik (1992), guia nossas escolhas ao selecionar o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério uma afirmação criadora, procurando sempre modos de cuidado com as narrativas e os encontros-ficções.

A importância de descortinar o cenário de restrições legais e as estratégias éticas para a pesquisa sobre aborto é que os resultados de pesquisa refletem o que foi possível conhecer no Brasil nos últimos vinte anos. As metodologias adotadas partem do cenário legal restritivo a que estão submetidos os pesquisadores (DINIZ e cols., 2009).

Para garantir esse cuidado, optamos por trabalhar com as narrativas que estão ao alcance de qualquer pessoa que acessa a *internet*. É dizer, fizemos uma composição com o que está disponível e no que conhecemos como de *domínio público*. Assim, conseguimos obter aquela teia polifônica de vozes entrecruzadas que atravessam o papel, atravessam as telas do computador, se oportunizando nas criações, nos textos, nas poesias, nas músicas. Essas narrativas *contradispositivam* renovadas formas de fazer resistências. Nos propusemos *auscultar* essas desobediências por meio do mapeamento histórias de vida que nos importam.

Como leitora dessa escrita, já deve ter percebido que gostamos das misturas. Por isso foi que em meio das narrativas que resgatamos da *internet*, alguns contos em itálica irrompem no texto. Esses contos são as narrativas produzidas a partir dos encontros com aqueles corpos que contam suas experiências. São relatos intervindos poeticamente. Criações gestadas junto com quem relatou sua vivência com a prática abortiva. Os encontros, muitas vezes foram da ordem da espontaneidade, é dizer, quando foi (é) dito que pesquisa-se sobre o aborto, não faltou quem disse: *eu abortei, sabia?* A partir dessa afirmação, abria-se a oportunidade de propor um *convite à conspiração* e explicitar que estávamos interessadas em trazer a narrativa ficcional com forma de conto ou prosa poética. Ante uma resposta positiva, empreendia-se a criatividade. Nem todos os encontros geraram essa inspiração toda. Mas alguns foram encontros cheios de possibilidades de criação. Logo, feita a ficcionalização do relato, era enviada a ficção em formato editável de *Word* para quem compartilhou conosco sua vivência. Nesse envio, se propôs que, conforme ao desejo, as vontades e a disposição, se leia e se intervenha naquela composição, deixando-se explícito que essa era uma co-construção inspirada no relato compartilhado e que se não gostasse, também seja dito. Dessa forma se geraram trocas conspiradoras, afetivas e criativas. Compusemos *narrativas corpo-aborteiras*, uma invenção coletiva. Nossa aposta nessas criações, não foi para operar sobre as vozes dos outros corpos, senão inventar algo novo a partir daqueles encontros. Seis contos-narrativas que, por meio da

ficcionalização, permitiu-nos mergulhar nas complexidades das experiências. **Gestamos**⁷⁰ um tecido forte de vozes para instalar outras narrativas que precisam ser ouvidas. Nos orientou a convicção de ser a ficção, uma poderosa ferramenta para repensar o mundo e suas contradições. A criação possibilita cenários alternos. Conjugamos esses contos com outras narrativas. As misturamos, também, com imagens que produzem outras paisagens. Dessa forma, acreditamos que é possibilitada uma chegada diferenciada ao tema, através da sensibilidade, para quem lê. Sentimos, no decorrer da pesquisa, que as narrativas daqueles corpos que abortam e contam, possuem uma força vital que não conseguimos encontrar nos discursos que se opõem à prática. Apostamos, assim, na ferramenta da ficção que, desde as fortes vozes que surgem no texto misturadas, incluso com a minha, produzem VIDA.

⁷⁰ Aqui fazemos um destaque do conceito de gestação para ressaltar que entendemos que gestar remete a várias e diversas formas de fazer acontecer, dar origem a alguma coisa. Assim, consideramos limitado relacionar gestação só com o processo que acontece depois da união de espermatozoide e óvulo. Uma gestação não tem só a ver com gestar um zigoto, um feto porque gestamos escritas, músicas, pinturas, poesias, consultorias, redes, arte, profissões, práticas, discursos, e assim, indefinidamente.



K- "Dolores" de Aurelia Rey. Pintura com sangue menstrual, México, 2013. Disponível em: <<http://artemenstrual.org/wp-content/gallery/2a-categoria/Dolores-13681.jpg>>.

Escrita compartilhada, escrita que des-fecha: Algumas considerações

Não estou aqui para lhe dar lições, se não fosse por outros motivos, porque também estou aprendendo, com dificuldade. Mas já existem demais os que estão cansados. Minha alegria é áspera e eficaz, e não se compraz em si mesma, é revolucionária. Todas as pessoas poderiam ter essa alegria, mas estão ocupadas demais em ser cordeiros de deuses (LISPECTOR, 1973, p. 111).

É hora. Encontramo-nos com o limite cronológico do prazo. Naquele momento nossa amiga (des)orientadora disse que um trabalho nunca termina, que apenas é preciso fechar as ideias na escrita porque, felizmente, elas não param nunca.

Dissertação feita que, ao ser enviada, se des-fecha porque não acaba. Segue abrindo-se a leituras, às fogueiras e ao que for feito dela, num presente que aparece assustador, porém cheio de possibilidades ao mesmo tempo. Dois anos de espaços e tempos de experimentações. Trocas que deixam marcas, furos, provocando aventureiros desvios que me transforma(ra)m. A tarefa continua. As *Senhoras de Si* seguem compondo juntas narrativas ensanguentadas, infames e potentes.

Aos efeitos desta instância da pesquisa, o texto deve fechar seu ciclo. Os nossos buracos seguem abrindo-se na hesitação para serem penetrados pelo mundo e, assim, continuar as conversas para que mais coisa seja dita. Apesar de esse momento representar o fechamento de um percurso, de nenhuma forma indica o fim. Acredito que esse seja apenas o começo. O começo de novas inquietações, novas perguntas, novas narrativas, novos encontros e possíveis. Porque a nossa pesquisa vem a somar-se aos esforços e às lutas que a antecedem.

Entendemos o aborto como uma desobediência que *aborta a ordem*. Mais que a legalização, queremos abortar com nossas próprias estratégias. Ressaltamos os processos coletivos implicados nas práticas aborteiras. Nas narrativas, pode-se observar a característica coletiva com que os corpos aborteiros agem. Põem em funcionamento estratégias de cuidado, recursos e instituições de diferentes níveis da engrenagem social. As práticas abortivas fazem parte das nossas vidas, a partir delas, é possível se acionar um mapa de redes que acompanham e cuidam, produzindo, assim, outros sentidos, outras imagens, outras paisagens.

Aprendemos que devemos estar atentas. Tensionar o pensamento e ser cuidadosas ao pensar que a legalidade resolveria o problema. É o saber médico que, (mal)formado na questão do aborto como um problema legal, é o mesmo saber que vai ocupando a maior parte dos espaços hospitalares, comissões de ética, postos de saúde, unidades de urgências. As legalidades também jogam o jogo das leis do mercado, por exemplo. É, assim, que apostamos ao trabalho coletivo para seguir fazendo acontecer os *abortos cuidados e feministas*. São os

saberes bruxos dos próprios corpos em questão, os que devemos preservar. Reforçamos os cuidados à hora de criar outra caça de bruxas, através das legalidades, que produzem novos modos de exclusão. Para exigir qualquer processo de legalização, precisamos antes falar em violências institucionais, por exemplo. Precisamos, antes, repensar que tipo de *saúde* pode-se proporcionar nas instituições nas quais pedimos para realizar nossos procedimentos abortivos.

Somos sistematicamente negadas a ter conhecimentos sobre nossa própria fertilidade. Somos sistematicamente punidas por abortar. Afirmamos o saudável exercício de questionar o imposto e sair da moral, do bem e do mal, e recuperar aquele poder que, sistematicamente, é expropriado. Chegam as notícias sobre corpos que morrem em decorrência de abortos malsucedidos e dói perceber que em pouco tempo são esquecidos seus nomes e as notícias evaporam. Chega a ser fato corriqueiro. É aterrador. Lógicas do imediato que rege nosso tempo. A eterna carreira cíclica que nos empurra a correr para comer, para transar, até para dormir. Insistimos em que é preciso nos deter. Parar. Estabelecer uma pausa para ouvir. Nos deter para repensar o sentido do aborto na nossa sociedade e, assim, poder disputá-lo. Insistimos que não necessariamente abortos ilegais são inseguros, mas sim que a negligência do Estado, no fato do aborto ser criminalizado, potencializa cenários de produção de morte. Não queremos mais abortos solitários e arriscados. Nossas vidas importam!

Permitimo-nos desconfiar das afirmações que proliferam determinados discursos, servindo a interesses que não são os nossos. Isso nos alerta para não cair nas armadilhas de legitimar as mesmas práticas que questionamos, incluindo afirmações de alguns feminismos. Nesse sentido, *nos colocamos na pista*, nos somando na negociação e renegociação de saberes e posições, na escuta ativa e sensível que permite nos tornar permeáveis para as críticas. Os questionamentos das nossas próprias práticas, é uma responsabilidade que se torna coletiva, dessa forma, somamos forças nas redes que já existem nos *socorrismos*, nos *contradispositivos*, nas resistências.

No processo e no compartilhamento dos afetos das experiências através das manifestações criativas, resulta gratificante e enriquecedor animar-nos a romper com rígidas estruturas que são impostas pelas instituições. Então, seguimos dispostas ao exercício da sensibilidade para adquirir uma flexibilidade que nos permita afastar-nos do perigoso lugar de poder que Foucault (1993) nos atenta. Dessa forma, seguimos apostando nos encontros cheios de contingências e possibilidades. Encontros esses, que permitem aprendizados e desaprendizados, que reverberam em mim e pulsam por mais, num processo constante.

Consideramos esta, uma dissertação polifônica que pretende inserir-nos na produção de um conhecimento pela implicação e não pela punição. Nessa polifonia, recuperamos alguns

ativismos, adicionamos uma boa dose de perguntas e misturamos com um ingrediente simples e acessível: o conto. Eles são breves, mas intensos. Serviram como meio para suavizar algumas cicatrizes e olhar para a experiência de um outro modo. Os contos contados aqui, surgiram de relatos que nos foram apresentados, e que reconhecemos como verdadeiros fenômenos curativos. Uma espécie de medicina que tem um poder extraordinário, que não exige que façamos, sejamos ou botemos em prática coisa alguma, é suficiente com escutar. Neles, se gestam emoções, perguntas e compreensões que nos permitem recuperar algumas imagens coletivas. Possibilitam intercâmbios de relatos com as que contam, no terraço de casa, no bar do bairro, na copa da faculdade, preparando um chá na cozinha, celebrando a defesa de uma amiga, seguindo as marcas das nossas ancestrais, partilhando as vivências. Nos dispusemos para uma abordagem guardiã dos relatos. Compor outras narrativas coletivas, que dizem das histórias das que vivenciaram sangue, dor e alívios, mas não só. A experiência é inesgotável. Os contos entram em um mundo em meio de outros mundos. Assim, os relatos foram atraídos até mim para que, como (co)narradora, possa contá-los nessa dissertação. Depois disso, a narrativa pode seguir qualquer caminho, isso na ordem da desordem, da contigência, inclusive, pode ser des-feita, se transformando em qualquer outra coisa. São algumas observações, alguns fragmentos de mapas misturados de histórias feitas de vida. E porque feitas de vida, pulsam plurais e indeterminados possíveis.

Não sei de fato no que será des-feito na sua leitura desta escrita, querida leitora, mas deste outro lado se tem um corpo que, inconformado, sente uma *alegria áspera e eficaz*. Uma *alegria revolucionária* pelos encontros com narrativas que subvertem, que criam outras imagens sobre uma prática de resistência como é o aborto. As *Senhoras de Si*, reinventado a vida, nos (des)orientam. Nos exigem um compromisso para nos implicar na procura de uma vida mais vivível. Isso tudo mexeu e mexe comigo, me faz sentir viva, movimenta-me.

Enquanto escrevo, é possível sentir as transformações que o processo de escrita aciona em mim. Em oportunidade de exame de qualificação, fui cuidadosamente advertida sobre as quedas em atualizadas armadilhas essencializantes, e sobre a necessidade de uma atenção aos discursos excludentes no próprio processo de formação. Senti o cuidado. O cuidado do meu orientador Alex, das orientações coloridas-coletivas, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Sexualidades, das malditas, das más, das bruxas. Práticas de cuidado que fazem do mundo, um lugar mais vivível. Ainda vivemos neste mundo por mais alheio que ele nos pareça. Ele é produto das nossas próprias práticas e das nossas próprias formas de habitar ele, de pensar ele, de pensar-nos. Confesso que, às vezes, quero abortar esse mundo. Mas têm coisas que não aborto. Não aborto as companhias demônias, sou uma delas. Não aborto as putas. Não aborto

as aborteiras. Não aborto tudo aquilo que seja excluído do mundo da *boa menina*. Quero isso comigo. Juntas e misturadas para bagunçá-lo tudo. Para perturbar.

Narrativas ensanguentadas que sangram em diferentes cores, escreveram-se nestas páginas, compondo, assim, um texto dissertativo. Mas o processo de formação não esgota. É experiência. Experiência que sangra. Escrever sangra. Pulsa. Quem dera que toda escrita tivesse uma folha como suporte. Foi um processo com interrupções. Necessárias interrupções para possibilitar os encontros. Foram apresentadas aqui, narrativas que nos falam de várias situações diferentes e é preciso parar para ouvi-las, para nos contextualizar, para acolher a diferença e nos misturar nas multiplicidades das experiências.

Como fazer do aborto uma experiência leve, vivível? Não sei. As certezas não são nossas parceiras. Mas me importo. Me implico. E dessa forma criamos outras imagens para tirar a carga dramática que se produz sobre os abortos. No exercício da pesquisa, na militância e na vida, não resulta incomum que uma amiga de uma amiga que conhece alguém que precisa de informações sobre o aborto. Ali, as possibilidades que oferecem as redes. Como dissemos no decorrer da escrita, nem todos os corpos têm acesso aos acompanhamentos que são oferecidos por diversos coletivos. De alguma forma, com as tecnologias da informação e as redes que nos conectam, pode-se democratizar um pouco mais o alcance, porém, de forma nenhuma nos conformarmos. Segue sendo um privilégio acessar à informação confiável e adequada sobre práticas abortivas. O aborto deve deixar de ser um privilégio!

Os relatos das *ativistas socorristas aborteiras*, configuram-se em discursos dissidentes, alternativos. Deslocam, irrompem, quebrando, assim, com o que está estabelecido sobre o que devemos falar e o que devemos calar. Depois de dois anos de pesquisa, como consequência de um rico processo de descobertas e mudanças, através da composição de redes que possibilita(ra)m que abafássemos aquele jeito medroso de colocar as questões, me vejo tentada a trazer uma outra narrativa, anedótica, talvez: quarta-feira de manhã e aquele vício de dar uma olhada nas *notificações do Facebook* que, por meio de um aplicativo, tenho no *smartphone*. Ali uma *notificação* de minha irmã que desde Córdoba, Argentina, me marcava num *post* sobre alguém que procurava um contato sobre orientações para um aborto seguro no Brasil. Foi assim que acionamos a rede para fazer circular a informação. Essas redes, múltiplas e rizomáticas, nos ajudam a criar uma coletividade que nos permite quebrar, de alguma forma, aquele *medo disciplinador*. Na cumplicidade com a clandestinidade de uma tarefa cumprida, aparece aquela nota do pensamento: *la capacidad de tejer redes feministas que tenemos es imparable, hacer circular las informaciones necesarias y resolverlo juntas, le hace temblar las patitas al patriarcado!* Porque criminalizado ou não, abortamos antes, abortamos agora e seguiremos

abortando. Isso não significa que o medo tenha sumido de vez. Ele persiste pelos perigos, que de fato existem. Mas estamos nesses movimentos, a meio de alguns silêncios e plurais gritos, necessários cuidados e absurdas coragens, fazendo multidão. Nesses exercícios, nossos corpos gestam-se a si mesmos. E se o Estado nos ameaça, seguirmos abortando (com amigas) e em casa. Fazendo de nós, *Senhoras de Si*.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Letícia. **Fragmentos lúdicos sobre aborto** in Blogueiras Feministas. 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2015/02/fragmentos-ludicos-sobre-aborto/>>. Acesso em setembro de 2016.
- ALVES, Miriam. **Poesia preta, feminina e periférica**. In *Facebook*, perfil pessoal da ativista, 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/miriam.alves.33/posts/839205869450809>>. Acesso em março de 2018.
- AMOR, Rafael. **No me llames extranjero** em No me llames extranjero, Fonomusic, 1976.
- ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**, publicado originalmente por Aunt Lute Books: San Francisco, California, 1987, p. 80-81. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima e Revisão de Susana Bornéo Funck In Rev. Estud. Fem. vol.13 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2005.
- AZEVEDO, Ana Luiza. **Ventre Livre**. Brasil, 48 min, 1994.
- AZMINA, Revista. **Na luta pelo aborto, será que ela foi longe demais?** Entrevista a Chiqs por MARJORIE RODRIGUES publicada o 5 de janeiro de 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/01/na-luta-pelo-aborto-sera-que-ela-foi-longe-demais/>>. Acesso em julho de 2017.
- BARONE, María Antonella. #AbortoLegalYa. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12748>. Acesso em março de 2018.
- BELFIORI, Dahiana. **Hablamos del aborto no como trauma, sino como una experiencia más**. Entrevista por Isabel Cadenas Cañón para eldiario.es España, 31 de mayo de 2017. Disponível em: http://www.eldiario.es/desalambre/Instalamos-narrativas-aborto-trauma-experiencia_0_649185290.html>. Acesso em novembro de 2017.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In Benjamin, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BHABHA, HOMI. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998
- BOSCHETTI, Alejandra; DIETRICH, Daniela. **La creatividad femenina y el mundo del arte**. Centro Interdisciplinario de Estudios de Género Universidad Nacional del Comahue, Argentina, 2011.
- BRASIL, 2017. **DPRJ traça perfil de mulheres criminalizadas pela prática do aborto**. 30 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/5372-DPRJ-aponta-perfil-da-mulher-criminalizada-pela-pratica-do-aborto>>. Acesso em novembro de 2017.
- BRASIL. **Constituição Federal. Atividade Legislativa Art. 5º Título II dos Direitos**

e Garantias Fundamentais. Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_.asp>. Acesso em novembro de 2017.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica**. Brasília, 2011.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Trad. Patrícia Soley-Beltran. Barcelona, Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo**. Cadernos Pagu, n. 11. 1998.
- BUTLER, Judith. **Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil**. Tradução Clara Allain. Revista on-line Folha Express, São Paulo, 19 de novembro de 2017. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>>.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Editorial Civilização Brasileira. 1ª edição. Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo marques da Cunha. Rio de janeiro: 2015.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- CAMPOS, C. H.; AMORIM, R. F.; LOYOLA, J. R. T. **Aborto Análise crítica do PL 5069/2013**. Sistema Penal & Violência, Revista Eletrônica da Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Porto Alegre. Volume 8 – Número 1 – p. 65-76 – janeiro-junho 2016. Disponível em <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/23928>>. Acesso em julho de 2017.
- CASTRO, Regina de. **Aborto**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.
- CENTRO de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). **Essa Guerra Não é Nossa, mas nós morremos por conta dela: Os Jovens de Favelas que querem ter Voz na Política de Drogas**. Reportagem disponível em: < <https://www.ucamcesec.com.br/reportagens/essa-guerra-nao-e-nossa-mas-nos-morremos-por-conta-dela-os-jovens-de-favelas-que-querem-ter-voz-na-politica-de-drogas/>>. Acesso em janeiro de 2018.
- CERQUEIRA, Daniel; SANTA CRUZ COELHO, Danilo. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Nº 11. Brasília, março de 2014.
- CHANETON, July & VACAREZZA, Nayla. **La intemperie y lo intempestivo: experiencias de aborto voluntario en el relato de mujeres y varones**. Buenos Aires: Marea

Editorial, 2011.

- COLLING, Leandro; NUNES DE SOUSA, Alexandre e SOARES SENA, Francisco. **Enviadescer para produzir interseccionalidades In Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes.** Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL)/Lisboa. Organização João Manuel de Oliveira & Lúcia Amâncio. Edição 2017.
- COSMOPOLITAN. **Eu fiz um aborto: depoimentos de quem já abortou uma gestação.** Por Redação M de Mulher. Publicado em 24 jun 2012. Disponível em: < <https://cosmopolitan.abril.com.br/estilo-de-vida/eu-fiz-um-aborto-depoimentos-de-quem-ja-abortou-uma-gestacao/>>. Acesso em agosto de 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Why intersectionality can't wait.** Site do jornal washingtonpost.com em 24/09/2015. Tradução de Bia Cardoso para as Blogueiras Feministas. 2015. Disponível em: < <http://blogueirasfeministas.com/2015/10/porque-a-interseccionalidade-nao-pode-esperar/>>. Acesso em outubro de 2016.
- DANDARA, Manoela. **Mulher de Luta.** Poema de Ingrid Maria. Álbum REC'n'Play, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2016. Disponível em: < <https://www.facebook.com/recnplaylive/videos/1997713243821690/>>. Acesso em março de 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** S.Paulo: Boitempo, 2016
- DE ABREU, Carla. **Narrativas digifeministas: arte, ativismo e posicionamentos políticos.** Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 02, n. 04, p. 134-152, jan./abr. 2017.
- DE OLIVEIRA, João Manuel. **UFPA discute Trânsitos de Gênero e Teoria Queer.** Belém do Pará, 2016. Disponível em:< <http://holofotevirtual.blogspot.com.br/2016/08/ufpa-discute-transitos-de-genero-e.html>>. Acesso em janeiro de 2017.
- DE OLIVEIRA, João Manuel. **Uma escolha que seja sua: uma abordagem feminista ao debate sobre a interrupção voluntária da gravidez em Portugal.** Instituto Superior De Ciências Do Trabalho E Da Empresa. Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Lisboa, 2009.
- DEL CERRO, Paloma. **Curandera.** AWA Produções Audiovisuais. Buenos Aires, Argentina, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j4KHvziuVms>.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução de Péter Pal Pelbart. 1º edição, São Paulo, Brasil: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. **Derrames entre el capitalismo y la esquizofrenia.** – 1º ed. - Buenos Aires, Argentina: Cactus, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 3** Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik 1999 V Edição - 1996, 1.a Reimpressão – 1999.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **MIL PLATÔS Capitalismo e Esquizofrenia Vol. 1** Coordenação da tradução: Ana Lúcia de Oliveira EDITORA coleção TRANS: São

Paulo, 1995.

- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998, 184p.
- DIAZ, Jorge. **El activismo de la CUDS y su campaña “Dona por un aborto ilegal**. Entrevista por Liz Misterio para a Revista Hysteria, México, 2014. Disponível em: < <http://hysteria.mx/el-activismo-de-la-cuds-y-su-campana-dona-por-un-aborto-ilegal/>>. Acesso em outubro de 2017.
- DICIONÁRIO DE CHILE. www.dechile.net 2001-2016. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?conspiracio.n>>. Acesso em 02 de maio de 2016.
- DINIZ, Debora. **Precisamos falar sobre o aborto: retorno à crueldade**. 05.06.2017. Revista TPM disponível em: < http://revistatrip.uol.com.br/tpm/debora-diniz-fala-sobre-projeto-de-lei-que-quer-condenar-mulheres-que-abortarem-em-caso-de-estupro?utm_source=facebook&utm_medium=site-share-icon>.
- DINIZ, Debora; CASTRO, Rosana. **O comércio de medicamentos de gênero na mídia impressa brasileira: misoprostol e mulheres**. Scielo Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(1):94-102, jan, 2011.
- DINIZ, Debora; CORRÊA, Marilena; SQUINCA, Flávia; SOARES BRAGA, Kátia. **Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil**. Cad. Saúde Pública vol.25 no.4 Rio de Janeiro Apr. 2009. On-line version ISSN 1678-4464. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400025>>.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna**. Ciênc. saúde coletiva vol.15 supl.1 Rio de Janeiro, Junho 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700002>. Acesso em dezembro de 2016.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo and MADEIRO, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>>. Acesso em novembro de 2016.
- DIÓRGENES, Nathália. **Era o meu corpo, era meu momento, era minha vida”: uma análise dos itinerários abortivos de mulheres jovens da região metropolitana do Recife-PE**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2014.
- DOMINGUES, Leila. **À Flor da Pele: Subjetividade, Clínica e Cinema no Contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2010.
- DUDEN, Barbara. **Aborto: El debate pendiente**. Desacatos revista de Antropologia Social, Chile: 1993.
- ESCOLA Superior de Propaganda e Marketing. **A vida antes do nascimento, por Lennart Nilsson**. Porto Alegre, RS Brasil 5 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://foto.espm.br/index.php/referencias/a-vida-antes-do-nascimento-por-lennart-nilsson/>>. Acesso em julho de 2017.

- ESCREVA, Lola escreva. **Meu namorado não queria, mas fiz um aborto.** Quarta-feira, 21 de novembro de 2012. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/11/guest-post-meu-namorado-nao-queria-mas.html>>. Acesso em agosto de 2017.
- ESTEBAN, Maria Teresa. **Sujeitos singulares e tramas complexas: desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa.** In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método, métodos e contramétodo.** São Paulo: Cortez, 2003.
- EVARISTO, Conceição, In **Cadernos Negros**, vol. 13, São Paulo, 1990.
- EVARISTO, Conceição. **Gênero e Etnia: uma escre(vivência) de dupla face.** In: BARROS, Nadilza Martins de; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora.** João Pessoa: Idéia, 2005, p. 202.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Belo Horizonte: Nandyala, 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva,** 2004. Tradução do coletivo Sycorax. Editora Elefante: São Paulo, 2017.
- FERREIRA, Sérgio Rodrigo; SANTIAGO, Anderson. C.; FRANÇA, Brunella. **Questões sobre comunicações e políticas de minorias no cyberspaço.** In **Homossexualidades: violências, desafios & possibilidades pedagógicas,** Hiran Pinel e Chirtovam Mendonça (orgs.). São carlos: pedro & João Editores, 2014.
- FERRO, Flaira. **Me curar de mim.** Álbum: Cordões Umbilicais, Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=82Fqn9BAxQ8>>. Acesso em agosto de 2016.
- FONSECA SOBRINHO, D. da. **Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, FNUAP 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Como se exerce o poder?** In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica.** Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Espace, savoir et pouvoir.** In: DITS ET ECRITS IV. Paris: Gallimard, 1994e, p. 270-285.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber.** Coleção: Ditos & Escritos. v. IV. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta: tradução, Vera Lucia Avdlar Ribeiro. 2.^{ed} Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si.** 13. ed. Tradução de M. T. C. Albuquerque e J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizador: Roberto Machado editora: Paz e Terra. Rio de Janeiro: 2015.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 1º ed. N-1 edições: Brasil, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Prefácio - O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista**. Tradução de Fernando José Fagundes Ribeiro. In Cadernos de Subjetividade. Peter Pál Pelbart & Suely Rolnik (orgs). Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. – v. 1, n. 1. São Paulo, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir. Nascimento da prisão**. 20ª ed. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada**. In: **Tem Saída? Ensaio crítico sobre o Brasil**. Organizado por Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pinheiro-Machado, Esther Solano. Editora Zouk em parceria com a Casa da Mãe Joanna, Porto Alegre, 2017.
- FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução da Favela a Três Letras: Uma Análise Da Política de Segurança Pública do Estado do Rio De Janeiro**. 2014. 134 p. Dissertação, Mestrado em Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- GALEOTTI, Giulia **Historia del aborto: los muchos protagonistas e intereses de una larga vicisitud**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.
- GANZALA, Annie. **Em Salvador e no mundo aquarelando mulheres negras**. Entrevista por Jamile, 12 de outubro de 2016 para SoterPreta: O Portal AfroCultural de Salvador. Disponível em: < <http://portalsoteropreta.com.br/annie-ganzala-em-salvador-e-no-mundo-aquarelando-mulheres-negras/>>. Acesso em novembro de 2017.
- GARGIULO, Elisa; HANSEN, Luana. **Ventre Livre de Fato**. Publicado el 21 sept. 2012 pelas Católicas pelo Direito de Decidir. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=UWe4d_5FQjg>. Acesso em março de 2018.
- GOES, Emanuelle. **Enquanto houver racismo para as mulheres negras o aborto sempre será inseguro, desumano e criminalizado**, quarta-feira, 30 de setembro de 2015. Blog População Negra e Saúde, Bahia. Disponível em: <<http://populacaonegraesau.de.blogspot.com.br/2015/09/enquanto-houver-racismo-para-as.html>>. Acesso em Julho de 2016.
- GOMES, Joyce; D' ANGELO, Helô. **Quatro Marias: uma reportagem em quadrinhos sobre as realidades do aborto no Brasil**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://quatromarias.com/>. Acesso em setembro de 2017.
- GONZAGA, Paula R. B. **Eu quero ter esse direito a escolha: formações discursivas e itinerários abortivos**. Salvador, BA, 2015.
- GRINBERG, Gloria. **“El Bebito”: la increíble campaña de la hija de un funcionario de la dictadura y defensor de Videla**. Géneros y Sexualidades, derecho al aborto. La Izquierda

Diario. Martes 21 de marzo de 2017. Disponível em: < <https://www.laizquierdadiario.com/El-Bebito-la-increible-campana-de-la-hija-de-un-funcionario-de-la-dictadura-y-defensor-de-Videla>>. Acesso em março de 2018.

- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34 (Coleção TRANS), 1992. 208 p.
- GUIMARÃES, Paula. **Aborto seguro e feminista salva vidas e empodera mulheres na América Latina**. Postado em 13/12/2017, 14:52 no Blog Catarinas. Disponível em: < <http://catarinas.info/aborto-seguro-e-feminista-salva-vidas-e-empodera-mulheres-na-america-latina/>>. Acesso em dezembro de 2017.
- HARAWAY, D. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. In: TADEU, T. (Org.). **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HARAWAY, Donna. **Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective**. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, 1988.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HYURO. **Público/ Privada**. Universidade Federal do Ceara- Centro de Humanidades-Festival Concreto. Fortaleza, Brasil 2015. Disponível em: < <http://www.hyuro.es/project/fortaleza-brasil-2015/>>. Acesso em julho de 2017.
- LANIÑX MONSTRUA. **Devir Abortiva: escrituras desde o corpo, desde a raiva e nossas próprias experiências**. Heretica Edições Lesbofeministas Independentes. Publicada no fanzine POESIA.NOT.DEAD, 2014.
- LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- LAURETIS, Teresa de. **Tecnologias do gênero**. IN: Heloisa Buarque de Hollanda (org. e introdução). **Tendências e impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEAL, Cristina G. **Estatua de sal y otros poemas**. 1^{era} edición, deir ediciones: Caracas, Venezuela, 2017.
- LESSA, Patrícia. **Visibilidades y ocupaciones artísticas en territorios físicos y digitales**. PADRÓS, Núria; COLLELLDEMONT, Eulàlia; SOLER, Joan. *Actas del XVIII Coloquio de Historia de la educación: arte, literatura y educación*. v.1, Vic: Espanha: Editora da UniVic, 2015.
- LISPECTOR, C. **A Paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Editora Rocco. Digitalizado por Michele, ano 2013. Disponível em: <<http://www.carlaportugues.com.br/site/wp-content/uploads/2013/04/apaixaosegundogh.pdf>>. Acesso em: maio de 2016.
- LISPECTOR, Clarice. **A Descoberta do Mundo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco

LTDA.,1999

- LISPECTOR, Clarice. **Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres**. Editora Sabiá, Rio de Janeiro, Brasil, 1973.
- LUCON, Neto. **Homens trans debatem a descriminalização do aborto no Brasil**. Revista NLucon, 8 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.nlucon.com/2016/12/homens-trans-debatem-criminalizacao-ou.html>>. Acesso em dezembro de 2017.
- MAFFEO, Florencia; SANTARELLI, Natalia; SATTA, Paula y ZURBRIGGEN, Ruth. **Parteras de nuevos feminismos. Socorristas en Red - feministas que abortamos: una forma de activismo corporizado y sororo**. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, 20(44), 217-227, Argentina, 2015.
- MATOS, Maria Izilda; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate** - São Paulo: Editora UNESP 2003.
- MERLIN, Nora. **El poder de la imagen: sobre la supuesta libertad que otorgan la información y los mensajes comunicacionales**. Revista Página 12, Argentina, 02 de marzo de 2017. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/23202-el-poder-de-la-imagen>>. Acesso em Fevereiro de 2017.
- MOLINA, Stefanía T. **El mito del instinto maternal y su relación con el control social de las mujeres**. Revista Articulando. Uruguay, mayo 12, 2015.
- MOTTA, Flávia de Mattos. **Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 2, Aug. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2008000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em julho de 2017.
- NAJMANOVICH, Denise. **O sujeito encarnado – questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador, Bahia, Brasil: Editora Devires, 2017.
- OLIVEIRA, J. e AMÂNCIO, L.. **Teorias Feministas e Representações Sociais: Desafios dos Conhecimentos Situados para a Psicologia Social**. Revista Estudos Feministas, v. 14, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000300002>>. Acesso em abril de 2017.
- OLIVEIRA, João Manuel. **Desobediências de gênero**. Salvador, BA: Editora Devires, 2017.
- OLIVEIRA, João Manuel. **Pode Judith Butler Falar?** In Orgulhos Críticos do Sul, 2017. Disponível em: <<https://orgulhoscriticos.wordpress.com/2017/10/28/pode-judith-butler-falar/>>. Acesso em dezembro de 2017.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde**. Segunda edição. Tradução para o português

por Silvia Piñeyro Trias. Printed in Uruguay, 2013.

- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Departamento de Salud Reproductiva e Investigaciones Conexas. **Aclaración sobre la postura de la OMS respecto del uso del misoprostol en la comunidad para reducir la mortalidad materna.** Ginebra: OMS; 2010.
- PAGLIARO, Heloisa; JUNQUEIRA, Carmen e cols. **Dinâmica demográfica dos Kamaiurá, povo Tupi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-1999** Rev. bras. estud. popul. vol.25 no.2 São Paulo July/Dec. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982008000200012#obs>. Acesso em maio de 2016.
- PAIM, Júlio César. **Senhoras de Si.** Blog Juntando Rimas. Disponível em: < <http://www.juntandorimas.com/poesias/juliopaim/senhorasdesi.htm>>. Acesso em maio 2017.
- PATTIS, E.. **Aborto, perda e renovação: um paradoxo na procura da identidade feminina.** (J. P. Neto Trad.). São Paulo: Paulus. 2000.
- PEDRINI, Mateus D. **Homens trans(bordados): experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades.** Dissertação de mestrado em Psicologia Institucional, Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, ES, 2017.
- PEDRO, Joana Maria. **As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX.** (p. 165-166) na coletânea **O corpo feminino em debate** Organizadoras Maria Izilda Santos de Matos e Rachel Soihet -São Paulo: Editora UNESP 2003.
- PRADO, Adélia. **Bagagem.** Poema Sedução. 29^{ed}. Rio de Janeiro: Record, 2010
- PRECIADO, Paul B. **Catalunya Trans.** Blog Parole de Queer publicado el 18 enero de 2015. Disponível em: < <http://paroledequeer.blogspot.com.br/2015/01/catalunya-trans-por-paul-b-preciado.html>>. Acesso em novembro de 2017.
- PRECIADO, Paul B. **Cuerpo impropio. Guía de modelos somatopolíticos y de sus posibles usos desviados.** Universidad Internacional de Andalucía, 2011. Disponível em: < http://ayp.unia.es/index.php?option=com_content&task=view&id=703>.
- PRECIADO, Paul B. **Manifiesto Contrassexual: Prácticas subversivas de identidad sexual.** Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- PRECIADO, Paul B. **Texto Yonqui.** Editora Espasa Calpe: Madrid, España, 2008.
- PUAR, Jasbir. **Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva.** Meritum, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013b.
- RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RAIZ, Thaís. **Sobre doular um aborto.** Poema extraído do perfil pessoal de *facebook* da ativista. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/thais.t.rocha/posts/1734991833178299>>. Acesso em dezembro de 2017.

- RANCIÈRE, Jacques. **A associação entre arte e política segundo o filósofo Jacques Rancière**. Entrevista à Revista Cult por Gabriela Longman e Diego Viana. Edições Bregantini: São Paulo, 2010. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>>. Acesso em agosto de 2017.
- RAPOSO, Paulo. **Artivismo: articulando dissidências, criando insurgências**. Cadernos de Arte e Antropologia [En línea], Vol. 4, No 2 | 2015, Publicado el 01 octubre 2015. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/cadernosaa/909?lang=fr>>. Acesso em maio de 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **Feminismo Negro e Filosofia In Mulheres na Política**. Curso on-line de formação livre labexperimental.org. Publicado el 2 feb. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=u56gUXbdH2Q>>. Acesso em outubro de 2016.
- RODRIGUES, Alexsandro e ALVIM, Davis M. **Como cartografar resistências? Apontamentos sobre contradispositivo e criação**. Revista Lugar Comum n.º 48, 2016.
- RODRIGUES, Carol. **A boneca e o silêncio**. Brasil, 19 min, 2015.
- ROLNIK, Suely. **À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia**. Seção Ponto e Contraponto, do Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise, Ano V, no 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.
- ROLNIK, Suely. **Pensamento, corpo e devir: Uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico**. Palestra proferida no concurso para o cargo de Professor Titular da PUC/SP, realizado em 23/06/93, publicada no Cadernos de Subjetividade, v.1 n.2: 241-251. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos Pós Graduados de Psicologia Clínica, PUC/SP. São Paulo, set./fev. 1993.
- ROSEIRO, Maria Carolina. **Dissidências em curso: transicionando gêneros nos currículos e nas práticas discursivas em psicologia**. Dissertação de mestrado em Psicologia Institucional, Universidade Federal de Espírito Santo, Vitória, ES, 2017.
- ROSSETTI, Carol. **O Projeto Mulheres**. Belo Horizonte, MG, 2017. Disponível em: < <https://www.carolrossetti.com.br/mulheres>>. Acesso em agosto de 2017.
- SALOMÃO, Fadhia. **Clandestinas**. Brasil, 23 min, 2014.
- SANTANA, Joao Carlos e cols.. **Saúde da criança e do adolescente: puericultura na pratica pediátrica**. Joao Carlos Batista Santana (org.) [et al]. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011..
- SANTARELLI, Natalia; ANZORENA, Claudia. **Los socorrismos y las disputas de sentidos sobre el aborto voluntario. Consideraciones teóricas desde una perspectiva del feminismo crítico**. Descentrada, revista interdisciplinaria de feminismos y género ISSN 2545-7284. Disponível em: <de <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe008>>. Acesso em março de 2018.
- SCHÉRER, René y HOCQUENGHEM, Guy. **Album Sistemático de la Infancia**.

Traducción al español: Alberto Cardín. Anagrama, Barcelona, 1979.

- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo e identidade social: territórios contestados**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SOCORRISTAS em Red, Feministas que abortamos. **Quiénes somos**, site oficial del colectivo, Argentina, 2015. Disponível em: < <http://socorristasenred.org/index.php/quienes-somos/>>. Acesso em setembro de 2016.
- STRASSACAPA, Juliana. **Triste, louca ou má**. Álbum SoltasBruxa In: Francisco, el Hombre, turnê #VaiPraCuba, 2016.
- SWAIN, Tânia Navarro. **As teorias da carne: corpos sexuados e identidades nômades**. Revista feminista digital Labrys, estudos feministas, ns.1-2, jul.-dez.2002. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>.
- TAYLOR, Diana. 2003. **The Archive and the Repertoire: Performing Cultural Memory in the Americas**. Durham: Duke University Press.
- TEODORO, Frediano José. **Aborto eugênico: delito qualificado pelo preconceito ou discriminação**. 2005. 314 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/7907>>.
- TOMAZ, Tadeu Da Silva. **Identidades Terminais**. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1996.
- TORRES, José Henrique. **A criminalização do aborto é inconstitucional**. Artigos, Justificando, Sexta-feira, 25 de novembro de 2016. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2016/11/25/criminalizacao-do-aborto-e-inconstitucional/>. Acesso em julho de 2017.
- VELOSO, Caetano. **'Vamo' Comer**. Álbum Caetano, Gravadora: Philips Records, Brasil, setembro de 1987.
- VILAS BOAS, Alexandre G. **A(r)tivismo: Arte + Política + Ativismo - Sistemas Híbridos em Ação**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Artes. São Paulo, 2015
- WADI, Shahd. **Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestianas entre duas resistências**. Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra 2009.
- WITTIG, Monique. **El Pensamiento Heterosexual y otros ensayos**. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Madrid: Editorial EGALES, 1992.
- WOMEN on web. **Fiz um aborto**. Taliane. Brasil, 2012. Disponível em: < <https://www.womenonweb.org/pt/page/7405/taliene>>. Acesso em agosto de 2017.
- XAVIER, Elódia. **Tudo no feminino: a Mulher e a Narrativa Brasileira Contemporânea**. Coletânea de ensaios. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1991.
- ZANELLO, Valeska. **Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios**

para a psicologia. In: Aborto e (não) desejo de maternidade: questões para a psicologia.
Veska Zanello e Magde Porto [orgs]. Conselho Regional de Psicologia. Brasília (DF), 2015.